ATA DE JULGAMENTO DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUINTA TURMA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Aos seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, às nove horas, realizou-se a Primeira Sessão Ordinária da Quinta Turma, sob a Presidência do Excelentíssimo Ministro Emmanoel Pereira, presentes os Excelentíssimos Senhores Ministros Douglas Alencar Rodrigues e Breno Medeiros. Compareceram, também, o Representante do Ministério Público do Trabalho, Doutor Fábio Leal Cardoso, Procurador Regional do Trabalho, e o Secretário da Quinta Turma, Sr. Alex da Silva Nascimento. Havendo quórum regimental, o Excelentíssimo Senhor Ministro Emmanoel Pereira, invocando a proteção de Deus, cumprimentou os presentes e declarou aberta a sessão. Em seguida, o Excelentíssimo Senhor Ministro Douglas Alencar Rodrigues pediu a palavra para fazer o seguinte registro: *“De maneira muito breve, apenas quero cumprimentar V. Ex.^a, o Ministro Breno, o Dr. Fábio, Procurador Regional do Trabalho, os servidores da Casa, os ilustres Advogados, os jurisdicionados presentes e desejar que tenhamos um ano de 2019 bastante produtivo, preferencialmente produzindo justiça. Era isso, Sr. Presidente”*. Na sequência, o Excelentíssimo Senhor Ministro Breno Medeiros fez o seguinte registro: *“Sr. Presidente, de igual forma, é sempre uma felicidade para a 5.^a Turma começar este ano de 2019 registrando que, no ano passado, tivemos uma boa produtividade. Que este ano seja um ano igual ou melhor do que o ano passado, sempre distribuindo justiça da melhor forma possível”*. De igual forma, o Ilmo. representante do Ministério Público do Trabalho, Doutor Fábio Leal Cardoso, pediu a palavra para consignar o seguinte: *“Sr. Presidente, eu também gostaria de me associar a todas essas manifestações, cumprimentando V. Ex.^a no exercício da Presidência, o Ministro Douglas, o Ministro Breno, os Srs. Advogados, os servidores, enfim, desejando também um ótimo ano de 2019, e que o TST continue trilhando esse caminho do bem. Muito obrigado”*. Em seguida, após o registro de boas vindas do Senhor Nilton da Silva Correia, em nome dos advogados, o Excelentíssimo Senhor Ministro Emmanoel Pereira determinou o pregão dos processos constantes da pauta: Processo: Ag-RR-10315-61.2014.5.03.0043 da 3a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): MÁRIO CÊSAR DE MORAES, Advogado: Hugo Oliveira Horta Barbosa, Advogado: Fernando Susia Lelis Júnior, Agravado(s): CALLINK SERVIÇOS DE CALL CENTER LTDA., Advogado: Vinícius Costas Dias, Agravado(s): BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., Advogado: Mozart Victor Russomano Neto, Advogada: Gabriela Carr, Decisão: retirar de pauta o processo a pedido do Exmo. Ministro Relator. Processo: Ag-RR - 11237-82.2015.5.03.0103 da 3a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): JUCÉLIA APARECIDA DA SILVA OLIVEIRA APOLINÁRIO, Advogado: Hugo Oliveira Horta Barbosa, Agravado(s): BANCO BRADESCO S.A., Advogado: Victor Russomano Júnior, Advogada: Veruska Aparecida Custódio, Advogado: Vanessa Dias Lemos, Agravado(s): ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S.A., Advogada: Melyssandra Martins Costa, Advogada: Gisele de Almeida, Decisão: retirar de pauta o processo a pedido do Exmo. Ministro Relator. Processo: ED-ED-ED-RR - 172640-98.2004.5.12.0037 da 12a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Embargante:

JANETE DE ABREU, Advogada: Eryka Farias de Negri, Advogado: Fábio Ricardo Ferrari, Embargado(a): BANCO DO BRASIL S.A., Advogado: Luiz de França Pinheiro Torres, Advogada: Luzimar de Souza, Decisão: retirar de pauta o processo a pedido do Exmo. Ministro Relator. Processo: AIRR - 11968-78.2015.5.15.0092 da 15a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): INTERNATIONAL MEAL COMPANY ALIMENTAÇÃO S.A. E OUTRA, Advogado: Marcelo Faga Percequillo, Advogado: Roberto Ernesto, Agravado(s): VERONICE DE MORAES MOREIRA, Advogado: Luis Sidnei Alves, Decisão: retirar de pauta a pedido do Exmo. Ministro Relator. Processo: AIRR - 26243-77.2014.5.24.0072 da 24a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): BANCO SANTANDER (BRASIL) S. A., Advogada: Renata Gonçalves Tognini, Agravado(s): LETÍCIA CACIA RIBEIRO STERMOTO, Advogado: João Paulo Nunes de Andrade, Decisão: retirar de pauta a pedido do Exmo. Ministro Relator. Processo: ARR - 117400-17.1999.5.04.0751 da 4a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s) e Recorrido(s): ELDES ALTAIR BERNARDI CAMPANARO, Advogado: Fernando Beirith, Agravado(s) e Recorrente(s): BANCO DO BRASIL S.A., Advogado: Rodrigo Fernandes de Martino, Advogado: Altair Luís Maciel de Godoy, Agravado(s) e Recorrido(s): CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - PREVI, Advogado: Claudio Dias de Castro, Decisão: retirar de pauta a pedido do Exmo. Ministro Relator. Processo: Ag-ARR - 145800-24.2008.5.04.0202 da 4a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS, Advogado: Alvacir Rogério Santos da Rosa, Advogado: Renato Lobo Guimarães, Agravado(s): CARLOS DUARTE FLORES, Advogado: Abrão Moreira Blumberg, Agravado(s): PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, Advogado: Walter de Oliveira Monteiro, Advogado: José Alberto Couto Maciel, Decisão: retirar de pauta a pedido do Exmo. Ministro Relator. Processo: AgR-AIRR - 852-98.2015.5.08.0115 da 8a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): BELÉM BIOENERGIA BRASIL S.A., Advogado: Georges Chedid Abdulmassih Júnior, Advogada: Aline de Fátima Martins da Costa Bulhões Leite, Agravado(s): EDSON DO ESPÍRITO SANTO COUTINHO, Advogado: Diorgeo Diovanny Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva, Agravado(s): MR CARDOSO & CIA LTDA. - ME, Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo regimental e, no mérito, negar-lhe provimento. Processo: AgR-AIRR - 1091-54.2015.5.09.0025 da 9a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): USINA DE AÇÚCAR SANTA TEREZINHA LTDA., Advogado: Indalécio Gomes Neto, Agravado(s): ANA ISABEL BARBOSA DE LIRA, Advogado: Rodrigo Tortorelli de Paiva, Advogado: Jackson Seiji Mitsue, Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo regimental e, no mérito, negar-lhe provimento. Processo: AgR-AIRR - 1112-23.2014.5.06.0001 da 6a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): PAULO CÉSAR CARNEIRO KEMMER, Advogado: Romero Grund Lopes, Agravado(s): UNIÃO NORTE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - UNBEC, Advogado: Eduardo Coimbra Esteves, Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo regimental e, no mérito, negar-lhe provimento. Processo: AgR-AIRR - 1173-27.2014.5.04.0812 da 4a. Região, Relator: Ministro Breno

Medeiros, Agravante(s): ANDRÉA MENA DE BEM E OUTRO, Advogado: Lúcio Fernandes Furtado, Agravado(s): COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA - CGTEE, Advogado: Thomas Steppe, Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo regimental e, no mérito, negar-lhe provimento.; Processo: AgR-AIRR - 10738-44.2016.5.03.0142 da 3a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA., Advogado: José Eduardo Duarte Saad, Advogado: Francisco Jose Ferreira de Souza Rocha da Silva, Agravado(s): GEILSON PAULINO DA SILVA, Advogado: Cristiano Couto Machado, Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo regimental e, no mérito, negar-lhe provimento, e, considerando a improcedência do recurso, aplicar à parte agravante a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC, no importe de três mil reais - R\$ 3.000,00, equivalente a 5% do valor da causa (R\$ 60.000,00), em favor da parte reclamante. Processo: Ag-AIRR - 2121-81.2014.5.03.0137 da 3a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): GLOBAL TELEATENDIMENTO E TELESERVIÇOS DE COBRANÇAS LTDA., Advogado: José Alberto Couto Maciel, Advogado: Albert do Carmo Amorim, Agravado(s): BANCO BRADESCO S.A., Advogado: Evandro Mardula, Agravado(s): ELIS ANGELA DA SILVA DINIZ, Advogado: Cleriston Marconi Pinheiro Lima, Decisão: retirar de pauta a pedido do Exmo. Ministro Relator. Processo: AIRR-18-14.2015.5.01.0011 da 1a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): INDÚSTRIAS VEROLME ISHIBRÁS S.A. - IVI, Advogada: Jaqueline Muratori Ferreira, Advogado: Leonardo Pampillón Gonzalez Rodrigues, Agravado(s): MARCO ANTÔNIO GONÇALVES RIBEIRO, Advogado: Luiz Cláudio Nogueira Fernandes, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento. Processo: AIRR-20-30.2015.5.03.0010 da 3a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU, Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues, Agravado(s): ELENICE APARECIDA PINTO, Advogado: Marcello Coelho Lopes dos Reis, Decisão: por unanimidade, não conhecer do agravo de instrumento. Processo: AIRR - 31-07.2013.5.06.0023 da 6a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): LIQ CORP S.A., Advogado: José Alberto Couto Maciel, Advogado: Urbano Vitalino de Melo Neto, Agravado(s): ITAÚ UNIBANCO S.A. E OUTRO, Advogado: Antônio Braz da Silva, Advogado: Mozart Victor Russomano Neto, Agravado(s): UNIÃO FEDERAL, Advogada: Hebe de Souza Campos Silveira, Agravado(s): RODRIGO OLIVEIRA DE ALMEIDA, Advogado: Erwin Herbert Friedheim Neto, Decisão: suspender o julgamento do processo em virtude de pedido de vista regimental formulado pelo Exmo. Ministro Douglas Alencar Rodrigues, após o Exmo. Ministro Relator votar no sentido de negar provimento ao agravo de instrumento. Processo: ED-AIRR - 71-10.2016.5.13.0016 da 13a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Embargante: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT, Advogado: Gustavo Ameno Coutinho, Embargado(a): JOSUÉ DA SILVA FIGUEIREDO, Advogado: Francivaldo Gomes Moura, Decisão: por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração.; Processo: AIRR - 77-85.2015.5.06.0003 da 6a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): LIQ CORP S.A., Advogada: Carla Elisângela Ferreira Alves Teixeira, Advogado: José

Alberto Couto Maciel, Agravado(s): LILIANE TAVARES DOS SANTOS, Advogado: Leonardo Camello de Barros, Agravado(s): ITAÚ UNIBANCO S.A. E OUTRO, Advogado: Juliana Lindoso de Carvalho, Advogado: Mozart Victor Russomano Neto, Advogada: Juliana Neto de Almeida Mendonça Mafra, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.; Processo: AIRR - 128-94.2017.5.14.0006 da 14a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S.A., Advogada: Flávia Oliveira Busatto, Advogado: Mauricio de Figueiredo Correa da Veiga, Advogado: Pablo Diego Martins Costa, Agravado(s): JOSÉ EBIO MORAES DOS SANTOS, Advogado: Ricardo Maldonado Rodrigues, Advogado: Juliana Medeiros Pires, Agravado(s): JMBF PROJETANDO ARQUITETURA & CONSTRUÇÕES LTDA., Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento. Processo: ED-AIRR - 177-75.2014.5.23.0076 da 23a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Embargante: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO - CNC, Advogado: Roberto Luís Lopes Nogueira, Embargado(a): FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS E DAS EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS - FENACON, Advogada: Priscila Lauande Rodrigues, Embargado(a): FLERS PARTICIPAÇÕES LTDA., Advogado: Amauri Moreira de Almeida, Embargado(a): SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS, ASSESSORAMENTO, PERÍCIA E PESQUISAS DO ESTADO DO MATO GROSSO - SESCON/MT, Advogado: Izonel Pio da Silva, Decisão: por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração. Processo: AIRR - 254-88.2016.5.11.0451 da 11a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A., Advogada: Lia Regina de Almeida Pinto, Agravado(s): JOETE DIB AIDER, Advogada: Mayra Cristina Almeida da Silva, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento. Processo: ED-AIRR-365-05.2015.5.14.0005 da 14a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Embargante: HERMASA NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S.A., Advogada: Cássia Carolina Vollet Cunha, Advogado: Rainer Cunha Oliveira, Embargado(a): MÁRCIO OLIVEIRA GUEDES, Advogado: Regina Célia Santos Terra Cruz, Decisão: por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração.; Processo: AIRR - 479-90.2011.5.05.0018 da 5a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT, Advogada: Luciana Carvalho Santos, Advogada: Luanda Alves Vieira Cruz, Agravado(s): JOSÉ SOUZA SERRA, Advogado: Ranniere Miranda Santana, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento da reclamada. Prejudicado o exame do agravo de instrumento em recurso de revista adesivo do reclamante. Processo: AIRR-520-36.2015.5.09.0073 da 9a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): IVAICANA AGROPECUÁRIA LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL), Advogada: Rosângela Cristina Barboza Sleder, Agravado(s): MOISÉS BRAGA SOBRINHO, Advogado: Dalva Marvulle de Castilho, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento. Processo: ED-RR - 592-68.2014.5.04.0373 da 4a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Embargante: JAIMIR BUHL, Advogado: Alberto Alves, Embargado(a): WORLD

COMMERCE TRADING EXPORTADORA E IMPORTADORA DE CALÇADOS E ACESSÓRIOS S.A., Advogado: Flávio Barzoni Moura, Decisão: por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração. Processo: AIRR - 635-90.2014.5.04.0571 da 4a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): JOEL VAZ DOS SANTOS, Advogado: Pedro Teixeira Mesquita da Costa, Advogado: Lúcio Fernandes Furtado, Agravado(s): COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D E OUTRAS, Advogado: Jimmy Bariani Koch, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.; Processo: ED-Ag-AIRR - 637-30.2016.5.08.0005 da 8a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Embargante: SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DO PARÁ - SEBRAE/PA, Advogada: Carla de Oliveira Brasil Monteiro, Advogado: Rafael Oliveira Lima, Advogado: Sábado Giovanni Megale Rosseti, Embargado(a): SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE, Advogado: Fernando Hugo Rabello Miranda, Advogado: Osmar Mendes Paixão Côrtes, Embargado(a): ERCY MUNIZ DA SILVA, Advogado: Emerson Almeida Lima Júnior, Advogado: André Luiz Serrão Pinheiro, Advogada: Ana Raquel Ribera Figueiredo Arruda, Decisão: por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração. Processo: AIRR-681-11.2016.5.13.0005 da 13a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s) e Agravado(s): BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., Advogado: Paulo Augusto Greco, Advogado: Mozart Victor Russomano Neto, Agravante(s) e Agravado(s): LIQ CORP S.A., Advogada: Carla Elisângela Ferreira Alves Teixeira, Advogado: José Alberto Couto Maciel, Agravado(s): CRISTINA DE FÁTIMA PEREIRA DA SILVA, Advogado: Ferdinando Holanda de Vasconcelos, Advogado: Daniel Sebadelhe Aranha, Decisão: suspender o julgamento do processo em virtude de pedido de vista regimental formulado pelo Exmo. Ministro Douglas Alencar Rodrigues, após o Exmo. Ministro Relator votar no sentido de: I - negar provimento ao agravo de instrumento de LIQ CORP S.A.; II - conhecer do agravo de instrumento do Banco Santander (Brasil) S.A., quanto ao tema "ilicitude da terceirização trabalhista" e, no mérito, dar-lhe provimento para, convertendo-o em recurso de revista, determinar a reautuação dos autos e a publicação da certidão de julgamento para ciência e intimação das partes e dos interessados de que o julgamento da revista dar-se-á na primeira sessão ordinária subsequente à data da referida publicação, nos termos do artigo 256 e seguintes do Regimento Interno desta Corte; III - determinar a reautuação dos autos como recurso de revista com agravo. Processo: ED-RR - 735-64.2013.5.15.0089 da 15a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Embargante: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT, Advogado: Fernando Roberto Pereira, Advogada: Gloriete Aparecida Cardoso, Embargado(a): SANDRA REGINA TIBURCIO GARBIM, Advogado: Marcos Barcelos, Decisão: por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração. Processo: AIRR-735-12.2015.5.06.0003 da 6a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s) e Agravado(s): LIQ CORP S.A., Advogada: Carla Elisângela Ferreira Alves Teixeira, Advogado: José Alberto Couto Maciel, Agravante(s) e Agravado(s): BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., Advogado: Paulo Augusto Greco, Agravado(s): CLÁUDIA ADALGISA DA SILVA, Advogado: Guilherme Nunes

Coutinho de Almeida, Advogado: Paulo Henrique Feitosa do Amaral, Decisão: por unanimidade: I - negar provimento ao agravo de instrumento de LIQ CORP S.A.; II - conhecer do agravo de instrumento do Banco Santander (Brasil) S.A., quanto ao tema "ilicitude da terceirização trabalhista" e, no mérito, dar-lhe provimento para, convertendo-o em recurso de revista, determinar a reautuação dos autos e a publicação da certidão de julgamento para ciência e intimação das partes e dos interessados de que o julgamento da revista dar-se-á na primeira sessão ordinária subsequente à data da referida publicação, nos termos do artigo 256 e seguintes do Regimento Interno desta Corte; III - determinar a reautuação dos autos como recurso de revista com agravo. Processo: AIRR - 842-63.2014.5.09.0664 da 9a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): ENSEG SERVIÇOS PRÉ-HOSPITALARES LTDA., Advogado: Emerson Carlos dos Santos, Agravado(s): FERNANDO MARTINS PUIG, Advogado: Carlos Roberto Ferreira, Agravado(s): EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO NORTE S.A - ECONORTE, Advogado: João Marafon Júnior, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento. Processo: AIRR - 953-56.2014.5.03.0036 da 3a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): DIANAGRO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., Advogado: Luciano Guarnieri Galil, Agravado(s): ANTÔNIO LUIZ FERREIRA, Advogado: Espedito Manso da Fonseca Júnior, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento. Processo: AIRR-1011-92.2016.5.10.0004 da 10a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP, Advogada: Natália Rodrigues Moraes, Agravado(s): RUDIARDE BORGES DA ROCHA, Advogado: Antônio Marques da Silva, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.; Processo: ED-ED-AIRR-1081-56.2013.5.02.0063 da 2a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Embargante: CLAUDIO DE BRITO CARVALHO, Advogado: Leandro Meloni, Embargado(a): MASSA FALIDA de VIDAX TELESERVIÇOS S.A., Advogado: Rafael Antônio da Silva, Embargado(a): BANCO CITIBANK S A, Advogado: Jair Tavares da Silva, Decisão: por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração. Processo: AIRR-1091-47.2016.5.08.0122 da 8a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): IBI PROMOTORA DE VENDAS LTDA., Advogado: Arnaldo Gaspar Eid, Agravado(s): CASSIANE FARIAS DOS SANTOS, Advogado: Paulo Henrique Sarrazin Santos, Agravado(s): BANCO BRADESCARD S.A., Advogado: Mário Célio Costa Alves Filho, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento. Processo: ED-RR-1195-65.2013.5.04.0733 da 4a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Embargante: FELIPE KOPP, Advogado: Evandro Leite Taraciuk, Embargado(a): HAESER CORRETORA DE SEGUROS LTDA., Advogada: Adriane Borba Karsburg, Decisão: por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração. Processo: AIRR-1227-12.2015.5.23.0009 da 23a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA., Advogado: Flávia Pettinate Ribeiro Fróes, Advogada: Caroline Aparecida Alcântara Egues, Agravado(s): CELSO PINTO DA SILVA, Advogado: Ione Geralda Gontijo Borges, Advogado: Daniella Fernanda Amaral Segundo, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de

instrumento. Processo: Ag-AIRR-1250-83.2013.5.15.0062 da 15a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): MARFRIG GLOBAL FOODS S.A., Advogado: Sergio Gonini Benicio, Agravado(s): LÚCIA ALVES PEDRO, Advogada: Rosana de Cássia Oliveira, Decisão: por unanimidade, não conhecer do agravo interno. Processo: AIRR-1252-34.2013.5.02.0056 da 2a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): OUTBACK STEAKHOUSE RESTAURANTES BRASIL S.A., Advogado: José Coelho Pamplona Neto, Agravado(s): ANA LÍDIA ZUIN SALMAZO, Advogado: Raphael Okabe Tardioli, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento. Processo: AIRR-1278-12.2015.5.06.0004 da 6a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): LIQ CORP S.A., Advogada: Carla Elisângela Ferreira Alves Teixeira, Advogado: José Alberto Couto Maciel, Agravado(s): DANIELLE RILEY CAVALCANTE DA SILVA, Advogado: João Synval Tavares de Carvalho, Agravado(s): ITAÚ UNIBANCO S.A., Advogado: Álvaro Van Der Ley Lima Neto, Advogado: Mozart Victor Russomano Neto, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento. Processo: AIRR-1359-56.2014.5.05.0025 da 5a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): BANCO DO BRASIL S.A., Advogado: Eduardo Agnelo Pereira, Advogado: Iziquiel Pereira Moura, Agravado(s): AUREO DE SOUZA MACHADO, Advogado: Antônio Carlos da Silveira, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento. Processo: AIRR-1489-36.2010.5.03.0027 da 3a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s) e Agravado(s): FCA FIAT CHRYSLER PARTICIPAÇÕES BRASIL S.A., Advogado: José Eduardo Duarte Saad, Agravante(s) e Agravado(s): BANCO FIDIS S.A., Advogado: Antônio José Loureiro da Silva, Agravado(s): RITA DOLORES SANTOS CARVALHO, Advogado: Bernardo Saletti Teixeira, Advogado: Pedro Gustavo Sarmento Costa, Decisão: por unanimidade, negar provimento aos agravos de instrumento. Processo: ED-ED-RR-1663-96.2012.5.01.0070 da 1a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Embargante: FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF, Advogado: Dino Araújo de Andrade, Embargado(a): ALICE ALVES DA SILVEIRA, Advogada: Carine Ferreira da Silva, Embargado(a): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, Advogada: Adriana Ribeiro dos Santos Lima, Decisão: por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração. Processo: Ag-AIRR-1806-44.2013.5.15.0011 da 15a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s) e Agravado(s): CENTRAL ISLÂMICA BRASILEIRA DE ALIMENTOS HALAL LTDA., Advogado: Eduardo José Cândido Rodrigues, Agravante(s) e Agravado(s): MINERVA S.A., Advogado: Eduardo Pavan Rosa, Agravado(s): OMAR IBRAHIN CHAHINE, Advogado: Edson Flausino Silva Júnior, Decisão: por unanimidade, negar provimento aos agravos. Processo: Ag-AIRR-1825-39.2014.5.02.0088 da 2a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): ANDRÉ ALVES FURTADO, Advogada: Maria Cristina de Barros Fonseca, Agravado(s): BANCO BRADESCO S.A., Advogado: Alexandre José Cordeiro da Silva, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo interno. Processo: RR-1866-93.2014.5.02.0447 da 2a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Recorrente(s): AGUINALDO MARIANO, Advogado: José Abílio Lopes, Recorrido(s): COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP,

Advogado: Maurício Cardoso Barreira, Advogado: Sérgio Quintero, Decisão: por unanimidade, conhecer do recurso de revista, por violação do artigo 468, "caput", da CLT, e, no mérito, dar-lhe provimento para determinar que, no cálculo das horas extras, seja utilizado o divisor 150, condenando a reclamada ao pagamento das respectivas diferenças, conforme a se apurar em liquidação. Custas pela reclamada no importe de R\$ 600,00 (seiscentos reais), calculadas sobre o valor provisoriamente arbitrado à condenação de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). Processo: AIRR-1872-35.2014.5.03.0007 da 3a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): BANCO DO BRASIL S.A., Advogado: Rafael Sganzerla Durand, Agravado(s): LUCIANO STOUPE DOS SANTOS, Advogada: Karina de Fátima Campos, Agravado(s): FC CENTRO DE CONTATOS LTDA. - EPP, Agravado(s): KIPANY COMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA., Agravado(s): TELEMAR NORTE LESTE S.A., Advogado: Ricardo Almeida Marques Mendonça, Advogado: José Alberto Couto Maciel, Decisão: por unanimidade, não conhecer do agravo de instrumento. Processo: ED-AIRR-1893-97.2012.5.24.0006 da 24a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Embargante: BANCO SAFRA S.A., Advogada: Cristiana Rodrigues Gontijo, Embargado(a): SILMARA MARIA CONCEIÇÃO COSTA, Advogada: Lidiane Vilhagra de Almeida, Decisão: por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração. Processo: AIRR-1940-51.2013.5.02.0361 da 2a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s) e Agravado(s): LEONILDO SALUSTIANO DA SILVA, Advogado: Marco Augusto de Argenton e Queiroz, Agravante(s) e Agravado(s): CONECTA EMPREENDIMIENTOS LTDA., Advogado: Francisco Scattaregi Júnior, Advogado: Anderson Nunes Cardoso, Agravado(s): ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A., Advogado: Horácio Perdiz Pinheiro Neto, Advogado: Lycurgo Leite Neto, Decisão: por unanimidade, negar provimento aos agravos de instrumento. Processo: ED-ED-RR-2014-49.2012.5.02.0003 da 2a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Embargante: FERNANDO JOSÉ DIEHL, Advogada: Maria de Fátima Zanetti Barbosa e Santos, Embargado(a): VRG LINHAS AÉREAS S.A., Advogada: Renata Mouta Pereira Pinheiro, Advogado: Osmar Mendes Paixão Côrtes, Decisão: por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração. Processo: Ag-AIRR-2023-62.2010.5.01.0244 da 1a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): BANCO SAFRA S.A., Advogado: Marcos Henrique Tavares dos Santos, Advogada: Cristiana Rodrigues Gontijo, Agravado(s): TÂNIA PEREIRA SARMENTO, Advogado: Lidiomar Rodrigues de Freitas, Advogado: Celso Ferrareze, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo. Processo: AIRR-2121-63.2010.5.02.0068 da 2a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A., Advogado: Lycurgo Leite Neto, Advogado: Marcelo Oliveira Rocha, Agravado(s): BENEDITO MEDEIROS DOS SANTOS, Advogado: Leandro Meloni, Agravado(s): FUNDAÇÃO CESP, Advogado: Roberto Eiras Messina, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento. Processo: AIRR-2160-68.2014.5.03.0108 da 3a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): PRAETORIUM - INSTITUTO DE ENSINO, PESQUISA E ATIVIDADE DE EXTENSÃO EM DIREITO LTDA. E OUTROS, Advogado: Hellom Lopes Araújo,

Advogado: Guilherme Vilela de Paula, Agravado(s): LEONARDO BARRETO MOREIRA ALVES, Advogado: Alexandre Miranda Zocrato, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento. Processo: ED-AIRR-2256-13.2013.5.22.0004 da 22a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Embargante: BANCO DO BRASIL S.A., Advogado: José Demes de Castro Lima, Advogado: Marcel Coelho Leandro, Advogado: Moisés Vogt, Embargado(a): MANOEL REIS DE ALMEIDA, Advogado: Getúlio Cavalcante, Advogado: Dimitri Sá e Cavancante, Embargado(a): ESTADO DO PIAUÍ, Procurador: Francisco José de Sousa Viana Filho, Decisão: por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração. Processo: ED-ED-ED-ED-AIRR-2413-44.2013.5.02.0003 da 2a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Embargante: THEREZA RAMOS DE ALMEIDA FIGUEIREDO E OUTRAS, Advogado: Marco Antônio Innocenti, Embargado(a): COMPANHIA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA - CTEEP, Advogado: Alfredo Zucca Neto, Embargado(a): COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO - CESP, Decisão: por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração.; Processo: ED-AIRR-2535-24.2013.5.02.0014 da 2a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Embargante: TAM LINHAS AÉREAS S.A., Advogado: Luiz Antonio dos Santos Junior, Embargado(a): FÁBIO KWASEK, Advogado: Marco Antônio Rangel Cipolla, Decisão: por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração. Processo: ED-RR- 2552-31.2013.5.03.0047 da 3a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Embargante: ALDEMAR CHIEREGATO, Advogado: Alex José Soares Cury, Embargado(a): CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A., Advogado: Fernando Neto Botelho, Decisão: por unanimidade, acolher os embargos de declaração do reclamante apenas para sanar erro material no acórdão embargado, sem a concessão de efeito modificativo. Processo: AIRR-10203-07.2014.5.18.0001 da 18a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D, Advogado: Flávio Buonaduce Borges, Agravado(s): CARMEM LUCIA CARVALHO SANTOS, Advogada: Carmen Magda de Melo, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento. Processo: AIRR-10259-46.2017.5.03.0003 da 3a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): GIOVANI MIGUEL CHAGAS SILVA, Advogado: Juliano Pereira Nepomuceno, Agravado(s): KTM - ADMINISTRAÇÃO E ENGENHARIA LTDA., Advogado: Cláudio Campos, Advogada: Liliane Aparecida Dias, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento. Processo: AIRR-10272-02.2016.5.03.0061 da 3a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): MAHLE METAL LEVE S.A., Advogado: Paulo Henrique da Mota, Advogado: Gabriel Luiz de Mendonça Augusto, Agravado(s): ROBERT FARIA GOMES, Advogado: Luis Guilherme Reno Goulart, Advogada: Tamara Freitas Torres Carneiro, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento. Processo: Ag-AIRR-10314-90.2014.5.03.0103 da 3a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): BANCO SANTANDER (BRASIL) S. A., Advogado: Victor Russomano Júnior, Advogado: Gabriela Carr, Agravado(s): CALLINK SERVIÇOS DE CALL CENTER LTDA., Advogado: Vinícius Costa Dias, Agravado(s): THAIS DE MELO FRANCO, Advogado: Hugo Oliveira Horta Barbosa, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo. Processo:

AIRR-10315-26.2015.5.01.0029 da 1a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): HILDEBERTO DOS SANTOS SILVA, Advogado: Ubirajara Lopes Ramos, Agravado(s): EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO, Advogada: Sílvia dos Santos Correia, Advogado: Flávio Hechtman, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento. Processo: AIRR-10345-92.2014.5.15.0001 da 15a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): BRUNO AUGUSTO ALVES DE MELO, Advogada: Priscila de Souza e Jorge Leite, Agravado(s): R CERVELLINI REVESTIMENTOS LTDA., Advogado: José Rafael de Santis, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento. Processo: AIRR-10423-02.2015.5.03.0061 da 3a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL, Advogado: Jorge Antônio Freitas Alves, Agravado(s): CLÉUCIA APARECIDA DA SILVA, Advogado: Whaltan Silveira Duarte Nunes, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento. Processo: AIRR-10440-44.2015.5.01.0077 da 1a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s) e Agravado(s): FURNAS-CENTRAIS ELETRICAS S.A., Advogado: Felipe Silva Cabral, Advogado: Marcelo dos Santos Albuquerque, Agravante(s) e Agravado(s): EMANUEL CESAR SANTOS, Advogado: Maximiliano Nagl Garcez, Advogado: Bruno Jugend, Decisão: por unanimidade, não conhecer do agravo de instrumento interposto pela reclamada; e negar provimento ao agravo de instrumento apresentado pelo reclamante. Processo: AIRR-10530-60.2016.5.18.0104 da 18a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): BRF S.A., Advogado: Osmar Mendes Paixão Côrtes, Agravado(s): DOUGLAS DA CONCEIÇÃO PEREIRA, Advogada: Marinês de Souza Machado, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento. Processo: AIRR-10591-50.2013.5.05.0018 da 5a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): ADILUCIA GOMES DOS SANTOS, Advogado: Ruy Jorge Caldas Pereira, Advogado: Fábio Antônio de Magalhães Nóvoa, Agravado(s): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, Advogado: Márcio Ricardo Pires Santana, Advogado: Jair Oliveira Figueiredo Mendes, Advogado: Fábio Martinez Bulhões, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento. Processo: AIRR-10762-68.2015.5.01.0205 da 1a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS, Advogada: Tamyres Lorrane Rodrigues de Vasconcelos, Agravado(s): MARCOS MORENO DA SILVA, Advogado: Arnaldo Gil de Assis Dias, Agravado(s): GREEN LIFE EXECUÇÃO DE PROJETOS AMBIENTAIS LTDA., Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento. Processo: AIRR-10915-38.2015.5.01.0032 da 1a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): JÚLIO CÉZAR CALÁCIO DE MORAES, Advogado: Reginaldo de Oliveira Silva, Agravado(s): COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU, Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento. Processo: AIRR-10929-97.2014.5.15.0151 da 15a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): IMEDIATO ORGANIZAÇÃO LOGÍSTICA EM TRANSPORTES LTDA., Advogado: Fernando Melo Carneiro, Agravado(s): CRISTIAN JORGE

AGASSI, Advogada: Cláudia Batista da Rocha, Agravado(s): CRBS S.A., Advogado: Rafael Sganzerla Durand, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento. Processo: ED-RR-11009-25.2013.5.01.0462 da 1a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Embargante: EMANOEL GARCIA CAETANO, Advogado: Leonardo Orsini de Castro Amarante, Embargado(a): COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN, Advogado: José Edgard da Cunha Bueno Filho, Embargado(a): SEPETIBA TECON S.A., Advogado: José Edgard da Cunha Bueno Filho, Decisão: por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração.; Processo: ED-AIRR-11034-83.2015.5.03.0180 da 3a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Embargante: A & C CENTRO DE CONTATOS S.A., Advogada: Letícia Carvalho e Franco, Embargado(a): ELIANE ISADORA BITENCOURT DOS REIS, Advogada: Ana Clara Pereira Guerra, Embargado(a): COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS - COPASA, Advogado: Roberto Celso Dias de Carvalho, Decisão: por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração. Processo: AIRR-11039-62.2016.5.03.0086 da 3a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): CASA DE CARIDADE DE ALFENAS NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO, Advogado: Leopoldo Magnani Júnior, Agravado(s): EVERTON GOMES, Advogada: Maria Inêz de Oliveira, Decisão: por unanimidade, conhecer parcialmente do agravo de instrumento e, no mérito, negar-lhe provimento. Processo: AIRR-11043-71.2016.5.03.0063 da 3a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): MUNICÍPIO DE PRATA, Advogado: Daniel Ricardo Davi Sousa, Agravado(s): CÉLIA APARECIDA DIAS DA SILVA, Advogado: Sérgio Ricardo de Freitas, Agravado(s): COOPERATIVA DE AGENTES AMBIENTAIS DO PRATA LTDA. - CAAP, Advogado: Cezar Menezes dos Anjos, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento. Processo: AIRR-11046-92.2015.5.03.0020 da 3a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): CONSERVO SERVIÇOS GERAIS LTDA., Advogado: Adriana Dorado Torres, Agravado(s): LAUCIMEIA TEIXEIRA ALVES, Advogada: Adrienny Pires da Silva, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento. Processo: RR-11051-79.2014.5.15.0129 da 15a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Recorrente(s): AEROPORTOS BRASIL VIRACOPOS S.A., Advogado: Mauro Leitner Guimarães Filho, Advogado: James da Silva, Advogado: Lídio Francisco Benedetti Júnior, Recorrido(s): CONSÓRCIO CONSTRUTOR VIRACOPOS, Advogado: Marcos Pinto da Cruz, Recorrido(s): WELVESON OLIVEIRA SANTOS, Advogado: Washington Shamisther Heitor Pelicieri Rebellato, Decisão: por unanimidade, conhecer do recurso de revista, por contrariedade à Orientação Jurisprudencial nº 191 da SBDI-1 do TST, e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a responsabilidade subsidiária imputada à parte recorrente. Processo: RR-11063-44.2014.5.01.0045 da 1a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Recorrente(s): FRANCISCO LÁZARO FERREIRA RODRIGUES, Advogado: Carlos Frederico Martins Viana, Recorrido(s): TELEMAR NORTE LESTE S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) E OUTRO, Advogado: José Eduardo de Almeida Carriço, Advogado: José Alberto Couto Maciel, Recorrido(s): TELELISTAS (REGIÃO 2) LTDA. E OUTRA, Advogado: Silvana Rivero, Advogada: Jenifer Nunes Silvério de Souza, Recorrido(s): TELELISTAS BRASIL LTDA., Advogado: Bruna Moreira de

Amorim, Decisão: por unanimidade, conhecer do recurso de revista, por divergência jurisprudencial e contrariedade à Súmula nº 331, item IV, do TST, e, no mérito, dar-lhe provimento para restabelecer a responsabilidade subsidiária das Reclamadas Telemar Norte Leste S.A. e OI S.A., devendo os autos retornar ao Tribunal Regional de origem para prosseguir no exame do recurso ordinário patronal. Processo: AIRR-11063-13.2015.5.15.0112 da 15a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT., Advogado: Márcio Salgado de Lima, Agravado(s): HILDO ANDRÉ MARTINS, Advogado: Leandro de Oliveira Stoco, Advogado: Camile Ishiwatari, Advogado: Ricardo Miguel Sobral, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento. Processo: AIRR-11079-38.2015.5.15.0056 da 15a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO - CESP, Advogado: Ricardo Mitsuo Ueda, Advogado: Edvan Cordeiro Novais, Agravado(s): VALTER MODESTO, Advogado: Flávio Luiz Alves Belo, Advogado: Reinaldo Bello Júnior, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento. Processo: AIRR-11086-76.2015.5.01.0005 da 1a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): CARLOS PEDRO FRANÇA PINTO, Advogado: Leonardo da Silva Oliveira, Agravado(s): COMPANHIA MUNICIPAL DE ENERGIA E ILUMINAÇÃO - RIOLUZ, Advogado: Francisco Luiz do Lago Viégas, Advogado: Humberto Ribeiro Cabral dos Santos Menezes, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento. Processo: AIRR-11089-86.2015.5.01.0019 da 1a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A., Advogado: Thomaz Ribeiro Lemos, Advogado: Lycurgo Leite Neto, Agravado(s): MÁRIO ANTÔNIO RANGEL DE FARIAS, Advogada: Joanna Paula de Oliveira Salles, Advogado: Hércules Rodrigues, Agravado(s): SISEL ENGENHARIA E SISTEMAS ELÉTRICOS LTDA., Advogado: Laerte Plínio Cardoso de Menezes, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento. Processo: AIRR-11119-12.2015.5.03.0005 da 3a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): VALLOUREC & SUMITOMO TUBOS DO BRASIL LTDA., Advogado: Alexandre Sander Brêttas, Agravado(s): EVANIL GERALDO AURELINO, Advogado: Paulo Henrique Romeiro Pacheco, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento. Processo: AIRR-11209-66.2015.5.03.0022 da 3a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): SONDA PROCWORK INFORMÁTICA LTDA., Advogado: Dennis Olímpio Silva, Agravado(s): ROMEU MENDES, Advogada: Ângela Maria Mendes, Agravado(s): UNIÃO (PGF), Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento. Processo: AIRR-11216-42.2015.5.01.0013 da 1a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): RETA SAFETY SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO LTDA. - ME, Advogado: Eduardo Corrêa dos Santos, Agravado(s): CRISTINEI CALIXTO SANTOS, Advogado: Leo Richard Darmont, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento. Processo: AIRR-11235-37.2013.5.01.0201 da 1a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS, Procurador: Isis Maria de Azevedo, Procuradora: Tamyres Lorrane Rodrigues de Vasconcelos, Agravado(s): RENATA PEREIRA DE CARVALHO, Advogado:

Leandro Reis Nunes, Advogado: Rafael do Vale Cruz, Advogada: Rita de Cássia Sant'Anna Cortez, Agravado(s): NÚCLEO DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL - SALUTE SOCIALE, Custos Legis: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento. Processo: AIRR-11258-30.2015.5.15.0069 da 15a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): ROMUALDO JOSE RIBEIRO GAMA, Advogado: Romualdo Jose Ribeiro Gama, Agravado(s): MARCIA CUBAS SIEDLARCZYK, Advogado: Elson Kleber Carravieri, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento. Processo: Ag-AIRR-11567-92.2015.5.01.0343 da 1a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN, Advogado: Afonso César Boabaid Burlamaqui, Advogado: Mauricio de Figueiredo Correa da Veiga, Agravado(s): MANOEL NOGUEIRA SERRA, Advogada: Jessika Crystine Ramos do Amaral, Advogado: Fábio de Souza Cazarim, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo. Processo: AIRR-11587-37.2016.5.15.0124 da 15a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): ELIZEU PEREIRA LEAL, Advogado: José Renato de Freitas, Agravado(s): DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PENÁPOLIS - DAEP, Advogado: Márcio José das Neves Cortez, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento. Processo: Ag-AIRR-11673-30.2015.5.15.0031 da 15a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA/SP, Advogada: Jakeline de Chico, Agravado(s): WAGNER LUIZ CARVALHO, Advogado: Giuliano Marcelo de Castro Vieira, Decisão: por unanimidade, não conhecer do agravo interno. Processo: AIRR-11685-85.2016.5.03.0017 da 3a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): PEDRO AMARO DE MOURA E OUTROS, Advogada: Valentina Avelar de Carvalho, Agravado(s): AURIMAR BERNARDES DA FONSECA, Advogado: Breno Fernandes Lage, Agravado(s): COOPERATIVA DE TRANSPORTE DE TÁXI ESPECIAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE - COOPERTRAMO LTDA., Advogada: Viviane Santos Brito, Decisão: por unanimidade, não conhecer do agravo de instrumento. Processo: AIRR-12060-45.2015.5.15.0128 da 15a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): TEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA., Advogada: Maria Aparecida Cruz dos Santos, Agravado(s): VALTERLINS DAMIÃO DA SILVA, Advogada: Renata Sanches Guilherme, Advogado: Ricardo Sanches Guilherme, Agravado(s): TELEFÔNICA BRASIL S.A., Advogado: José Alberto Couto Maciel, Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento. Processo: AIRR-12170-65.2013.5.01.0205 da 1a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DER/RJ, Procurador: Waldir Zagaglia, Agravado(s): LEVI MARINHO, Advogada: Renata Cristina Hopka, Agravado(s): 2007 ATA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS TÉCNICOS OPERACIONAIS EM PÁTIO PARA DEPÓSITOS DE VEÍCULOS LTDA., Decisão: por unanimidade, dar provimento ao agravo de instrumento da reclamada, para, convertendo-o em recurso de revista, determinar a reatuação dos autos e a publicação da certidão de julgamento para ciência

e intimação das partes e dos interessados de que o julgamento da revista dar-se-á na primeira sessão ordinária subsequente à data da referida publicação, nos termos do artigo 256 do Regimento Interno desta Corte. Processo: AIRR-20029-91.2013.5.04.0030 da 4a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): MARIA ANSELMA MORAES PRESTES, Advogada: Thêmis Moraes Cauduro Guedes, Agravado(s): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, Procurador: João Pedro Hein da Silva, Agravado(s): LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA., Advogado: Eloisa Saraiva Gomes, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento. Processo: AIRR-20073-17.2015.5.04.0006 da 4a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): SERPO - SERVIÇOS DE PORTARIA LTDA. E OUTROS, Advogado: Carlos Eduardo Martins Mainardi, Agravado(s): CONDOMÍNIO PRÍNCIPE EDUARDO, Advogada: Márcia Lorandi Lopes de Almeida, Agravado(s): JORGE DE CAMPOS FERRAZ, Advogado: Luís Gustavo Longo, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.; Processo: AIRR - 20313-17.2014.5.04.0531 da 4a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., Advogado: Luiz Ricardo Berleze, Advogado: Mauricio de Figueiredo Correa da Veiga, Agravado(s): DALTRO LUCIANO BORGES DA ROSA, Advogado: Marcelo Daniele Barbosa, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento. Processo: AIRR-21252-93.2014.5.04.0014 da 4a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): SERPO - SERVIÇOS DE PORTARIA LTDA., Advogado: Carlos Eduardo Martins Mainardi, Agravado(s): MAURO LEANDRO PEREIRA CAMARGO, Advogado: Marcelo de Liz Maineri, Decisão: por unanimidade, dar provimento ao agravo de instrumento para, convertendo-o em recurso de revista, determinar a reautuação dos autos e a publicação da certidão de julgamento para ciência e intimação das partes e dos interessados de que o julgamento da revista dar-se-á na primeira sessão ordinária subsequente à data da referida publicação, nos termos do artigo 256 e seguintes do Regimento Interno desta Corte. Processo: RR - 24693-26.2015.5.24.0003 da 24a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Recorrente(s): EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL, Advogado: Luiz Renato Adler Ralho, Advogada: Maisa Oviedo Milandri, Recorrido(s): EDUARDO MARCELO DE MELO, Advogado: Roger Augusto de Souza, Recorrido(s): FORTESUL - SERVIÇOS, CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO LTDA., Decisão: por unanimidade, conhecer do recurso de revista da reclamada, quanto ao tema "responsabilidade subsidiária - administração pública", por contrariedade à Súmula nº 331, V, do TST e, no mérito, dar-lhe provimento, para reformar o acórdão recorrido, a fim de excluir a responsabilidade subsidiária atribuída à recorrente, bem como determinar a sua exclusão do polo passivo da demanda. Excluída a parte recorrente do polo passivo da demanda, restam prejudicados os demais temas e desdobramentos recursais. Custas inalteradas. Processo: AIRR-38000-70.2008.5.02.0402 da 2a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): UNIÃO (PGF), Procurador: Rodrigo de Barros Godoy, Agravado(s): JOÃO CARLOS RODRIGUES, Advogada: Daniela Santos Oliveira Chaves, Agravado(s): CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA LATINA LTDA. (EM RECUPERAÇÃO

JUDICIAL), Advogado: Daniel Umbelino dos Santos, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento. Processo: ED-AIRR-49000-55.1992.5.03.0061 da 3a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Embargante: ASSEFEI - SINDICATO DOS SERVIDORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ, Advogado: Robson Eduardo Brandão Krepp, Embargado(a): UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA, Advogado: Tiago Flecha de Almeida, Decisão: por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração. Processo: AIRR-57700-90.2008.5.15.0104 da 15a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): APARECIDO MAGRI, Advogado: Carlos Adalberto Rodrigues, Advogado: Ricardo do Amaral Silva, Agravado(s): MUNICÍPIO DE TANABI, Advogado: Ricardo César Varnier, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento. Processo: AIRR-97300-97.2006.5.02.0089 da 2a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): AMBIENTAL TRANSPORTES URBANOS S.A., Advogado: Carlos Cristiano Cruz de Camargo Aranha, Agravado(s): PAULO SAMPAIO DA ENCARNAÇÃO, Advogado: José Maria Guimarães, Agravado(s): CONSÓRCIO TROLEBUS ARICANDUVA, , Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento. Processo: AIRR-128700-90.2007.5.01.0035 da 1a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., Advogado: Cristóvão Tavares de Macedo Soares Guimarães, Agravado(s): NELSON TAVARES MELLO E OUTROS, Advogada: Ana Cristina Campelo de Lemos Santos, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento. Processo: Ag-AIRR-130644-15.2015.5.13.0003 da 13a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): EKT LOJAS DE DEPARTAMENTOS LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL), Advogado: Frederico da Costa Pinto Corrêa, Agravado(s): PAULA EMANUELLA AGUIAR DE ARAÚJO, Advogada: Ana Isabel Silva de Paiva, Advogado: Gildevan Barbosa de Carvalho, Agravado(s): BANCO AZTECA DO BRASIL S.A., Advogado: Urbano Vitalino de Melo Neto, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo. Processo: AIRR-163100-89.2009.5.15.0094 da 15a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA, Advogado: Cléber Teixeira de Souza, Advogado: Karen Aparecida Cruz de Oliveira, Agravado(s): ALMONICE VENTURINI RIBEIRO E OUTRA, Advogado: Alexandre Alves de Godoy, Custos Legis: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento. Processo: Ag-AIRR-205200-85.2003.5.17.0006 da 17a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO EXTREMO SUL DA BAHIA LTDA, Advogado: Fernando Teles Pasitto, Advogado: Rafael de Alencar Araripe Carneiro, Agravado(s): FABRICIO BROSEGHINI BARCELOS, Advogado: Grasielle Marchesi Bianchi, Decisão: por unanimidade, dar provimento ao agravo para examinar o agravo de instrumento em recurso de revista. Por unanimidade, dar provimento ao agravo de instrumento para, convertendo-o em recurso de revista, determinar a reatuação dos autos e a publicação da certidão de julgamento para ciência e intimação das partes e dos interessados de que o julgamento da revista dar-se-á na primeira sessão ordinária subsequente à data da referida publicação, nos termos do artigo 256 e seguintes do Regimento Interno desta Corte. Processo: ED-AIRR-226500-

49.2008.5.02.0361 da 2a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Embargante: EVERALDO GOMES DA SILVA, Advogado: Gloria Mary D'Agostino Sacchi, Embargado(a): COMPANHIA ULTRAGAZ S.A., Advogada: Juliana Andreozzi Carnevale, Decisão: por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração. Processo: AIRR - 282100-08.2009.5.02.0042 da 2a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s) e Agravado(s): ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A., Advogado: Lycurgo Leite Neto, Advogado: Marcelo Oliveira Rocha, Agravante(s) e Agravado(s): ANA MARIA RODRIGUES, Advogado: Leandro Meloni, Agravado(s): FUNDAÇÃO CESP, Advogado: Luís Fernando Feola Lencioni, Decisão: por unanimidade, negar provimento aos dois agravos de instrumento. Processo: AIRR-1000034-74.2015.5.02.0252 da 2a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): ALEXSANDRO GOMES INOCÊNCIO, Advogado: Fábio Borges Blas Rodrigues, Agravado(s): MRS LOGÍSTICA S.A., Advogada: Maria Helena Villela Autuori Rosa, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento. Processo: AIRR-1000220-87.2016.5.02.0050 da 2a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): COMPANHIA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA - CTEEP, Advogada: Priscila Mathias de Moraes Fichtner, Advogado: Marcelo Costa Mascaro Nascimento, Advogado: Eduardo Chalfin, Agravado(s): ROBINSON MAGALHÃES DE BARROS, Advogado: Miguel Ricardo Gatti Calmon Nogueira da Gama, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.; Processo: AIRR - 1000274-96.2015.5.02.0435 da 2a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ, Advogada: Taísa Cavalcante Sawada, Agravado(s): RENE LOPES, Advogado: César Chaves, Decisão: por unanimidade, não conhecer do agravo de instrumento.; Processo: AIRR - 1001248-30.2016.5.02.0264 da 2a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): DANIEL RODRIGUES DE MAGALHÃES, Advogado: José Vicente de Souza, Agravado(s): MOBIBRASIL TRANSPORTE DIADEMA LTDA., Advogado: Lívia Magro Câmara Gusan, Advogado: Marcos Antônio Falcão de Moraes, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.; Processo: AIRR - 1001362-75.2014.5.02.0316 da 2a. Região, Relator: Ministro Emmanoel Pereira, Agravante(s): GOL LINHAS AÉREAS S.A., Advogado: Osmar Mendes Paixão Côrtes, Agravado(s): ALESSANDRO DE JESUS SANTOS, Advogado: Cleber Mikio Cortez Mizuguti, Advogada: Carolina Alves Cortez, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento. Processo: ARR-29-09.2013.5.02.0036 da 2a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s), Agravado(a)(s), Recorrente(s) e Recorrido(a)(s): VIRGÍLIO LEONARDO, Advogada: Gislândia Ferreira da Silva, Agravante(s), Agravado(a)(s), Recorrente(s) e Recorrido(a)(s): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, Advogado: Daniel Popovics Canola, Decisão: por unanimidade, I - conhecer do recurso de revista do Reclamante, quanto ao tema "AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO. PRETENSÃO DE REFLEXOS. PRESCRIÇÃO PARCIAL", por divergência jurisprudencial, e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a prescrição total declarada e condenar o banco reclamado ao pagamento dos reflexos da parcela auxílio alimentação sobre as demais verbas de natureza salarial, observada a prescrição quinquenal parcial. Conhecer do recurso de

revista, quanto ao tema "DIFERENÇA DE FGTS SOBRE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. PRESCRIÇÃO TRINTENÁRIA DO FGTS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 362, II/TST", por contrariedade ao item II da Súmula 362/TST, e, no mérito, determinar a aplicação da prescrição trintenária da pretensão do FGTS decorrente do valor do auxílio-alimentação. Conhecer do recurso de revista do Reclamante, quanto ao tema "AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. NATUREZA JURÍDICA SALARIAL. ADMISSÃO ANTERIOR À ALTERAÇÃO DA NATUREZA DO BENEFÍCIO POR NORMA COLETIVA.", por contrariedade à Súmula 51, I, do TST e à OJ 413 da SBDI-1/TST, e, no mérito, dar-lhe provimento para reconhecer a natureza salarial do auxílio-alimentação, deferindo, por conseguinte, sua repercussão sobre as verbas salariais, inclusive sobre o FGTS, em parcelas vencidas e vincendas, observada a prescrição declarada e os limites impostos na inicial, conforme se apurar em regular liquidação. Juros e correção monetária na forma da lei. Descontos fiscais e previdenciários nos termos da Súmula 368 e da Orientação Jurisprudencial 363 da SBDI-1, do TST; e II - conhecer do recurso de revista do Banco reclamado, apenas quanto ao tema "DIVISOR BANCÁRIO", por má-aplicação da Súmula 124 do TST, e, no mérito, dar-lhe provimento para determinar que seja aplicado o divisor 180 ou 220 para jornada de seis ou oito horas diárias, respectivamente, no cálculo das horas extras. Mantido o valor da condenação, por compatível.; Processo: Ag-AIRR - 112-69.2011.5.11.0351 da 11a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): RACKEL FERREIRA DA FONSECA TAMBARA E OUTRO, Advogado: Paulo César Caetano Castro, Agravado(s): BANCO DO BRASIL S.A., Advogado: Diego Rios de Araújo, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo e, constatando o caráter manifestamente inadmissível do apelo, aplicar à Agravante a multa prevista no artigo 1.021, §4º, do CPC/2015, no percentual de 5% sobre o valor dado à causa (R\$ 1.000,00), o que perfaz o montante de R\$ 50,00 (cinquenta reais), a ser revertido em favor do Agravado, devidamente atualizado, nos termos do referido dispositivo de lei.; Processo: AIRR - 143-92.2014.5.12.0016 da 12a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): FABIANA CRISTINA COSTA NOGUEIRA, Advogado: Fernando Pereira Toniato, Agravado(s): WHIRLPOOL S.A., Advogado: Alberto Augusto de Poli, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.; Processo: ARR - 253-56.2013.5.04.0014 da 4a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s) e Recorrido(s): BANCO VOTORANTIM S.A. E OUTRA, Advogado: Alexandre de Almeida Cardoso, Agravado(s) e Recorrente(s): ANDRÉ LUÍS LLANTADA DE MOURA, Advogada: Paula Bartz de Angelis, Advogado: Eyder Lini, Decisão: por unanimidade, I - negar provimento ao agravo de instrumento dos Reclamados; II - conhecer do recurso de revista do Reclamante por contrariedade à Súmula 253/TST e, no mérito, dar-lhe provimento para reestabelecendo a sentença, determinar a integração dos valores pagos a título de PLR na base de cálculo das horas extras e os reflexos dessa parcela em repousos remunerados e feriados, aviso-prévio e férias. Custas inalteradas.; Processo: Ag-RR - 291-83.2014.5.09.0567 da 9a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): USINA DE AÇÚCAR SANTA TEREZINHA LTDA., Advogado: Indalécio Gomes Neto, Agravado(s): SÔNIA APARECIDA ROMERO, Advogado:

Horácio Toledo Nogueira, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo e, constatando o caráter manifestamente inadmissível do apelo, aplicar à Agravante a multa prevista no artigo 1.021, § 4º, do CPC/2015, no percentual de 5% sobre o valor dado à causa (R\$ 15.000,00), o que perfaz o montante de R\$ 750,00, a ser revertido em favor da Agravada, devidamente atualizado, nos termos do referido dispositivo de lei.; Processo: Ag-RR - 306-08.2011.5.04.0014 da 4a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE, Advogado: Jairo Henrique Gonçalves, Agravado(s): MARCELO PAGLIOLI FERREIRA, Advogado: Denise Pires Fincato, Decisão: por unanimidade, I - prover o agravo interposto pelo Reclamado; e II - conhecer do recurso de revista, por violação do artigo 173, §1º, II, da Constituição Federal, e, no mérito, dar-lhe provimento para, reformando a decisão do Tribunal Regional, declarar a validade da rescisão do contrato de trabalho do Reclamante, indeferindo, por conseguinte, a reintegração no emprego e o pagamento das parcelas decorrentes. Custas inalteradas.; Processo: AIRR - 310-27.2015.5.05.0192 da 5a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s) e Agravado(s): CLARO S.A., Advogado: José Augusto Silva Leite, Advogado: José Alberto Couto Maciel, Agravante(s) e Agravado(s): TEL CENTRO DE CONTATOS LTDA., Advogada: Cyntia Maria de Possidio Oliveira Lima, Agravado(s): APARECIDA DAS VIRGENS DA SILVA, Advogado: Nelson Silva Freire Júnior, Decisão: por unanimidade, dar provimento ao agravo de instrumento da segunda Reclamada para, convertendo-o em recurso de revista, determinar a reatuação do processo e a publicação da certidão de julgamento para ciência e intimação das partes e dos interessados de que o julgamento dos recursos de revista se dará na primeira sessão ordinária subsequente à data da referida publicação, nos termos dos artigos 256 e 257 do Regimento Interno desta Corte. Fica sobrestado o julgamento do agravo de instrumento da primeira Reclamada.; Processo: AIRR - 370-72.2013.5.05.0029 da 5a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): ANDRÉ VILA SERRA E OUTROS, Advogada: Daniela Martins Caldas, Agravado(s): UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA, Procurador: Antônio Cezar dos Santos, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.; Processo: Ag-AIRR - 383-66.2010.5.04.0203 da 4a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS, Advogado: Alvacir Rogério Santos da Rosa, Advogado: Renato Lobo Guimarães, Agravado(s): ADILSON DE CARVALHO, Advogado: Cícero Troglia, Agravado(s): PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, Advogado: Walter de Oliveira Monteiro, Advogado: Dirceu Marcelo Hoffmann, Agravado(s): BRASKEM S.A., Advogado: Roberto Pierri Bersch, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo e, constatando o caráter manifestamente inadmissível do apelo, aplicar à Agravante a multa prevista no artigo 1.021, §4º, do CPC/2015, no percentual de 5% sobre o valor dado à causa (R\$ 21.000,00), o que perfaz o montante de R\$ 1050,00 (um mil e cinquenta reais), a ser revertido em favor do Agravado (Reclamante), devidamente atualizado, nos termos do referido dispositivo de lei.; Processo: RR - 413-59.2015.5.17.0011 da 17a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Recorrente(s): MUNICÍPIO DE VITÓRIA, Procuradora: Márcia

Alessandra Corrêa, Recorrido(s): RAFAEL GONÇALVES NASCIMENTO, Advogado: Arthur Pinto de Andrade, Advogado: Alisson Agib Souza Cabral, Recorrido(s): CJF DE VIGILÂNCIA LTDA., , Decisão: por unanimidade, conhecer do recurso de revista por violação do artigo 71, § 1º, da Lei 8.666/93, e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a responsabilidade subsidiária atribuída ao segundo Reclamado, Município de Vitória, julgando, quanto a ele, improcedentes os pedidos iniciais. Custas inalteradas.; Processo: ARR - 422-63.2015.5.09.0651 da 9a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s) e Recorrente(s): ROBERT BOSCH LTDA., Advogado: Alexandre Euclides Rocha, Agravado(s) e Recorrido(s): HAMILTON LUIZ ALVES, Advogada: Soeli Ingrácio de Silva, Decisão: por unanimidade, I - negar provimento ao agravo de instrumento da Reclamada; e II - não conhecer do recurso de revista da Reclamada.; Processo: RR - 556-32.2016.5.17.0005 da 17a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Recorrente(s): MUNICÍPIO DE VITÓRIA, Procurador: Eron Heringer da Silva, Recorrido(s): ROSÂNGELA MARIA GARCIA BEZERRA, Advogada: Lorena Guerra Lopes, Recorrido(s): SERVICON SERVIÇOS E CONSERVAÇÃO LTDA., Advogado: Fábio Marvilla da Silva, Decisão: por unanimidade, conhecer do recurso de revista por violação do artigo 71, § 1º, da Lei 8.666/93 e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a responsabilidade subsidiária atribuída ao Município de Vitória, julgando, quanto ao Ente Público, improcedentes os pedidos iniciais. Custas inalteradas.; Processo: ARR - 570-30.2014.5.08.0007 da 8a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s), Agravado(a)(s) e Recorrente(s): AZEVEDO BARBOSA CONSULTORIA DE IMOVEIS LTDA., Advogado: Davi Costa Lima, Agravante(s), Agravado(a) e Recorrido(s): SERGIO SOUZA SOLANO, Advogado: Felipe Jacob Chaves, Decisão: por unanimidade, I - negar provimento ao agravo de instrumento do Reclamante; e II - conhecer do recurso de revista da Reclamada, por contrariedade à Súmula 368, I, do TST, e, no mérito, dar-lhe provimento para declarar a incompetência da Justiça do Trabalho para executar de ofício as contribuições previdenciárias incidentes sobre os salários reconhecidos por decisão judicial como pagos ao longo do vínculo empregatício. Mantida a competência desta Especializada em relação à execução das contribuições previdenciárias decorrentes das parcelas reconhecidas em juízo que não foram pagas ao longo do contrato de trabalho. Custas inalteradas.; Processo: AIRR - 595-39.2013.5.06.0361 da 6a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT BRASIL S.A., Advogada: Juliana de Abreu Teixeira, Agravado(s): JOSÉ RAMOS REZENDE SILVA, Advogado: Maria de Lourdes Dantas Ferreira de Almeida, Agravado(s): ABC CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA., , Decisão: por unanimidade, dar parcial provimento ao agravo de instrumento para, convertendo-o em recurso de revista, determinar a reautuação do processo e a publicação da certidão de julgamento para ciência e intimação das partes e dos interessados de que o julgamento do recurso de revista se dará na primeira sessão ordinária subsequente à data da referida publicação, nos termos dos artigos 256 e 257 do Regimento Interno desta Corte.; Processo: Ag-AIRR - 621-61.2015.5.06.0007 da 6a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): LIQ CORP S.A., Advogada: Carla Elisângela Ferreira Alves Teixeira, Advogado: José Alberto Couto

Maciel, Agravado(s): BRUNO SOUZA NUNES DA CUNHA, Advogado: Erwin Herbert Friedheim Neto, Agravado(s): ITAÚ UNIBANCO S.A., Advogado: Mozart Victor Russomano Neto, Advogado: Antônio Braz da Silva, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo e, constatando o caráter manifestamente inadmissível do apelo, aplicar ao Agravante a multa prevista no artigo 1.021, §4º, do CPC/2015, no percentual de 5% sobre o valor da causa (R\$ 50.000,00), o que perfaz o montante de R\$ 2.500,00, a ser revertido em favor do Reclamante, devidamente atualizado, nos termos do referido dispositivo de lei.; Processo: RR - 638-12.2013.5.09.0322 da 9a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Recorrente e Recorrido: HERMES RODRIGUES DOS SANTOS, Advogada: Ananda Pinheiro, Recorrente e Recorrido: ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA - APPA, Advogado: Vinícius Gabriel Silvério, Advogada: Jacqueline Andréa Wendpap, Decisão: por unanimidade, I - conhecer do recurso de revista da Reclamada quanto ao tema "PRESCRIÇÃO. REAJUSTES SALARIAIS. PREVISÃO EM NORMA COLETIVA", por divergência jurisprudencial e, no mérito, dar-lhe provimento para restabelecer a sentença (fls. 238/240), em que declarada a prescrição total das pretensões deduzidas na inicial, julgando, por conseguinte, extinto o processo com resolução de mérito, nos termos do artigo 269, IV, do CPC/73 (artigo 487, II, do CPC/2015); e II - julgar prejudicado o recurso de revista do Reclamante em face do provimento do recurso da Reclamada. Custas pelo Reclamante no importe de R\$560,00, calculadas sobre o valor dado à causa (R\$28.000,00), de cujo pagamento fica dispensado em face do deferimento dos benefícios da justiça gratuita.; Processo: ED-RR - 647-54.2014.5.02.0444 da 2a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Embargante: ALEXANDRO FERREIRA DA SILVA, Advogado: José Henrique Coelho, Embargado(a): COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP, Advogado: Sérgio Quintero, Embargado(a): PORTAL TRILHOS SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO LTDA., , Decisão: por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração.; Processo: ARR - 673-23.2013.5.03.0068 da 3a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s) e Recorrido(s): BENEDITO ANTÔNIO MILANI, Advogado: Gilberto Rodrigues de Freitas, Agravado(s) e Recorrente(s): BANCO DO BRASIL S.A., Advogado: Leonardo Gauland Magalhães Bortoluzzi, Advogado: Igor D'Moura Cavalcante, Decisão: por unanimidade, dar provimento ao agravo de instrumento do Reclamante para, convertendo-o em recurso de revista, determinar a reautuação do processo e a publicação da certidão de julgamento para ciência e intimação das partes e dos interessados de que o julgamento do recurso de revista se dará na primeira sessão ordinária subsequente à data da referida publicação, nos termos dos artigos 256 e 257 do Regimento Interno desta Corte. Fica sobrestado o julgamento do recurso de revista do Reclamado.; Processo: ARR - 737-33.2016.5.17.0005 da 17a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s) e Recorrente(s): COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE, Advogado: Valton Doria Pessoa, Advogado: Gustavo Oliveira Galvão, Agravado(s) e Recorrido(s): JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS, Advogado: José Rogério Alves, Agravado(s) e Recorrido(s): EIT ENGENHARIA S.A., Advogado: Maria Lúcia de Menezes Neiva, Decisão: por unanimidade, I - conhecer do recurso de revista, quanto a tema

"ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. TERCEIRIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ÔNUS DA PROVA QUANTO À FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. INDICAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ARTIGO 71, §1º, DA LEI 8.666/93. SÚMULA 331, V, DO TST. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA CARACTERIZADA", por violação do artigo 71, § 1º, da Lei 8.666/93, e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a responsabilidade subsidiária do Ente Público pelos créditos trabalhistas devidos ao Reclamante, julgando, quanto a ele, improcedentes os pedidos iniciais. II - julgar prejudicado o agravo de instrumento em face do provimento do recurso de revista. Custas inalteradas.; Processo: ED-RR - 742-70.2010.5.01.0018 da 1a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Embargante(s) e Embargado(s): COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - COMLURB, Advogado: Marco Aurélio Peralta de Lima Brandão, Embargante(s) e Embargado(s): MARIA DE LOURDES MORAES GENESINE, Advogada: Sandra Maria de Almeida Gomes, Decisão: por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração da Reclamada e da Reclamante.; Processo: Ag-AIRR - 745-27.2015.5.10.0009 da 10a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT, Advogado: Eduardo Mendes Sá, Advogada: Luzia Alves Lopes, Advogada: Agda da Silva Dias, Agravado(s): MARCELO BRUNO DE OLIVEIRA BRANDÃO MARTINS, Advogado: Heráclito Zanoni Pereira, Decisão: suspender o julgamento do processo em virtude de pedido de vista regimental formulado pelo Exmo. Ministro Breno Medeiros, após o Exmo. Ministro Relator votar no sentido de negar provimento ao agravo e, constatando o caráter manifestamente inadmissível do apelo, cominar à Agravante a aplicação da multa prevista no artigo 1.021, §4º, do CPC/2015, no percentual de 5% sobre o valor dado à causa (R\$ 30.000,00), o que perfaz o montante de R\$ 1.500,00, a ser revertido em favor do Reclamante, devidamente atualizado, nos termos do referido dispositivo de lei.; Processo: AIRR - 760-05.2015.5.21.0004 da 21a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): MUNICÍPIO DO NATAL, Procurador: Heriberto Escolástico Bezerra Júnior, Agravado(s): FRANCISCO DAS CHAGAS PONTES, Advogada: Marileide Marcia Cunha, Agravado(s): URBANA COMPANHIA DE SERVIÇOS URBANOS DE NATAL, Advogado: Rogério Ribeiro de Meiroz Grilo, Decisão: por unanimidade, dar provimento ao agravo de instrumento para, convertendo-o em recurso de revista, determinar a reatuação do processo e a publicação da certidão de julgamento para ciência e intimação das partes e dos interessados de que o julgamento do recurso de revista se dará na primeira sessão ordinária subsequente à data da referida publicação, nos termos dos artigos 256 e 257 do Regimento Interno desta Corte.; Processo: AIRR - 792-09.2013.5.01.0401 da 1a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS, Procurador: Irã Luiz Veloso, Agravado(s): JORGE MENEZES RANGEL, Advogado: Álvaro Ribeiro Xavier, Agravado(s): INFORNOVA AMBIENTAL LTDA., , Decisão: por unanimidade, dar provimento ao agravo de instrumento para, convertendo-o em recurso de revista, determinar a reatuação do processo e a publicação da certidão de julgamento para ciência e intimação das partes e dos interessados de que o julgamento do recurso de revista se dará na primeira sessão ordinária subsequente à data da referida

publicação, nos termos dos artigos 256 e 257 do Regimento Interno desta Corte.; Processo: ARR - 831-48.2014.5.03.0002 da 3a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s) e Recorrido(s): BANCO BRADESCO S.A., Advogada: Vanessa Dias Lemos, Advogada: Veruska Aparecida Custódio, Advogado: Victor Russomano Júnior, Agravado(s) e Recorrente(s): GLOBAL TELEATENDIMENTO E TELESSERVIÇOS DE COBRANÇAS LTDA., Advogada: Anita Pereira do Carmo, Advogado: José Alberto Couto Maciel, Advogado: Albert do Carmo Amorim, Agravado(s) e Recorrido(s): GEISILAINE DA CRUZ SANTOS, Advogado: Juliano Pereira Nepomuceno, Decisão: por unanimidade, conhecer do recurso de revista da segunda Reclamada, por má-aplicação da Súmula 331, I/TST, e, no mérito, dar-lhe provimento, para reconhecer a licitude da terceirização, afastar a aplicação das normas legais e convencionais referentes aos empregados do banco tomador de serviços e, por conseguinte, o pagamento das parcelas daí decorrentes, julgando improcedentes os pedidos iniciais. Determinam-se custas processuais pela Reclamante no importe de R\$ 886,00, de cujo pagamento encontra-se dispensada em face do deferimento dos benefícios da justiça gratuita.; Processo: Ag-AIRR - 922-30.2016.5.10.0017 da 10a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): PEARSON EDUCATION DO BRASIL S.A., Advogado: Roberto de Faria Miranda, Agravado(s): JOSIVAN COSTA LOPES RIBEIRO, Advogado: Leandro A. Ferreira Medeiros, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo e, constatando o caráter manifestamente inadmissível do apelo, aplicar à Agravante a multa prevista no artigo 1.021, § 4º, do CPC/2015, no percentual de 5% sobre o valor dado à causa (R\$ 5.000,00), o que perfaz o montante de R\$ 250,00, a ser revertido em favor do Agravado, devidamente atualizado, nos termos do referido dispositivo de lei.; Processo: AIRR - 1036-87.2015.5.19.0005 da 19a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): MUNICÍPIO DE MACEIÓ, Procurador: Paulo Roberto Freitas de Albuquerque, Agravado(s): WASHINGTON SANTOS BRANDÃO, Advogada: Sarah Correia Lima, Agravado(s): VIVA AMBIENTAL E SERVIÇOS S.A., Advogado: Gabriel Turiano Moraes Nunes, Decisão: por unanimidade, dar provimento ao agravo de instrumento para, convertendo-o em recurso de revista, determinar a reautuação do processo e a publicação da certidão de julgamento para ciência e intimação das partes e dos interessados de que o julgamento do recurso de revista se dará na primeira sessão ordinária subsequente à data da referida publicação, nos termos dos artigos 256 e 257 do Regimento Interno desta Corte.; Processo: ARR - 1074-20.2014.5.03.0025 da 3a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s) e Recorrido(s): ITAÚ UNIBANCO S.A., Advogada: Valéria Ramos Esteves de Oliveira, Advogado: Mozart Victor Russomano Neto, Agravado(s) e Recorrente(s): AÇÃO CONTACT CENTER LTDA., Advogado: Joaquim Martins Pinheiro Filho, Agravado(s) e Recorrido(s): RENATA RODRIGUES DE SOUZA, Advogado: Fabrício José Monteiro de Souza Costa, Decisão: por unanimidade, I - conhecer do recurso de revista, por má-aplicação da Súmula 331, III/TST, e, no mérito, dar-lhe provimento, para, reputando lícita a terceirização, julgar improcedentes os pleitos iniciais. Inverte-se o ônus da sucumbência e determina-se custas processuais pela Reclamante no importe de R\$ 559,84, de cujo pagamento encontra-se dispensada em

face do deferimento dos benefícios da justiça gratuita; e II - julgar prejudicado o agravo de instrumento do Banco Reclamado em face do provimento do recurso de revista da primeira Reclamada.; Processo: Ag-AIRR - 1102-51.2015.5.02.0034 da 2a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): BANCO DO BRASIL S.A., Advogado: Moisés Vogt, Advogada: Rita de Cássia Adorno Sitta, Advogado: Waléria Valquiria Maria da Silva, Agravado(s): JOSIAS RICARDO SOARES CORTEZ, Advogada: Solange Aparecida de Freitas Manzano, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo e, constatando o caráter manifestamente inadmissível do apelo, aplicar ao Agravante a multa prevista no artigo 1.021, § 4º, do CPC/2015, no percentual de 5% sobre o valor dado à causa (R\$ 35.000,00), o que perfaz o montante de R\$ 1.750,00, a ser revertido em favor do Agravado, devidamente atualizado, nos termos do referido dispositivo de lei.; Processo: Ag-RR - 1131-28.2014.5.12.0012 da 12a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): SEBASTIÃO VALDECI RIBEIRO MELO, Advogada: Ana Paula Fontes de Andrade, Agravado(s): BRF S.A., Advogado: Cláudio Roberto Hartwig, Advogado: Osmar Mendes Paixão Côrtes, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo e, constatando o caráter manifestamente inadmissível do apelo, aplicar ao Agravante a multa prevista no artigo 1.021, § 4º, do CPC/2015, no percentual de 2% sobre o valor dado à causa (R\$ 20.000,00), o que perfaz o montante de R\$ 400,00, a ser revertido em favor da Agravada, devidamente atualizado, nos termos do referido dispositivo de lei.; Processo: AIRR - 1136-98.2013.5.02.0065 da 2a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): SINDICATO DOS TRABALHADORES EM HOTÉIS, APART HOTÉIS, MOTÉIS, FLATS, PENSÕES, HOSPEDARIAS, POUSADAS, RESTAURANTES, CHURRASCARIAS, CANTINAS, PIZZARIAS, BARES, LANCHONETES, SORVETERIAS, CONFEITARIAS, DOCERIAS, BUFFETS, FAST-FOODS E ASSEMELHADOS DE SÃO PAULO E REGIÃO - SINTHORESP, Advogado: Aclibes Burgarelli Filho, Agravado(s): GERIBA BAR E RESTAURANTE LTDA., , Decisão: suspender o julgamento do processo em virtude de pedido de vista regimental formulado pelo Exmo. Ministro Breno Medeiros, após o Exmo. Ministro Relator votar no sentido de dar provimento ao agravo de instrumento para, convertendo-o em recurso de revista, determinar a reautuação do processo e a publicação da certidão de julgamento para ciência e intimação das partes e dos interessados de que o julgamento do recurso de revista se dará na primeira sessão ordinária subsequente à data da referida publicação, nos termos dos artigos 256 e 257 do Regimento Interno desta Corte.; Processo: AIRR - 1154-81.2015.5.05.0222 da 5a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, Advogado: Dirceu Marcelo Hoffmann, Agravado(s): ROBERTO SANTOS DE SOUZA, Advogada: Thamires Simões Silva, Agravado(s): GDK S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL), Advogado: Marcelo de Araújo Ferraz, Advogado: Michel de Melo Possídio, Advogado: João Alberto Facó Júnior, Decisão: por unanimidade, dar provimento ao agravo de instrumento para, convertendo-o em recurso de revista, determinar a reautuação do processo e a publicação da certidão de julgamento para ciência e intimação das partes e dos interessados de que o julgamento do recurso de revista se dará na primeira sessão

ordinária subsequente à data da referida publicação, nos termos dos artigos 256 e 257 do Regimento Interno desta Corte.; Processo: RR - 1212-87.2013.5.02.0012 da 2a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Recorrente(s): BANCO DO BRASIL S.A., Advogado: Marcelo Oliveira Rocha, Recorrido(s): CRISTIANA ALVES DOS SANTOS, Advogado: Francisco Cruz Lazarini, Recorrido(s): CONSERVAR SERVIÇOS LTDA., , Decisão: por unanimidade, conhecer do recurso de revista, quanto a tema "ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. TERCEIRIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ÔNUS DA PROVA QUANTO À FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. INDICAÇÃO DE CONTRARIEDADE À SÚMULA 331, V, DO TST. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA CARACTERIZADA.", por contrariedade à Súmula 331, item V, do TST, e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a responsabilidade subsidiária do Ente Público pelos créditos trabalhistas devidos à Reclamante, julgando, quanto a ele, improcedentes os pedidos iniciais. Custas inalteradas.; Processo: RR - 1240-22.2014.5.05.0017 da 5a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Recorrente(s): ESTADO DA BAHIA, Procurador: Frederico Augusto Valverde Oliveira, Recorrido(s): RAFAELA PIRES LEMOS, Advogado: José Leite Saraiva Filho, Advogado: Gabriel Botelho Nascimento, Advogado: Ivan Isaac Ferreira Filho, Recorrido(s): ASSEMP GESTÃO EMPRESARIAL LTDA., , Decisão: por unanimidade, conhecer do recurso de revista por violação do artigo 71, § 1º, da Lei 8.666/93, e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a responsabilidade subsidiária atribuída ao Recorrente, julgando, quanto ao Ente Público, improcedentes os pedidos iniciais. Custas inalteradas.; Processo: Ag-ED-AIRR - 1277-73.2012.5.01.0003 da 1a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): LILIAN TEREZA LEANDRO ESTEVAM, Advogado: Miguel Morais Neto, Agravado(s): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, Advogado: Paula Brezinski Torrão, Advogada: Marta Gorini Vieira, Decisão: por unanimidade, I - dar provimento ao agravo; e II - dar provimento ao agravo de instrumento para, convertendo-o em recurso de revista, determinar a reautuação do processo e a publicação da certidão de julgamento para ciência e intimação das partes e dos interessados de que o julgamento do recurso de revista se dará na primeira sessão ordinária subsequente à data da referida publicação, nos termos dos artigos 256 e 257 do Regimento Interno desta Corte.; Processo: AIRR - 1284-16.2017.5.11.0002 da 11a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): ESTADO DO AMAZONAS, Procuradora: Indra Mara Bessa, Agravado(s): VANESSA DA SILVA CASTELO BRANCO, Advogado: Vitor Vilhena Gonçalo da Silva, Advogada: Érika Naiana d'Aquino Pires, Agravado(s): TAPAJÓS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI - EPP, , Decisão: por unanimidade, dar provimento ao agravo de instrumento para, convertendo-o em recurso de revista, determinar a reautuação do processo e a publicação da certidão de julgamento para ciência e intimação das partes e dos interessados de que o julgamento do recurso de revista se dará na primeira sessão ordinária subsequente à data da referida publicação, nos termos dos artigos 256 e 257 do Regimento Interno desta Corte.; Processo: RR - 1326-74.2016.5.19.0003 da 19a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Recorrente(s): AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE ALAGOAS -

ARSAL, Procurador: Fernando José Ramos Macias, Recorrido(s): MAXWELL FIDELIS FREIRE CAVALCANTE, Advogado: Gustavo de Macedo Veras, Recorrido(s): FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - FADURPE, Advogado: Tiago Macedo Varejão, Decisão: por unanimidade, conhecer do recurso de revista por violação do artigo 71, § 1º, da Lei 8.666/93, e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a responsabilidade subsidiária atribuída à segunda Reclamada, julgando, quanto a ela, improcedentes os pedidos iniciais. Custas inalteradas.; Processo: RR - 1352-41.2012.5.01.0059 da 1a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Recorrente(s): EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO, Advogado: Andréa Montanari Rosa Rangel, Recorrido(s): LEONARDO DOS SANTOS COSTA, Advogado: Clarissa Costa de Carvalho, Recorrido(s): TEREVIG VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA., , Decisão: por unanimidade, conhecer do recurso de revista por violação do artigo 71, § 1º, da Lei 8.666/93, e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a responsabilidade subsidiária atribuída à segunda Reclamada, julgando, quanto a ela, improcedentes os pedidos iniciais. Custas inalteradas.; Processo: RR - 1363-80.2017.5.11.0006 da 11a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Recorrente(s): ESTADO DO AMAZONAS, Procuradora: Débora Bandeira Koenow, Recorrido(s): MIRNA SILVA SOUZA E SOUSA, Advogada: Samarah Serruya Assis, Recorrido(s): TAPAJÓS SERVIÇOS HOSPITALARES EIRELI, , Recorrido(s): MEDICAL GESTÃO HOSPITALAR EIRELI - EPP, , Recorrido(s): G DE A AGUIAR EIRELI - EPP, , Decisão: por unanimidade, conhecer do recurso de revista por violação do artigo 818 da CLT, e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a responsabilidade subsidiária do Ente Público pelos créditos trabalhistas devidos ao Reclamante, julgando, quanto a ele, improcedentes os pedidos iniciais. Custas inalteradas.; Processo: AIRR - 1379-65.2014.5.03.0134 da 3a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): TEMPO SERVIÇOS LTDA. E OUTROS, Advogado: Vidal Ribeiro Ponçano, Agravado(s): SUZY NEIDE FERREIRA DE ANDRADE, Advogada: Maria Elizete Dias Dantas, Agravado(s): ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S.A., Advogada: Letícia Alves Gomes, Decisão: por unanimidade, dar provimento ao agravo de instrumento para, convertendo-o em recurso de revista, determinar a reatuação do processo e a publicação da certidão de julgamento para ciência e intimação das partes e dos interessados de que o julgamento do recurso de revista se dará na primeira sessão ordinária subsequente à data da referida publicação, nos termos dos artigos 256 e 257 do Regimento Interno desta Corte.; Processo: Ag-AIRR - 1389-95.2015.5.02.0007 da 2a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): LIQ CORP S.A., Advogado: Urbano Vitalino de Melo Neto, Advogada: Carla Elisângela Ferreira Alves Teixeira, Advogado: José Alberto Couto Maciel, Agravado(s): MILENE DOS SANTOS OLIVEIRA, Advogado: Adilson Moacir da Silva Santos, Agravado(s): CGMP - CENTRO DE GESTÃO DE MEIOS DE PAGAMENTO S.A., Advogado: Rodrigo de Souza Rossanezi, Decisão: por unanimidade, não conhecer do agravo e, constatando o caráter manifestamente inadmissível do apelo, aplicar à Agravante a multa prevista no artigo 1.021, §4º, do CPC/2015, no percentual 5%, sobre o valor da causa (R\$33.000,00), o que perfaz o

montante de R\$1.650,00, a ser revertida à Agravada Reclamante, devidamente atualizado, nos termos do referido dispositivo de lei.; Processo: Ag-AIRR - 1417-16.2013.5.03.0004 da 3a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): MGS MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A., Advogado: Aline Gonzaga Araújo, Agravado(s): ADEMAR PEREIRA DE OLIVEIRA, Advogado: Gislene Chaves Foureaux, Decisão: por unanimidade, I - prover o agravo interposto pela Reclamada; II - dar provimento ao agravo de instrumento para, convertendo-o em recurso de revista, determinar a reautuação do processo e a publicação da certidão de julgamento para ciência e intimação das partes e dos interessados de que o julgamento do recurso de revista se dará na primeira sessão ordinária subsequente à data da referida publicação, nos termos dos arts. 256 e 257 do Regimento Interno desta Corte.; Processo: RR - 1437-28.2011.5.05.0131 da 5a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Recorrente(s): SAUÍPE S.A., Advogada: Marcela do Carmo Vilas Boas, Advogado: Jamille Barreto Quadros Souza, Advogado: Roberto Freitas Pessoa, Recorrido(s): ESPÓLIO de LUIZ BARBOSA, Advogado: Iuri Vasconcelos, Decisão: por unanimidade, conhecer do recurso de revista quanto ao tema "ACIDENTE DE TRÂNSITO. TRAJETO RESIDÊNCIA-TRABALHO. FATO DE TERCEIRO. PRETENSÃO INDENIZATÓRIA", por violação dos artigos 186 e 927 do CC, e, no mérito, dar-lhe provimento para restabelecer a sentença, na qual julgado improcedente o pleito de pagamento de indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente do trabalho. Custas processuais no importe de R\$100,00, calculadas sobre o valor de R\$5.000,00. Obs.1: falou pelo(s) Recorrido(s) o Dr. Iuri Vasconcelos. Obs.2: presente à Sessão o Dr. Roberto Freitas Pessoa, patrono do Recorrente. Processo: ARR-1485-21.2014.5.09.0664 da 9a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s) e Recorrente(s): BSI TECNOLOGIA LTDA., Advogado: Elaine C. Andreotti, Advogada: Debora Ribeiro de Pina, Agravado(s) e Recorrido(s): FERNANDO FLEURINGER SILVA, Advogado: Drayson Ricardo Bueno Costa, Decisão: por unanimidade, I - negar provimento ao agravo de instrumento; II - conhecer do recurso de revista por violação do artigo 39, § 1º, da Lei nº 8.177/1991 e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a aplicação da taxa SELIC e determinar que a atualização das contribuições previdenciárias obedeça à Taxa Referencial Diária - TRD. Processo: ARR-1504-55.2011.5.24.0004 da 24a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s), Recorrente(s) e Recorrido(a)(s): IONEI BENITO DE VASCONCELOS, Advogado: Marco Antônio de Araújo Curval, Agravado(a)(s), Recorrente(s) e Recorrido(a)(s): ITAÚ UNIBANCO S.A., Advogado: Gesse Cubel Gonçalves, Advogado: Victor Russomano Júnior, Decisão: por unanimidade, I - conhecer do recurso de revista do Reclamante, quanto ao tema "EMPREGADO EM GOZO DO AUXÍLIO-DOENÇA. INCAPACIDADE LABORAL TOTAL. MANUTENÇÃO DO PLANO DE SAÚDE. SÚMULA 440/TST" por violação do artigo 949 do CC, e, no mérito, determinar a manutenção do plano saúde, nos mesmos moldes em que usufruído pelo Reclamante, não apenas durante a suspensão de seu contrato de trabalho, nos termos da Súmula 440/TST, mas enquanto o contrato estiver em vigor; conhecer do recurso de revista, quanto ao tema "INDENIZAÇÃO PELO USO DE VEÍCULO E RESSARCIMENTO DE DESPESAS

COM COMBUSTÍVEL", por divergência jurisprudencial, e, no mérito dar-lhe provimento para deferir indenização pela deterioração em veículo particular utilizado no desempenho das atividades profissionais, a ser apurada em liquidação de sentença, na forma que entender de direito o juízo competente da fase executória. Considerando a natureza indenizatória da parcela deferida, não incidem sobre ela contribuições previdenciárias e fiscais. Juros e correção monetária, nos termos do artigo 39 da Lei 8.177/91 e das Súmulas 200 e 381 do TST; e, III - conhecer do recurso de revista do Banco reclamado, quanto ao tema "DIVISOR BANCÁRIO. DIVISOR DE HORAS EXTRAS. REGRA GERAL DO ARTIGO 64 DA CLT. 180 E 220 PARA JORNADA NORMAL DE SEIS OU OITO HORAS. INCIDENTE DE RECURSO REPETITIVO", por contrariedade à Súmula 124/TST, e, no mérito, dar-lhe provimento para determinar seja aplicado no cálculo das horas extras o divisor 180; conhecer do recurso de revista do Banco Reclamado, quanto ao tema "INTERVALO DE DIGITADOR", por violação do artigo 72 da CLT, e, no mérito, dar-lhe provimento para excluir da condenação as horas extraordinárias relativas ao intervalo a que se refere o artigo 72 da CLT. Mantido o valor das custas; conhecer do recurso de revista do Banco Reclamado, quanto ao tema "INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. EMPREGADO EM GOZO DO AUXÍLIO-DOENÇA. INCAPACIDADE TEMPORÁRIA. EXPECTATIVA DE RECUPERAÇÃO. PENSÃO VITALÍCIA INDEVIDA", por violação do artigo 950 do CC, e, no mérito, dar-lhe provimento para restabelecer a sentença na íntegra quanto ao pagamento da pensão mensal ao Reclamante, no valor da última remuneração auferida, observados os reajustes convencionais, até a sua efetiva recuperação, limitada aos 65 anos de idade. Mantido o valor das custas. Obs.1: falou pelo Agravante, Recorrente e Recorrido o Dr. Marco Antônio de Araújo Curval. Obs.2: falou pelo Agravado, Recorrente e Recorrido o Dr. Marcelo Volkart. Processo: ARR-1587-67.2015.5.08.0201 da 8a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s) e Recorrente(s): COMAU DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., Advogado: Arnaldo Gaspar Eid, Agravado(s) e Recorrido(s): PAULO HENRIQUE PEREIRA DA SILVA, Advogado: Manoel Carlos Pereira Souza, Decisão: por unanimidade, conhecer do recurso de revista, quanto ao tema "NORMA COLETIVA. HORAS IN ITINERE. SUPRESSÃO. CONCESSÃO DE VANTAGENS COMPENSATÓRIAS. VALIDADE" e, no mérito, dar-lhe provimento para excluir da condenação o pagamento das horas in itinere e respectivos reflexos. Restabelecida a sentença quanto ao valor da condenação. Processo: AIRR-1790-74.2013.5.01.0401 da 1a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS, Procuradora: Roberta Kelly Lourenço Morgado, Agravado(s): GENALDO RODRIGUES PEREIRA, Advogado: Renata Hipolito Castilho do Nascimento, Agravado(s): INFORNOVA AMBIENTAL LTDA., Decisão: por unanimidade, dar provimento ao agravo de instrumento para, convertendo-o em recurso de revista, determinar a reatuação do processo e a publicação da certidão de julgamento para ciência e intimação das partes e dos interessados de que o julgamento do recurso de revista se dará na primeira sessão ordinária subsequente à data da referida publicação, nos termos dos arts. 256 e 257 do Regimento Interno desta Corte. Processo: AIRR - 1976-31.2010.5.15.0137 da 15a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues,

Agravante(s): ADRIANO DA COSTA, Advogado: Paulo Roberto Xavier, Agravante(s): AMBIENTAL PAULISTA PROJETOS E OBRAS LTDA., Advogado: Marcelo Kamachi Kobashigawa, Agravado(s): OS MESMOS, Decisão: por unanimidade, dar provimento parcial ao agravo de instrumento do Reclamante, para convertendo-o em recurso de revista, determinar a reatuação do processo e a publicação da certidão de julgamento para ciência e intimação das partes e dos interessados de que o julgamento do recurso de revista se dará na primeira sessão ordinária subsequente à data da referida publicação, nos termos dos artigos 256 e 257 do Regimento Interno desta Corte. Fica sobrestado o julgamento do agravo de instrumento da Reclamada. Processo: RR-2012-54.2016.5.07.0018 da 7a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Recorrente(s): ESTADO DO CEARÁ, Procuradora: Roberta Aline Ferreira de Lima, Procuradora: Lorena de Sousa Damascena, Recorrido(s): EDNILSON GOMES DE MELO, Advogado: Lya Carvalho Veras, Recorrido(s): E. MENDES FERREIRA - ME, Decisão: por unanimidade, conhecer do recurso de revista, quanto a tema "ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. TERCEIRIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ÔNUS DA PROVA QUANTO À FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. INDICAÇÃO DE CONTRARIEDADE À SÚMULA 331, V, DO TST. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA CARACTERIZADA.", por contrariedade à Súmula 331, item V, do TST, e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a responsabilidade subsidiária do Ente Público pelos créditos trabalhistas devidos ao Reclamante, julgando, quanto a ele, improcedentes os pedidos iniciais. Custas inalteradas. Processo: RR-2083-50.2012.5.10.0006 da 10a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Recorrente(s): SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE, Advogado: Osmar Mendes Paixão Côrtes, Recorrido(s): EVANDRO SERGIO MARTINS LEITE, Advogado: Gilberto Cláudio Hoerlle, Decisão: por unanimidade, conhecer do recurso de revista, por divergência jurisprudencial, e, no mérito, dar-lhe provimento para restabelecer a sentença, por meio da qual foram julgados improcedentes os pedidos iniciais. Custas inalteradas.; Processo: AIRR-2117-22.2011.5.02.0058 da 2a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): JOSÉ DA PAIXÃO PEREIRA, Advogado: Leandro Meloni, Agravado(s): FUNDAÇÃO CESP, Advogado: Luís Fernando Feola Lencioni, Agravado(s): ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A., Advogado: Marcelo Oliveira Rocha, Advogado: Lycurgo Leite Neto, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento. Processo: RR-2190-95.2016.5.11.0016 da 11a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Recorrente(s): ESTADO DO AMAZONAS, Procurador: Thiago Oliveira Costa, Recorrido(s): JULIANA ALMEIDA PIRES, Advogado: Vanessa Janine Rodrigues da Costa, Recorrido(s): TOTAL SAÚDE SERVIÇOS MÉDICOS E ENFERMAGEM LTDA. - EPP, Decisão: por unanimidade, conhecer do recurso de revista, por violação do artigo 818 da CLT, e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a responsabilidade subsidiária do ente público pelos créditos trabalhistas devidos à Reclamante, julgando, quanto a ele, improcedentes os pedidos iniciais. Custas inalteradas.; Processo: RR - 2214-26.2016.5.11.0016 da 11a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues,

Recorrente(s): ESTADO DO AMAZONAS, Procuradora: Débora Bandeira Koenow, Recorrido(s): VIRGÍNIA PEREIRA LOPES, Advogado: Vanda Cardoso Graciano Veloso, Recorrido(s): TOTAL SAÚDE SERVIÇOS MÉDICOS E ENFERMAGEM LTDA., , Decisão: por unanimidade, conhecer do recurso de revista por violação do artigo 71, § 1º, da Lei 8.666/93 e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a responsabilidade subsidiária atribuída ao Estado do Amazonas, julgando, quanto ao Ente Público, improcedentes os pedidos iniciais. Custas inalteradas.; Processo: ARR - 2226-47.2014.5.03.0173 da 3a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s) e Recorrido(s): CALLINK SERVIÇOS DE CALL CENTER LTDA., Advogado: Vinícius Costa Dias, Agravado(s) e Recorrente(s): BANCO SANTANDER BRASIL S.A., Advogada: Gabriela Carr, Agravado(s) e Recorrido(s): LUCIENE FRANCISELE FERREIRA SILVA, Advogado: Hedimar de Oliveira Mendes, Decisão: por unanimidade, I - não conhecer do agravo de instrumento da primeira Reclamada; e II - conhecer do recurso de revista, por má-aplicação da Súmula 331, III, do TST, e, no mérito, dar-lhe provimento, para, reputando lícita a terceirização, afastar o reconhecimento do vínculo empregatício diretamente com o Banco Reclamado, por conseguinte, a determinação de retificação da CTPS da Autora quanto ao empregador e a condenação ao pagamento de parcelas decorrentes do enquadramento da Reclamante como bancária, mantendo, entretanto, a responsabilidade subsidiária do Banco Reclamado pelo adimplemento das verbas trabalhistas devidas pela CALLINK SERVIÇOS DE CALL CENTER. Valor da condenação e custas inalterados.; Processo: AIRR - 2249-05.2011.5.03.0106 da 3a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): LILIANE APARECIDA PIZANI, Advogado: Rogério Vieira Santiago, Agravado(s): BELOTUR - EMPRESA MUNICIPAL DE TURISMO DE BELO HORIZONTE S.A., Advogada: Wânia Guimarães Rabêllo de Almeida, Decisão: por unanimidade, manter a decisão em que negado provimento ao agravo de instrumento. Não havendo juízo de retratação de que trata o artigo 543-B, §3º, do CPC/1973, devolvam-se os autos à Vice- Presidência desta Corte, para que prossiga no exame de admissibilidade do recurso extraordinário, como entender de direito.; Processo: AIRR - 2333-80.2012.5.01.0282 da 1a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE - IFF, Procurador: Gustavo Takahashi Frota, Agravado(s): DANYELLE RENATHA PEREIRA DA SILVA ARAÚJO E OUTRA, Advogado: Paulo Eduardo Barros de Sousa, Agravado(s): SCMM SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA., Advogado: Danielle Oliveira Soares, Decisão: por unanimidade, dar provimento ao agravo de instrumento para, convertendo-o em recurso de revista, determinar a reautuação do processo e a publicação da certidão de julgamento para ciência e intimação das partes e dos interessados de que o julgamento do recurso de revista se dará na primeira sessão ordinária subsequente à data da referida publicação, nos termos dos artigos 256 e 257 do Regimento Interno desta Corte.; Processo: AIRR - 2360-76.2013.5.03.0022 da 3a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A., Advogado: Manoel de Souza Guimarães Júnior, Advogado: José Alberto Couto Maciel, Agravante(s): JESUS DA SILVA MATEUS, Advogado: Hudson Leonardo de Campos,

Agravado(s): TELEMAR NORTE LESTE S.A., Advogado: José Alberto Couto Maciel, Advogado: Ricardo Almeida Marques Mendonça, Decisão: por unanimidade, dar provimento aos agravos de instrumento para, convertendo-os em recursos de revista, determinar a reautuação do processo e a publicação da certidão de julgamento para ciência e intimação das partes e dos interessados de que o julgamento dos recursos de revista se dará na primeira sessão ordinária subsequente à data da referida publicação, nos termos dos artigos 256 e 257 do Regimento Interno desta Corte.; Processo: AIRR - 2511-35.2012.5.02.0077 da 2a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, Procurador: Marcelo Moreira, Agravado(s): REGINALDO RODRIGUES DE JESUS, Advogado: Almir Conceição da Silva, Agravado(s): GSV SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA., Advogado: Renan Felipe Ribeiro, Agravado(s): COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, Advogado: Marcio Rodrigues, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.; Processo: ARR - 2532-77.2014.5.03.0185 da 3a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s) e Recorrido(s): AÇÃO CONTACT CENTER LTDA., Advogado: Joaquim Martins Pinheiro Filho, Agravado(s) e Recorrente(s): HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO, Advogado: Luiz Flávio Valle Bastos, Advogado: Victor Russomano Júnior, Agravado(s) e Recorrente(s): LOSANGO PROMOÇÕES DE VENDAS LTDA., Advogado: Luiz Flávio Valle Bastos, Advogado: Victor Russomano Júnior, Agravado(s) e Recorrido(s): PAULA STEFANY MOREIRA HONÓRIO, Advogada: Raquel de Andrade Farnese Pinheiro, Decisão: por unanimidade, I - conhecer do recurso de revista da segunda e terceiro Reclamados, por má-aplicação da Súmula 331, I/TST, e, no mérito, dar-lhe provimento, para, reputando lícita a terceirização de serviços, afastar o reconhecimento de vínculo empregatício com a segunda Reclamada e, por conseguinte, o pagamento das parcelas deferidas, julgando improcedentes os pedidos iniciais; e II - julgar prejudicado o agravo de instrumento da primeira Reclamada em face do provimento do recurso de revista da segunda e terceiro Reclamados. Inverte-se o ônus da sucumbência e determina-se o pagamento de custas processuais pela Reclamante no importe de R\$65,64, calculadas sobre o valor dado à causa (R\$3.282,00), do qual se encontra dispensada em face do deferimento dos benefícios da justiça gratuita.; Processo: ARR - 2570-36.2013.5.02.0029 da 2a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s), Agravado(a)(s) e Recorrente(s): ROBERTO MIGUEL DE SOUZA, Advogado: Leandro Meloni, Agravante(s), Agravado(a) e Recorrido(s): FM RODRIGUES E CIA LTDA., Advogado: Valmir de Sousa Vidal, Agravado(s) e Recorrido(s): ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A., Advogado: Lycurgo Leite Neto, Advogado: Horácio Perdiz Pinheiro Neto, Decisão: por unanimidade, I - negar provimento ao agravo de instrumento interposto pela primeira Reclamada; II - conhecer do recurso de revista interposto pelo Reclamante, quanto a tema "CONTRIBUIÇÕES ASSISTENCIAL E CONFEDERATIVA. DEVOLUÇÃO DE DESCONTOS", por contrariedade à Súmula Vinculante 40 do STF, e, no mérito, dar-lhe provimento para determinar a devolução dos descontos efetuados a título de contribuições assistencial e confederativa, conforme se apurar em liquidação; e III - conhecer do recurso de revista

interposto pelo Reclamante, quanto a tema "HIPOTECA JUDICIÁRIA", por divergência jurisprudencial, e, no mérito, dar-lhe provimento para determinar a expedição de ofício ao Cartório de Imóveis de São Paulo, ordenando a inscrição da sentença condenatória como título constitutivo de hipoteca judiciária, independentemente de trânsito em julgado. Custas inalteradas.; Processo: AIRR - 2645-72.2013.5.02.0030 da 2a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, Procuradora: Mirna Natália Amaral da Guia Martins, Agravado(s): JOSÉ LUIZ TADEU DOS SANTOS, Advogado: Manoel Joaquim Beretta Lopes, Decisão: por unanimidade, dar provimento ao agravo de instrumento da Reclamada para, convertendo-o em recurso de revista, determinar a reautuação do processo e a publicação da certidão de julgamento para ciência e intimação das partes e dos interessados de que o julgamento do recurso de revista se dará na primeira sessão ordinária subsequente à data da referida publicação, nos termos dos artigos 256 e 257 do Regimento Interno desta Corte.; Processo: Ag-AIRR - 2970-12.2014.5.03.0183 da 3a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMÁTICA S.A., Advogado: Andrês Dias de Abreu, Agravado(s): UNIÃO (PGFN), Procurador: Rogério Morato Monteiro de Castro, Procuradora: Andalessia Lana Borges, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo e, constatando o caráter manifestamente inadmissível do apelo, aplicar à Agravante a multa prevista no artigo 1.021, §4º, do CPC/2015, no percentual de 5% sobre o valor dado à causa (R\$ 46.600,00), o que perfaz o montante de R\$ 2.330,00 (dois mil trezentos e trinta reais), a ser revertido em favor da Agravada, devidamente atualizado, nos termos do referido dispositivo de lei.; Processo: RR - 6819-22.2014.5.01.0482 da 1a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Recorrente(s): PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, Advogado: Dirceu Marcelo Hoffmann, Recorrido(s): LINIKER DE MATTOS SANTANA, Advogada: Marta Cordeiro Florido Avilov, Recorrido(s): G-COMEX ÓLEO & GÁS LTDA., , Decisão: por unanimidade, conhecer do recurso de revista por violação do art. 71, § 1º, da Lei 8.666/93, e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a responsabilidade subsidiária atribuída à segunda Reclamada, julgando, quanto a ela, improcedentes os pedidos iniciais. Custas inalteradas.; Processo: ARR - 10067-86.2014.5.15.0035 da 15a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s) e Recorrido(s): SUELI APARECIDA MALOSTI, Advogado: Gerson Luiz Graboski de Lima, Agravado(s) e Recorrente(s): HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO, Advogado: Fabiana Cristina Mencaroni Gil, Decisão: por unanimidade, I - negar provimento ao agravo de instrumento da Reclamante; e II - conhecer do recurso de revista do BANCO, quanto ao tema "DIVISOR BANCÁRIO. DIVISOR DE HORAS EXTRAS. REGRA GERAL DO ARTIGO 64 DA CLT. 180 E 220 PARA JORNADA NORMAL DE SEIS OU OITO HORAS. INCIDENTE DE RECURSO REPETITIVO", por contrariedade à Súmula 124/TST, e, no mérito, dar-lhe provimento para determinar seja aplicado no cálculo das horas extras o divisor 220. Custas inalteradas.; Processo: AIRR - 10357-25.2016.5.03.0178 da 3a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): DANIELE PATRÍCIA

RODRIGUES DA SILVA, Advogado: Fernando Luiz de Andrade, Advogado: Lauro de Oliveira Cruz, Agravado(s): PREVENT SEAT COVERS DO BRASIL LTDA., Advogado: Marcelo de Santana Bittencourt, Advogado: Luís Gentil de Souza Faluba, Decisão: suspender o julgamento do processo em virtude de pedido de vista regimental formulado pelo Exmo. Ministro Breno Medeiros, após o Exmo. Ministro Relator votar no sentido de dar provimento ao agravo de instrumento para, convertendo-o em recurso de revista, determinar a reatuação do processo e a publicação da certidão de julgamento para ciência e intimação das partes e dos interessados de que o julgamento do recurso de revista se dará na primeira sessão ordinária subsequente à data da referida publicação, nos termos dos artigos 256 e 257 do Regimento Interno desta Corte.; Processo: ARR - 10361-76.2016.5.15.0033 da 15a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s) e Recorrente(s): FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA, Procuradora: Flávia Heloiza Cardoso, Agravado(s) e Recorrido(s): ELAINE BIGUELIM, Advogado: Luiz Mario Martini, Decisão: por unanimidade, I - negar provimento ao agravo de instrumento; II- conhecer do recurso de revista quanto ao tema "PCS/2002. PROMOÇÕES POR MERECIMENTO. REQUISITOS. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO. DISCRICIONARIEDADE DO EMPREGADOR", por divergência jurisprudencial, e, no mérito, dar-lhe provimento para excluir da condenação as progressões anuais por merecimento concedidas pelo Tribunal de origem, bem como o pagamento das diferenças salariais correspondentes e reflexos. Custas mantidas.; Processo: Ag-AIRR - 10366-61.2017.5.03.0142 da 3a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA., Advogado: José Eduardo Duarte Saad, Agravado(s): RENATO CAMILO DA SILVA, Advogado: Cristiano Couto Machado, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo e, constatando o caráter manifestamente inadmissível do apelo, aplicar à Agravante a multa prevista no artigo 1.021, § 4º, do CPC/2015, no percentual de 5% sobre o valor dado à causa (R\$ 60.000,00), o que perfaz o montante de R\$ 3.000,00, a ser revertido em favor do Agravado, devidamente atualizado, nos termos do referido dispositivo de lei.; Processo: ARR - 10407-03.2015.5.03.0173 da 3a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s) e Recorrido(s): CALLINK SERVIÇOS DE CALL CENTER LTDA., Advogado: Vinícius Costa Dias, Agravado(s) e Recorrente(s): BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., Advogado: Gabriela Carr, Agravado(s) e Recorrido(s): DANYELLE KAROLINA BATISTA SANTANA, Advogado: Márcio Henrique Lemes Reges, Decisão: por unanimidade, I - não conhecer do agravo de instrumento da segunda Reclamada; e II - conhecer do recurso de revista, por má-aplicação da Súmula 331, III, do TST, e, no mérito, dar-lhe provimento, para, reputando lícita a terceirização, afastar o reconhecimento do vínculo empregatício diretamente com o Banco Reclamado, por conseguinte, a determinação de retificação da CTPS da Autora quanto ao empregador e a condenação ao pagamento de parcelas decorrentes do enquadramento da Reclamante como bancária, mantendo, entretanto, a responsabilidade subsidiária do Banco Reclamado pelo adimplemento das verbas trabalhistas devidas pela CALLINK SERVIÇOS DE CALL CENTER. Valor da condenação e custas inalterados.; Processo:

ED-AIRR - 10463-36.2015.5.01.0482 da 1a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Embargante: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ, Procurador: Gustavo Takahashi Frota, Embargado(a): BEATRIZ GAMA LOUREDO, Advogado: Carlos Renato Guerra da Fonseca, Embargado(a): TECKNOCON SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA., Advogada: Glaucilene Vitor Gorgonha, Decisão: por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração.; Processo: Ag-RR - 10560-88.2017.5.15.0025 da 15a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): MURILO ALVES CONTE, Advogado: Franco Genovese Gomes, Advogado: Francisco Ferreira da Silva Filho, Agravado(s): HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU - HCFMB, Procurador: José Maurício Camargo de Laet, Procurador: Fábio Alexandre Coelho, Agravado(s): NASCER & NASCER COMÉRCIO DE MATERIAIS DE SEGURANÇA, SERVIÇOS DE PORTARIA E LIMPEZA LTDA., , Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo e, constatando o caráter manifestamente inadmissível do apelo, aplicar à Agravante a multa prevista no artigo 1.021, § 4º, do CPC/2015, ao percentual de 1% sobre o valor dado à causa (R\$ 477.033,59), o que perfaz o montante de R\$ 4.770,33, a ser revertido em favor dos Agravados, devidamente atualizado, nos termos do referido dispositivo de lei.; Processo: ED-RR - 10570-19.2015.5.01.0082 da 1a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Embargante: MARIA TEREZA MOREIRA, Advogada: Eryka Farias de Negri, Advogado: Alexandre Simões Lindoso, Embargado(a): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, Advogado: Elizabeth Santos da Silva, Decisão: por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração.; Processo: RR - 10690-42.2017.5.15.0037 da 15a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Recorrente(s): EDILSON SILVA DUARTE, Advogado: Edynaldo Alves dos Santos Júnior, Advogado: José Antônio Fuzetto Júnior, Recorrido(s): ALCOESTE DESTILARIA FERNANDÓPOLIS S.A., Advogado: Ademilson Godoi Sartoreto, Decisão: por unanimidade, conhecer do recurso de revista, apenas quanto ao tema "TRABALHADOR RURAL. PAUSAS. NR-31 DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. ARTIGO 72 DA CLT. APLICAÇÃO ANALÓGICA. TRANSCENDÊNCIA POLÍTICA CARACTERIZADA.", por violação do artigo 72 da CLT, e, no mérito, dar-lhe provimento para condenar a Reclamada ao pagamento de dez minutos, como extras, a cada noventa minutos de trabalho, pela aplicação da Norma Regulamentadora 31 do Ministério do Trabalho, com reflexos em repouso semanal remunerado, 13º salário, férias acrescidas do terço constitucional e FGTS. Custas pela Reclamada no montante de R\$70,00 calculadas sobre R\$3.500,00, valor ora arbitrado à condenação.; Processo: RR - 10692-32.2014.5.03.0043 da 3a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Recorrente(s): BANCO BRADESCO S.A., Advogado: Victor Russomano Júnior, Advogada: Vanessa Dias Lemos, Advogada: Veruska Aparecida Custódio, Recorrido(s): MATHEUS BATISTA DA SILVA, Advogada: Maria Abadia Soares Borges, Recorrido(s): ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S.A., Advogado: Danilo de Andrade Fernandes, Decisão: por unanimidade, conhecer do recurso de revista, por má-aplicação da Súmula 331, I/TST, e, no mérito, dar-lhe provimento, para reconhecer a licitude da terceirização, afastar a

aplicação das normas legais e convencionais referentes aos empregados do banco tomador de serviços e, por conseguinte, o pagamento das parcelas daí decorrentes, julgando improcedentes os pedidos iniciais. Determinam-se custas processuais pelo Reclamante no importe de R\$800,00, de cujo pagamento encontra-se dispensada em face do deferimento dos benefícios da justiça gratuita.; Processo: AIRR - 10749-85.2016.5.15.0127 da 15a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): USINA CONQUISTA DO PONTAL S.A., Advogado: Marcos Renato Gelsi dos Santos, Agravado(s): JOSÉ EDILSON LIMA DE JESUS, Advogada: Aparecida da Silva Ortiz, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.; Processo: RR - 10760-69.2014.5.01.0032 da 1a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Recorrente(s): MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, Procuradora: Isabela Coelho Baptista, Recorrido(s): ALESSANDRA MELO DE ALBUQUERQUE MAX, Advogado: Carlos Henrique Eisenberg, Recorrido(s): OBRA SOCIAL JOÃO BATISTA, , Decisão: por unanimidade, conhecer do recurso de revista quanto ao tema "ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. TERCEIRIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ÔNUS DA PROVA QUANTO À FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS", por violação do artigo 71, §1º, da Lei 8.666/93, e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a responsabilidade subsidiária atribuída ao Ente Público, julgando, quanto a ele, improcedentes os pedidos iniciais. Custas inalteradas.; Processo: ARR - 10766-83.2014.5.03.0044 da 3a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s) e Recorrido(s): CALLINK SERVIÇOS DE CALL CENTER LTDA., Advogado: Vinícius Costa Dias, Agravado(s) e Recorrente(s): BANCO SANTANDER (BRASIL) S. A., Advogado: Gabriela Carr, Agravado(s) e Recorrido(s): FERNANDO SOUZA NUNES, Advogada: Maria Alice Dias Costa, Decisão: por unanimidade, I - não conhecer do agravo de instrumento da primeira Reclamada; e II - conhecer do recurso de revista, por má-aplicação da Súmula 331, III, do TST, e, no mérito, dar-lhe provimento, para, reputando lícita a terceirização, afastar o reconhecimento do vínculo empregatício diretamente com o Banco Reclamado, por conseguinte, a determinação de retificação da CTPS da Autora quanto ao empregador e a condenação ao pagamento de parcelas decorrentes do enquadramento da Reclamante como bancária, mantendo, entretanto, a responsabilidade subsidiária do Banco Reclamado pelo adimplemento das verbas trabalhistas devidas pela CALLINK SERVIÇOS DE CALL CENTER. Valor da condenação e custas inalterados.; Processo: ARR - 10814-19.2015.5.01.0511 da 1a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s) e Recorrente(s): ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Procurador: Luiz César Vianna Marques, Procuradora: Renata Cotrim Nacif, Agravado(s) e Recorrido(s): ROBERTO CARLOS DA CONCEIÇÃO CABRAL, Advogada: Marcele Ignacio Bachini, Agravado(s) e Recorrido(s): GUERREIRO GUIMARÃES SERVIÇOS LTDA., Decisão: por unanimidade, dar provimento ao agravo de instrumento para, convertendo-o em recurso de revista, determinar a reautuação do processo e a publicação da certidão de julgamento para ciência e intimação das partes e dos interessados de que o julgamento do recurso de revista se dará na primeira sessão ordinária subsequente à data da referida publicação, nos termos dos artigos 256 e 257 do Regimento Interno desta Corte. Fica

sobrestado o julgamento do recurso de revista do segundo Reclamado. Processo: AIRR - 10857-90.2015.5.01.0046 da 1a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, Procuradora: Karen Fernandes Saraiva, Agravado(s): REGINA SOARES DA SILVA NASCIMENTO, Advogado: Rafael Alves Góes, Agravado(s): VPAR LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA E SERVIÇOS LTDA., , Decisão: por unanimidade, dar provimento ao agravo de instrumento para, convertendo-o em recurso de revista, determinar a reautuação do processo e a publicação da certidão de julgamento para ciência e intimação das partes e dos interessados de que o julgamento do recurso de revista se dará na primeira sessão ordinária subsequente à data da referida publicação, nos termos dos artigos 256 e 257 do Regimento Interno desta Corte.; Processo: ARR - 10903-34.2015.5.03.0043 da 3a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s) e Recorrido(s): CALLINK SERVIÇOS DE CALL CENTER LTDA., Advogado: Vinícius Costa Dias, Agravado(s) e Recorrente(s): BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., Advogada: Gabriela Carr, Advogado: Fábio André Fadiga, Agravado(s) e Recorrido(s): NATÁLIA APARECIDA DE SOUZA, Advogado: Caio Antônio Ribas da Silva Prado, Advogada: Maria Elizete Dias Dantas, Decisão: por unanimidade, I - não conhecer do agravo de instrumento da segunda Reclamada; e II - conhecer do recurso de revista, por má-aplicação da Súmula 331, III, do TST, e, no mérito, dar-lhe provimento, para, reputando lícita a terceirização, afastar o reconhecimento do vínculo empregatício diretamente com o Banco Reclamado, por conseguinte, a determinação de retificação da CTPS da Autora quanto ao empregador e a condenação ao pagamento de parcelas decorrentes do enquadramento da Reclamante como bancária, mantendo, entretanto, a responsabilidade subsidiária do Banco Reclamado pelo adimplemento das verbas trabalhistas devidas pela CALLINK SERVIÇOS DE CALL CENTER. Valor da condenação e custas inalterados. Processo: AIRR-10984-27.2016.5.03.0017 da 3a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): SIMPLES PROMOTORA DE VENDAS LTDA., Advogado: Rafael Andrade Pena, Advogado: Alex Dylan Freitas Silva, Agravante(s): BANCO RURAL S.A. (EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL), Advogado: Raphael Mourão de Azevedo, Agravado(s): LUCINÉIA CRISTINA DE MOURA, Advogado: Cleriston Marconi Pinheiro Lima, Decisão: por unanimidade, dar provimento aos agravos de instrumento dos Reclamados para, convertendo-os em recursos de revista, determinar a reautuação do processo e a publicação da certidão de julgamento para ciência e intimação das partes e dos interessados de que o julgamento dos recursos de revista se dará na primeira sessão ordinária subsequente à data da referida publicação, nos termos dos artigos 256 e 257 do Regimento Interno desta Corte. Processo: ARR-11014-72.2015.5.15.0111 da 15a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s) e Recorrente(s): MUNICÍPIO DE TIETÊ, Procurador: Ricardo Tedeschi Netto, Agravado(s) e Recorrido(s): KÁTIA CRISTINA RODRIGUES, Advogada: Renata Cristina Gois, Agravado(s) e Recorrido(s): JORGE LUIZ DE SOUZA PORTARIAS - ME, Decisão: por unanimidade, dar provimento ao agravo de instrumento para, convertendo-o em recurso de revista, determinar a reautuação do processo e a publicação da certidão de julgamento para ciência e intimação das partes e dos interessados de que o julgamento do recurso de revista se

dará na primeira sessão ordinária subsequente à data da referida publicação, nos termos dos arts. 256 e 257 do Regimento Interno desta Corte. Fica sobrestado o julgamento do recurso de revista do Município de Tietê.; Processo: ARR - 11203-59.2016.5.03.0043 da 3a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s) e Recorrido(s): CALLINK SERVIÇOS DE CALL CENTER LTDA., Advogado: Vinícius Costas Dias, Agravado(s) e Recorrente(s): BANCO SANTANDER (BRASIL) S. A., Advogada: Gabriela Carr, Agravado(s) e Recorrido(s): JANDIRA RITA WENCESLAU, Advogado: André Luiz de Oliveira, Advogado: Samuel Procópio dos Santos, Decisão: por unanimidade, I - não conhecer do agravo de instrumento da primeira Reclamada; e II - conhecer do recurso de revista, por má-aplicação da Súmula 331, III, do TST, e, no mérito, dar-lhe provimento, para, reputando lícita a terceirização, afastar o reconhecimento do vínculo empregatício diretamente com o Banco Reclamado, por conseguinte, a determinação de retificação da CTPS da Autora quanto ao empregador e a condenação ao pagamento de parcelas decorrentes do enquadramento do Reclamante como bancária, mantendo, entretanto, a responsabilidade subsidiária do Banco Reclamado pelo adimplemento das verbas trabalhistas devidas pela CALLINK SERVIÇOS DE CALL CENTER. Valor da condenação e custas inalterados. Processo: Ag-AIRR-11302-50.2016.5.03.0036 da 3a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): ITAÚ UNIBANCO S.A., Advogado: Marcos Caldas Martins Chagas, Advogado: Mozart Victor Russomano Neto, Advogado: Victor Russomano Júnior, Agravado(s): TALITA LAUDINEIA GARCIA FARIA FERNANDES, Advogado: Thiago Domingos de Bragança, Advogado: Osvaldo Tavares da Silva Júnior, Agravado(s): ALMAVIVA PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS LTDA., Advogada: Pollyana Resende Nogueira do Pinho, Decisão: retirar de pauta a pedido do Exmo. Ministro Relator. Processo: AIRR-11433-36.2015.5.01.0482 da 1a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, Advogado: Dirceu Marcelo Hoffmann, Agravado(s): JOSÉ CLÁUDIO GOMES DE SOUZA, Advogado: Jorge Normando de Campos Rodrigues, Advogada: Adriana da Silva Martins Bueno, Agravado(s): ELFE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO S.A., Advogado: André Souza Torreão da Costa, Advogado: Walter José Martins Galenti, Advogado: Carlos Alberto Costa Filho, Advogado: Edmilson Antônio Pereira, Decisão: por unanimidade, dar provimento ao agravo de instrumento para, convertendo-o em recurso de revista, determinar a reautuação do processo e a publicação da certidão de julgamento para ciência e intimação das partes e dos interessados de que o julgamento do recurso de revista se dará na primeira sessão ordinária subsequente à data da referida publicação, nos termos dos artigos 256 e 257 do Regimento Interno desta Corte. Processo: ARR-11463-60.2015.5.01.0421 da 1a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s) e Recorrente(s): ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Procuradora: Maria Beatriz Freitas de Oliveira, Agravado(s) e Recorrido(s): ROSANE VILARINHO PINTO, Advogado: Janaína Siqueira Paes, Agravado(s) e Recorrido(s): CUIDAR EMPRESA DE SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA. - EPP, Decisão: por unanimidade, I - conhecer do recurso de revista, quanto ao tema "ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. TERCEIRIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ÔNUS DA PROVA

QUANTO À FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS", por violação do artigo 818 da CLT, e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a responsabilidade subsidiária do segundo Reclamado, Estado do Rio de Janeiro, pelos créditos trabalhistas deferidos à Reclamante, e, assim, quanto ao Recorrente, julgar improcedentes os pedidos iniciais; e II - julgar prejudicado o agravo de instrumento do segundo Reclamado (Estado do Rio de Janeiro). Custas inalteradas. Processo: Ag-AIRR-11707-93.2015.5.01.0451 da 1a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): CARLOS HENRIQUE CLAUDINO VIEIRA, Advogado: Luiz Carlos Silva de Paulo, Advogado: Ivan da Silva Ribeiro, Agravado(s): CONSÓRCIO ATERPA M. MARTINS - MULTITEK, Advogada: Leila Azevedo Sette, Agravado(s): PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, Advogado: Dirceu Marcelo Hoffmann, Agravado(s): EMPRESA DE ONIBUS ROSA LTDA, Advogada: Cleide da Silva Costa Mataruna, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo e, constatando o caráter manifestamente inadmissível do apelo, aplicar ao Agravante a multa prevista no artigo 1.021, §4º, do CPC/2015, no percentual de 2% sobre o valor dado à causa (R\$35.000,00), o que perfaz o montante de R\$ 700,00, a ser revertido em favor das Agravadas, devidamente atualizado, nos termos do referido dispositivo de lei. Processo: ARR-11819-10.2014.5.01.0221 da 1a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s) e Recorrente(s): ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Procurador: Luiz Cesar Vianna Marques, Agravado(s) e Recorrido(s): MARCELA ADRIANA MOTA DA SILVA GONÇALVES, Advogado: Orlando Ribeiro Duarte, Agravado(s) e Recorrido(s): GLOBAL COMÉRCIO E SERVIÇOS TÉCNICOS - EIRELI - EPP, Decisão: por unanimidade, I - conhecer do recurso de revista, quanto ao tema "ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. TERCEIRIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ÔNUS DA PROVA QUANTO À FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS", por violação do artigo 818 da CLT, e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a responsabilidade subsidiária do segundo Reclamado, Estado do Rio de Janeiro, pelos créditos trabalhistas deferidos à Reclamante; e II - negar provimento ao agravo de instrumento quanto ao tema "MULTA POR EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTELATÓRIOS", julgando prejudicados os demais temas em face do provimento do recurso de revista. Custas inalteradas. Processo: ARR-11863-85.2015.5.03.0173 da 3a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s) e Recorrido(s): CALLINK SERVICOS DE CALL CENTER LTDA., Advogado: Vinícius Costa Dias, Agravado(s) e Recorrente(s): BANCO SANTANDER (BRASIL) S. A., Advogado: Gabriela Carr, Agravado(s) e Recorrido(s): JÉSSICA BORGES ALVES, Advogado: Mário Aislan Moreira Correa, Decisão: por unanimidade, I - não conhecer do agravo de instrumento da primeira Reclamada; e II - conhecer do recurso de revista, por má-aplicação da Súmula 331, III, do TST, e, no mérito, dar-lhe provimento, para, reputando lícita a terceirização, afastar o reconhecimento do vínculo empregatício diretamente com o Banco Reclamado, por conseguinte, a determinação de retificação da CTPS da Autora quanto ao empregador e a condenação ao pagamento de parcelas decorrentes do enquadramento da Reclamante como bancária, mantendo, entretanto, a responsabilidade subsidiária do Banco Reclamado pelo adimplemento das verbas trabalhistas devidas

pela CALLINK SERVIÇOS DE CALL CENTER. Valor da condenação e custas inalterados. Processo: RR-11894-38.2016.5.03.0184 da 3a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Recorrente(s): AÇÃO CONTACT CENTER LTDA., Advogado: Joaquim Martins Pinheiro Filho, Recorrido(s): GABRIEL JÚLIO FERNANDES DA SILVA, Advogado: Bruno Leonardo de Castro Moreira, Recorrido(s): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, Advogada: Adriana Gonçalves Furtado, Decisão: por unanimidade, conhecer do recurso de revista, por má-aplicação do item I da Súmula 331/TST, e, no mérito, dar-lhe provimento, para afastar a aplicação das normas legais e convencionais referentes aos empregados da tomadora de serviços e, por conseguinte, o pagamento das parcelas daí decorrentes, julgando improcedentes os pedidos iniciais. Inverte-se o ônus da sucumbência e determina-se custas processuais pela Reclamante no importe de R\$200,00, de cujo pagamento encontra-se dispensada em face do deferimento dos benefícios da justiça gratuita. Processo: Ag-ED-RR-11944-87.2015.5.03.0026 da 3a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA., Advogado: José Eduardo Duarte Saad, Agravado(s): MANOEL RODRIGUES DE OLIVEIRA, Advogado: Adélcio Magno Malaquias de Araújo, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo e, constatando o caráter manifestamente inadmissível do apelo, aplicar à Agravante a multa prevista no artigo 1.021, §4º, do CPC/2015, no percentual de 5% sobre o valor dado à causa (R\$ 50.000,00), o que perfaz o montante de R\$ 2.500,00, a ser revertido em favor do Agravado, devidamente atualizado, nos termos do referido dispositivo de lei. Processo: ARR-12041-34.2015.5.03.0173 da 3a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s) e Recorrido(s): CALLINK SERVIÇOS DE CALL CENTER LTDA., Advogado: Vinícius Costas Dias, Agravado(s) e Recorrente(s): BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., Advogado: Gabriela Carr, Agravado(s) e Recorrido(s): LÚCIA GONÇALVES FERREIRA, Advogado: Mário Aislan Moreira Correa, Decisão: por unanimidade, I - não conhecer do agravo de instrumento da primeira Reclamada; II - conhecer do recurso de revista, por má-aplicação da Súmula 331, III, do TST, e, no mérito, dar-lhe provimento, para, reputando lícita a terceirização, afastar o reconhecimento do vínculo empregatício diretamente com o Banco Reclamado, por conseguinte, a determinação de retificação da CTPS da Autora quanto ao empregador e a condenação ao pagamento de parcelas decorrentes do enquadramento do Reclamante como bancária, mantendo, entretanto, a responsabilidade subsidiária do Banco Reclamado pelo adimplemento das verbas trabalhistas devidas pela CALLINK SERVIÇOS DE CALL CENTER. Valor da condenação e custas inalterados. Processo: AIRR-12064-76.2015.5.03.0044 da 3a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): JAMIR CUSTÓDIO DOS SANTOS JÚNIOR, Advogada: Sônia Aparecida Saraiva, Advogado: Deluillam Borges Vilarinho, Agravado(s): PROAIR SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTE AÉREO LTDA., Advogado: Manoel de Souza Guimarães Júnior, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento. Processo: AIRR-12134-10.2016.5.15.0114 da 15a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON, Procurador: Mercival Panserini, Agravado(s): THYAGO

CARVALHO GOMES DE SOUZA, Advogado: Juliana Ishiko de Oliveira, Agravado(s): CORPAV TRANSPORTES E EMPREENDIMENTOS LTDA., Advogada: Izabela de Carvalho Góes, Decisão: por unanimidade, dar provimento ao agravo de instrumento para, convertendo-o em recurso de revista, determinar a reatuação do processo e a publicação da certidão de julgamento para ciência e intimação das partes e dos interessados de que o julgamento do recurso de revista se dará na primeira sessão ordinária subsequente à data da referida publicação, nos termos dos artigos 256 e 257 do Regimento Interno desta Corte. Processo: AIRR-12230-25.2015.5.15.0093 da 15a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): BANCO DO BRASIL S.A., Advogado: Marcelo Oliveira Rocha, Agravado(s): REGINALDO PEREIRA SANTANA, Advogado: Andre Luis Bento Guimaraes, Agravado(s): TV TRANSNACIONAL TRANSPORTE DE VALORES, SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA., Advogado: Marco Antônio Kojoroski, Decisão: por unanimidade, dar provimento ao agravo de instrumento para, convertendo-o em recurso de revista, determinar a reatuação do processo e a publicação da certidão de julgamento para ciência e intimação das partes e dos interessados de que o julgamento do recurso de revista se dará na primeira sessão ordinária subsequente à data da referida publicação, nos termos dos artigos 256 e 257 do Regimento Interno desta Corte. Processo: AIRR-12232-76.2016.5.03.0098 da 3a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): AVIVAR ALIMENTOS LTDA., Advogado: Renato de Andrade Gomes, Agravado(s): RODRIGO SANTOS ARAGÃO, Advogado: Hudson Guimarães Tavares, Advogado: Guilherme Faria de Oliveira, Decisão: por unanimidade, dar parcial provimento ao agravo de instrumento para, convertendo-o em recurso de revista, determinar a reatuação do processo e a publicação da certidão de julgamento para ciência e intimação das partes e dos interessados de que o julgamento do recurso de revista se dará na primeira sessão ordinária subsequente à data da referida publicação, nos termos dos artigos 256 e 257 do Regimento Interno desta Corte. Processo: ARR-12408-84.2014.5.15.0003 da 15a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s) e Recorrente(s): CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA - CEETEPS, Procurador: Gustavo Justus do Amarante, Agravado(s) e Recorrido(s): JEFFERSON LUIZ FERRAZ BUENO, Advogada: Iris Bardelotti Meneguetti, Agravado(s) e Recorrido(s): ATLÂNTICO SUL SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI, Decisão: por unanimidade, I - conhecer do recurso de revista, quanto ao tema "ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. TERCEIRIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ÔNUS DA PROVA QUANTO À FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS", por violação do artigo 71, § 1º, da Lei 8.666/93, e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a responsabilidade subsidiária do segundo Reclamado, Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS, pelos créditos trabalhistas deferidos ao Reclamante, e, assim, quanto ao Recorrente, julgar improcedentes os pedidos iniciais; e II - julgar prejudicado o agravo de instrumento do segundo Reclamado (CEETEPS). Custas inalteradas. Processo: Ag-AIRR-12635-86.2013.5.01.0201 da 1a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, Advogado: Sidney

José Vieira, Advogado: Luís Cláudio Dias da Silva, Advogada: Maíra Cirineu Araújo, Agravado(s): OMAR GONÇALVES, Advogada: Roberta Dumani Pessanha, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo e, constatando o caráter manifestamente inadmissível do apelo, aplicar à Agravante a multa prevista no artigo 1.021, § 4º, do CPC/2015, no percentual de 5% sobre o valor dado à causa (R\$ 27.200,00), o que perfaz o montante de R\$ 1.360,00, a ser revertido em favor do Agravado, devidamente atualizado, nos termos do referido dispositivo de lei. Processo: AIRR-16474-35.2014.5.16.0018 da 16a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT, Advogado: Fernando Roberto Pereira, Advogado: Valfran Andrade Barbosa, Agravado(s): ALEXO MARTINS MOREIRA, Advogada: Sônia Maria Carvalho Sales, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.; Processo: RR - 17122-46.2013.5.16.0019 da 16a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Recorrente(s): MUNICÍPIO DE TIMON, Procurador: Heonir Basílio da Silva Rocha, Recorrido(s): VALDECI GOMES DA COSTA, Advogado: Antônio Dharley de Sousa Santos Passos, Decisão: por unanimidade, conhecer do recurso de revista, por ofensa ao artigo 114, I, da Constituição da República, e, no mérito, dar-lhe provimento para, reformando as decisões anteriores, declarar a incompetência material da Justiça do Trabalho para processar e julgar a presente demanda, anulando todos os atos decisórios e determinando a remessa destes autos a uma das Varas da Justiça Estadual Comum do Município de Timon.; Processo: AIRR - 20337-87.2013.5.04.0011 da 4a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): BANCO BRADESCO S.A., Advogado: Newton Dorneles Saratt, Advogado: Mozart Victor Russomano Neto, Agravado(s): CRISTIANO LINDERN, Advogado: Eyder Lini, Decisão: suspender o julgamento do processo em virtude de pedido de vista regimental formulado pelo Exmo. Ministro Breno Medeiros, após o Exmo. Ministro Relator votar no sentido de negar provimento ao agravo de instrumento. Processo: ED-RR-20494-76.2016.5.04.0101 da 4a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Embargante: UNIÃO (PGU), Procuradora: Marcella Barbosa de Castro, Embargado(a): AZEVEDO, AQUINO CONSTRUTORA LTDA, Advogado: Daniel Amaral Bezerra, Embargado(a): CLAISSON LUIZ ABREU VALIM, Advogada: Andréa Pereira Ferreira, Decisão: por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração.; Processo: ARR - 20731-48.2016.5.04.0251 da 4a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s) e Recorrente(s): EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT, Advogada: Rochelle Milani, Agravado(s) e Recorrido(s): RENAN RISCHTTER, Advogado: Iolanda Maria Bitelo da Silva, Decisão: por unanimidade, I - negar provimento ao agravo de instrumento; e II - conhecer do recurso de revista da Reclamada, por contrariedade à Súmula 219/TST e, no mérito, dar-lhe provimento para excluir da condenação o pagamento dos honorários advocatícios. Custas inalteradas. Processo: AIRR - 20844-58.2016.5.04.0103 da 4a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - UFPEL, Procurador: Juliano De Angelis, Agravado(s): ELIZ ADRIANA CARDOSO DA MARTHA, Advogada: Antônia Marli Romano, Agravado(s): BH PRODUÇÕES E SERVIÇOS LTDA., Advogado: Marcos Leandro

Moreira Trindade, Decisão: por unanimidade, dar provimento ao agravo de instrumento para, convertendo-o em recurso de revista, determinar a reautuação do processo e a publicação da certidão de julgamento para ciência e intimação das partes e dos interessados de que o julgamento do recurso de revista se dará na primeira sessão ordinária subsequente à data da referida publicação, nos termos dos artigos 256 e 257 do Regimento Interno desta Corte. Processo: AIRR-21000-39.2015.5.04.0731 da 4a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT, Advogada: Rosane Santos Libório Barros, Agravado(s): ANGELA APARECIDA HENKER RADTKE, Advogada: Márcia Zuffo, Agravado(s): COSTA E AMARAL ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA., Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento. Processo: ARR-21609-97.2014.5.04.0006 da 4a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s) e Recorrente(s): SÉRGIO MACHADO PEREIRA, Advogada: Roberta Mottin Possebon, Advogada: Ana Rita Corrêa Pinto Nakada, Agravado(s) e Recorrido(s): SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO, Advogada: Poliana Reis de Santana Machado, Decisão: por unanimidade, I - não conhecer do recurso de revista; e II - negar provimento ao agravo de instrumento. Processo: ED-Ag-RR-35985-68.2013.5.16.0013 da 16a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Embargante: MUNICIPIO DE CIDELANDIA, Advogado: Amadeus Pereira da Silva, Embargado(a): MARIA BATISTA DO NASCIMENTO, Advogado: José Magno Medeiros Martins, Decisão: por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração e, por considerá-los protelatórios, aplicar ao Embargante multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da causa, nos termos do artigo 1.026, §2º, do CPC/2015. Processo: Ag-AIRR-95500-81.2005.5.04.0002 da 4a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S.A. - TRENSURB, Advogado: Alysson Isaac Stumm Bentlin, Advogado: Eduardo Fleck Baethgen, Advogado: Patricia Fernandez Selistre, Agravado(s): JORGE GUILHERME GONÇALVES PORTO, Advogado: Delcio Caye, Advogado: Roberto de Figueiredo Caldas, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo e, constatando o caráter manifestamente inadmissível do apelo, aplicar à Agravante a multa prevista no artigo 1.021, §4º, do CPC/2015, no percentual de 5% sobre o valor dado à causa (R\$ 10.000,00), o que perfaz o montante de R\$ 500,00 (quinhentos reais), a ser revertido em favor do Agravado, devidamente atualizado, nos termos do referido dispositivo de lei.; Processo: AIRR-100329-95.2016.5.01.0037 da 1a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Procuradora: Renata Cotrim Nacif, Agravado(s): SHEILA CRISTINA MARCELINO MARTINS DE LIMA, Advogado: Mariano Beser Filho, Agravado(s): ACI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA., Advogada: Rosane Cardoso Lopes, Custos Legis: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, Decisão: por unanimidade, dar provimento ao agravo de instrumento para, convertendo-o em recurso de revista, determinar a reautuação do processo e a publicação da certidão de julgamento para ciência e intimação das partes e dos interessados de que o julgamento do recurso de revista se dará na primeira sessão ordinária subsequente à data da referida publicação, nos termos dos artigos 256 e 257 do

Regimento Interno desta Corte. Processo: AIRR-100449-19.2016.5.01.0206 da 1a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, Advogado: Dirceu Marcelo Hoffmann, Agravado(s): FÁBIO MOTTA DA ROCHA, Advogado: Fábio Fazani, Agravado(s): MPE MONTAGENS E PROJETOS ESPECIAIS S.A., Advogado: Wellington Lessa do Nascimento, Decisão: por unanimidade, dar provimento ao agravo de instrumento para, convertendo-o em recurso de revista, determinar a reautuação do processo e a publicação da certidão de julgamento para ciência e intimação das partes e dos interessados de que o julgamento do recurso de revista se dará na primeira sessão ordinária subsequente à data da referida publicação, nos termos dos artigos 256 e 257 do Regimento Interno desta Corte. Processo: AIRR-125400-78.2008.5.01.0070 da 1a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): ALÍPIO DA SILVA SOARES, Advogado: Newton Vieira Pamplona, Agravado(s): COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - COMLURB, Advogado: Marcelo Tostes de Castro Maia, Decisão: por unanimidade, manter a decisão em que negado provimento ao agravo de instrumento. Não havendo juízo de retratação de que trata o artigo 543-B, §3º, do CPC/1973, devolvam-se os autos à Vice- Presidência desta Corte, para que prossiga no exame de admissibilidade do recurso extraordinário, como entender de direito.; Processo: AIRR - 130237-16.2014.5.13.0012 da 13a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, Advogado: Jaime Martins Pereira Júnior, Agravante(s): SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE SOUSA/PB, Advogado: José Simpliciano Fontes de Faria Fernandes, Advogado: Thiago D'Ávila Fernandes, Advogado: Marcos D'Ávila Fernandes, Agravado(s): OS MESMOS, Decisão: por unanimidade, dar provimento parcial ao agravo de instrumento do Autor para, convertendo-o em recurso de revista, determinar a reautuação do processo e a publicação da certidão de julgamento para ciência e intimação das partes e dos interessados de que o julgamento do recurso de revista se dará na primeira sessão ordinária subsequente à data da referida publicação, nos termos dos artigos 256 e 257 do Regimento Interno desta Corte. Fica sobrestado o julgamento do agravo de instrumento da Reclamada. Processo: AIRR-151300-98.2009.5.01.0047 da 1a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): JONAS VASCONCELOS DE OLIVEIRA BANTIM, Advogado: Newton Vieira Pamplona, Agravado(s): COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - COMLURB, Advogada: Marta Rosa Vianna Amiel, Decisão: por unanimidade, manter a decisão em que negado provimento ao agravo de instrumento. Não havendo juízo de retratação de que trata o artigo 543-B, §3º, do CPC/1973, devolvam-se os autos à Vice- Presidência desta Corte, para que prossiga no exame de admissibilidade do recurso extraordinário, como entender de direito. Processo: RR-153300-52.2007.5.02.0067 da 2a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Recorrente(s): SÃO PAULO TRANSPORTE S.A., Advogada: Laura Lopes de Araújo Maia, Recorrido(s): CÍCERO ALVES FEITOSA, Advogado: Cleide Regina Dias, Decisão: suspender o julgamento do processo em virtude de pedido de vista regimental formulado pelo Exmo. Ministro Emmanoel Pereira, após o Exmo. Ministro Relator votar no sentido de conhecer do

recurso de revista, por violação do artigo 100 da Constituição Federal, e, no mérito, dar-lhe provimento para, reformando o acórdão do Tribunal Regional, determinar o prosseguimento da execução com expedição de precatório, nos moldes do artigo 100 da Constituição Federal. Custas inalteradas.; Processo: AIRR - 157941-80.1989.5.10.0006 da 10a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): DÉLIO FERNANDES E OUTROS, Advogado: Ubirajara Wanderley Lins Júnior, Agravado(s): ESPÓLIO de ELIANE AMARAL BARROS, Advogado: Irandi de Paula Machado, Agravado(s): UNIÃO (PGU), Agravado(s): ALEXANDRE RIGAUD PESSOA, Agravado(s): AMADEU FERNANDES JÚNIOR, Agravado(s): ÂNGELA MARTA MAURÍCIO, Agravado(s): ANTONIO OSVALDO FREIRE DE SEQUEIRA, Agravado(s): CARLOS DE OLIVEIRA GALO, Decisão: por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento. Processo: AIRR-207300-21.2013.5.13.0023 da 13a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, Advogado: Aurélio Henrique Ferreira de Figueiredo, Advogada: Thaise Pinto Uchoa de Araújo, Agravado(s): TIN HOTT BRAGA, Advogado: Caio Graco Coutinho Sousa, Advogado: Marcos Rodrigo Gurjão Pontes, Decisão: por unanimidade, dar provimento ao agravo de instrumento da Reclamada para, convertendo-o em recurso de revista, determinar a reatuação do processo e a publicação da certidão de julgamento para ciência e intimação das partes e dos interessados de que o julgamento do recurso de revista se dará na primeira sessão ordinária subsequente à data da referida publicação, nos termos dos artigos 256 e 257 do Regimento Interno desta Corte. Processo: AIRR-1000076-50.2015.5.02.0050 da 2a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Agravante(s): ESTADO DE SÃO PAULO, Advogado: Alexander Silva Guimarães Pereira, Agravante(s): EDILMA DE OLIVEIRA SOUZA, Advogado: Douglas Batista de Abreu, Agravado(s): AVISEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI, Decisão: por unanimidade, dar provimento ao agravo de instrumento do segundo Reclamado para, convertendo-o em recurso de revista, determinar a reatuação do processo e a publicação da certidão de julgamento para ciência e intimação das partes e dos interessados de que o julgamento do recurso de revista se dará na primeira sessão ordinária subsequente à data da referida publicação, nos termos dos artigos 256 e 257 do Regimento Interno desta Corte. Fica sobrestado o julgamento do agravo de instrumento da Reclamante. Processo: RR-1001475-09.2015.5.02.0473 da 2a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Recorrente(s): CLAYTON YURI OLIVEIRA, Advogado: Marcelo Benedito Parisoto Senatori, Recorrido(s): MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO DO SUL, Advogado: Maria Cecília da Costa, Decisão: por unanimidade, conhecer do recurso de revista, por contrariedade à Súmula 85, IV, do TST, e, no mérito, dar-lhe provimento para condenar a Reclamada ao pagamento das horas extras excedentes da 8ª diária e 44ª semanal, com o devido adicional. Deve ser considerado, para o cálculo da parcela, o elastecimento da jornada em 1 hora (30 minutos antes da entrada e 30 minutos depois do horário de saída), conforme premissas fáticas consignadas no acórdão regional (Súmula 126/TST). Devidos ainda os reflexos em descanso semanal remunerado, férias, integrais e proporcionais mais 1/3, 13º salário, integrais e proporcionais, e depósitos de FGTS. Devem ser deduzidos os valores pagos sob o mesmo título. Arbitra-se à condenação o

valor de R\$20.000,00, do que resultam custas no importe de R\$400,00, pela Reclamada. Processo: RR-1002191-19.2015.5.02.0511 da 2a. Região, Relator: Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Recorrente(s): MUNICÍPIO DE ITAPEVI, Advogado: Vinicius de Paula dos Santos, Advogado: José Carlos Poletto Júnior, Recorrido(s): IGLE SOARES SOUSA, Advogado: Ermelindo Nardeli Neto, Recorrido(s): EXECUÇÃO CONSTRUÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO LTDA., Advogada: Carla Carolina de Santana Silva Crivelari, Decisão: por unanimidade, conhecer do recurso de revista do segundo Reclamado quanto ao tema "RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO PRESUMIDA EM RAZÃO DO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS POR PARTE DA PRESTADORA DE SERVIÇOS. CULPA IN VIGILANDO PRESUMIDA", por violação do artigo 71, § 1º, da Lei 8.666/93, e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a responsabilidade subsidiária atribuída ao Município, julgando, quanto a ele, improcedentes os pedidos iniciais. Custas inalteradas. Processo: Ag-AIRR-9-94.2014.5.09.0001 da 9a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): FCA POWERTRAIN BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MOTORES LTDA., Advogado: Marcelo Wanderley Guimarães, Agravado(s): UNIÃO FEDERAL, Procuradora: Gisele Hatschbach Bittencourt, Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento. Processo: Ag-AIRR-29-88.2013.5.15.0022 da 15a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): SUPERMERCADOS LAVAPÉS S.A., Advogado: João Luiz Porta, Agravado(s): MARIA APARECIDA RODRIGUES PEREIRA, Advogado: André Aparecido Quitério, Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento, e, considerando a improcedência do recurso, aplicar à parte agravante a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC, no importe de R\$ 1.750,00 - mil setecentos e cinquenta reais, equivalente a 5% do valor da causa (R\$ 35.000,00 - trinta e cinco mil reais), em favor da parte reclamante. Processo: RR-76-51.2014.5.04.0663 da 4a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Recorrente(s): BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., Advogado: Marcelo Vieira Papaleo, Advogado: Mozart Victor Russomano Neto, Recorrido(s): MÁRCIO PEDROSO JULIANI, Advogado: Roberto Staub, Decisão: por unanimidade, conhecer do recurso de revista quanto ao tema "BANCÁRIO - HORAS EXTRAS" por contrariedade à Súmula nº 287 desta Corte e, no mérito, dar-lhe provimento para determinar o retorno dos autos à Vara de origem, a fim de que prossiga no exame do feito, sob o enfoque da aplicação do artigo 62 da CLT aos bancários. Processo: Ag-AIRR-85-70.2016.5.14.0402 da 14a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): RODRIGO VIDAL LOPES DA SILVA, Advogado: César Augusto Macêdo Semensatti, Agravado(s): BANCO BRADESCO S.A., Advogado: Mauro Paulo Galera Mari, Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento. Processo: RR-124-73.2014.5.09.0015 da 9a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Recorrente(s): BANCO DO BRASIL S.A., Advogado: Arcendino Antônio Souza Júnior, Recorrido(s): CIRO CAMPOS SALLES, Advogado: Roberto de Figueiredo Caldas, Advogado: Nasser Ahmad Allan, Decisão: suspender o julgamento do processo em virtude de pedido de vista regimental formulado pelo Exmo. Ministro Douglas Alencar Rodrigues, após o Exmo. Ministro

Relator votar no sentido de conhecer do recurso de revista, por ofensa ao art. 468 da CLT e, no mérito, dar-lhe provimento para julgar improcedente o pedido de diferenças salariais em razão da redução do valor da gratificação de função. O Exmo. Ministro Alexandre Luiz Ramos acompanhou o voto do Exmo. Ministro Relator. Obs.: presente à Sessão a Dra. Julia Araújo de Melo Alves, patrona do(s) Recorrido(s). Processo: Ag-AIRR-138-22.2011.5.01.0068 da 1a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): BENEDITA DOS SANTOS MADALENA, Advogada: Márcia Cristina Ferreira Pacheco, Agravado(s): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, Advogado: Osival Dantas Barreto, Advogada: Daniela Salgado Junqueira, Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento, e, considerando a improcedência do recurso, aplicar à parte agravante a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC, no importe de R\$ 220,00 - duzentos e vinte reais, equivalente a 1% do valor da causa (R\$ 22.000,00 - vinte e dois mil reais), em favor da parte reclamada. Processo: ARR-147-79.2013.5.04.0019 da 4a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s) e Recorrido(s): ELOISA MARIA DELAVY, Advogado: Eyder Lini, Agravado(s) e Recorrente(s): KIRTON BANK S.A. - BANCO MULTIPLO, Advogado: Marcelo Vieira Papaleo, Decisão: por unanimidade: a) conhecer do agravo de instrumento da reclamante e, no mérito, negar-lhe provimento; b) conhecer do recurso de revista do reclamado quanto ao tema "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. AUSÊNCIA DE ASSISTÊNCIA DO SINDICATO", por contrariedade à Súmula nº 219, I, desta Corte e, no mérito, dar-lhe provimento para indeferir o pagamento dos honorários advocatícios. Mantido o valor da condenação. Processo: Ag-AIRR-162-92.2016.5.05.0511 da 5a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): CONSTRUTORA EMCASA LTDA., Advogado: André Figueirêdo Freitas, Advogado: Gabriel Luiz Sol Ozelim, Agravado(s): ALEX PAIM DE ARAÚJO, Advogada: Luísa Aragão Padilha, Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento. Processo: Ag-AIRR-183-33.2015.5.10.0004 da 10a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): CEB DISTRIBUIÇÃO S.A., Advogado: Irailson Estevão da Silva, Agravado(s): EDGAR MENDES OLIVEIRA, Advogado: Dáison Carvalho Flores, Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento. Processo: Ag-RR-254-80.2016.5.10.0010 da 10a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): LIDIANE CARVALHO DE SOUSA, Advogado: Jomar Alves Moreno, Agravado(s): DISTRITO FEDERAL, Procurador: Paulo Araújo, Agravado(s): GVP CONSULTORIA E PRODUÇÃO DE EVENTOS LTDA., Advogada: Dinavani Dias Vieira, Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento, e, considerando a improcedência do recurso, aplicar à parte agravante a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC, no importe de R\$ 360,00 - trezentos e sessenta reais, equivalente a 1% do valor da causa (R\$ 36.000,00 - trinta e seis mil reais), em favor da parte agravada. Processo: RR-313-33.2013.5.15.0140 da 15a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Recorrente(s): BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E OUTRO, Advogada: Neuza Maria Lima Pires de Godoy, Advogado: Victor Russomano Júnior, Recorrido(s): MARIA VERCINEIA DE MELLO ROSSI, Advogado: Gilberto Rodrigues de Freitas, Decisão: por unanimidade, conhecer do recurso de revista, por violação do art. 62, II, da CLT, e,

no mérito, dar-lhe provimento para, reconhecendo que a reclamante exercia cargo de gestão nos moldes do art. 62, II, da CLT, excluir da condenação o pagamento de horas extras. Processo: Ag-RR-528-68.2015.5.06.0017 da 6a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): HANGAR CONSTRUÇÕES EIRELI, Advogado: Alexandre da Costa Lima Paes Barreto, Advogado: Fábio da Costa e Silva de Matos Paiva, Agravado(s): ADRIANA BARBOSA DE FREITAS, Advogado: Hugo Raphael de Oliveira Correia, Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento, e, considerando a improcedência do recurso, aplicar à parte agravante a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC, no importe de R\$ 1.650,00 (mil seiscentos e cinquenta reais), equivalente a 5% do valor da causa (R\$ 33.000,00 - trinta e três mil reais), em favor da parte reclamante. Processo: Ag-AIRR-621-56.2016.5.10.0802 da 10a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): TEL CENTRO DE CONTATOS LTDA., Advogado: Maurício de Figueiredo Corrêa da Veiga, Agravado(s): CAROLINA MARTINS SANTOS CARVALHO VIEIRA BARRETO, Advogada: Suzimarly Ribeiro Teixeira, Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento. Processo: Ag-AIRR-637-65.2016.5.14.0004 da 14a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): HERMASA NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S.A., Advogado: Luciano Portel Martins, Advogada: Giselle Prima Galvão, Agravado(s): ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA BARBOSA, Advogado: Haroldo Lopes Lacerda, Agravado(s): ORGÃO GESTOR DE MÃO DE OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO AVULSO DO PORTO DE PORTO VELHO - OGMO, Advogada: Milena Conesque Capra, Decisão: por unanimidade, não conhecer do agravo. Processo: Ag-RR-655-51.2015.5.06.0002 da 6a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): RENATA RAFAELA DA SILVA, Advogado: Leonardo Camello de Barros, Advogado: Raimundo Cezar Britto Aragão, Agravado(s): LIQ CORP S.A., Advogada: Carla Elisângela Ferreira Alves Teixeira, Advogado: José Alberto Couto Maciel, Agravado(s): ITAÚ UNIBANCO S.A., Advogado: Antônio Braz da Silva, Agravado(s): HIPERCARD BANCO MÚLTIPLO S.A., Advogado: Antônio Braz da Silva, Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento, e, considerando a improcedência do recurso, aplicar à parte agravante a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC, no importe de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), equivalente a 1% do valor da causa (R\$ 40.000,00), em favor da parte reclamada. Obs.: presente à Sessão o Dr. Roberto Leonel Bomfim, patrono do Agravante. Processo: Ag-AIRR-658-27.2016.5.17.0014 da 17a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): CARLOS ALBERTO CORTELETTI, Advogado: Esdras Elioenai Pedro Pires, Agravado(s): ITAÚ UNIBANCO S.A., Advogado: Eduardo Chalfin, Advogado: Mozart Victor Russomano Neto, Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento. Processo: Ag-RR-675-82.2015.5.06.0021 da 6a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): WANESSA MARIA ALBUQUERQUE BARREIRAS DE OLIVEIRA, Advogado: Leonardo Camello de Barros, Advogado: Raimundo Cezar Britto Aragão, Agravado(s): LIQ CORP S.A., Advogada: Carla Elisângela Ferreira Alves Teixeira, Advogado: José Alberto Couto Maciel, Agravado(s): ITAÚ UNIBANCO S.A. E OUTRO, Advogado: Antônio Braz da Silva, Advogado: Mozart Victor Russomano Neto, Decisão: conhecer

do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento, e, considerando a improcedência do recurso, aplicar à parte agravante a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC, no importe de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), equivalente a 1% do valor da causa (R\$ 40.000,00), em favor da parte reclamada. Obs.: presente à Sessão o Dr. Roberto Leonel Bomfim, patrono do Agravante. Processo: ED-AgR-ED-RR-701-41.2016.5.21.0017 da 21a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Embargante: ADAUTO PAULINO DE MEDEIROS FILHO, Advogado: Jean Carlos Varela Aquino, Embargado(a): COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE - CAERN, Advogado: Matheus Dantas da Silva, Decisão: por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, com aplicação de multa de 1% (um por cento) sobre o valor da causa, no importe de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), em favor da parte embargada, nos termos do artigo 1.026, § 2º, do CPC. Processo: Ag-RR-833-64.2017.5.21.0017 da 21a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE - CAERN, Advogada: Ana Clara Garcia de Lima Aguiar, Advogado: Francisco Geilson Silva de Arruda Júnior, Agravado(s): JOSÉ BATISTA DE BRITO, Advogado: Jean Carlos Varela Aquino, Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento, e, considerando a improcedência do recurso, aplicar à parte agravante a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC, no importe de colocar valor da multa em R\$ 2.000,00 - dois mil reais, equivalente a 5% do valor da causa (quarenta mil reais), em favor da parte reclamante. Processo: Ag-RR-875-69.2013.5.18.0201 da 18a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): GERALDO CAVALCANTE SOUZA, Advogado: Carlos Eduardo Pereira Costa, Agravado(s): CONSTEL CONSTRUCOES ELETRICAS LTDA, Advogado: Mário Christian Pedroso de Oliveira, Agravado(s): CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D, Advogado: Edmar Antônio Alves Filho, Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento, e, considerando a improcedência do recurso, aplicar à parte agravante a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC, no importe de R\$ 400,00 - quatrocentos reais, equivalente a 1% do valor da causa (R\$ 40.000,00), em favor da parte reclamada. Processo: Ag-RR-880-23.2015.5.05.0221 da 5a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): FABIO SOARES DOS SANTOS, Advogada: Zuleide de Santana Silva, Agravado(s): GDK S.A., Advogado: Marcelo de Araujo Ferraz, Advogado: Carlos Eduardo Melo de Andrade, Agravado(s): PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, Advogado: Dirceu Marcelo Hoffmann, Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento, e, considerando a improcedência do recurso, aplicar à parte agravante a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC, no importe de R\$ 500,00 - quinhentos reais), equivalente a 1% do valor da causa (R\$ 50.000,00 - cinquenta mil reais), em favor da parte reclamada. Processo: Ag-AIRR-890-26.2013.5.09.0965 da 9a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): MARINALDO CAMARGO MACHADO, Advogado: Tobias de Macedo, Agravado(s): SMP AUTOMOTIVE PRODUTOS AUTOMOTIVOS DO BRASIL LTDA., Advogado: Edson Fernando Hauagge, Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento. Processo: Ag-AIRR-983-56.2015.5.14.0002 da 14a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s) e Agravado(s): J. MALUCELLI

CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA., Advogado: Diogo Fadel Braz, Advogado: Rodrigo Borges Soares, Agravante(s) e Agravado(s): ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A., Advogado: Mauricio de Figueiredo Correa da Veiga, Agravado(s): RONYVON RAMOS DA SILVA, Advogada: Anita de Cácia Notargiácomo Saldanha, Advogado: Agnaldo Muniz, Decisão: por unanimidade: a) conhecer do agravo da reclamada Energia Sustentável S/A e, no mérito, negar-lhe provimento; b) conhecer do agravo da reclamada J. Malucelli Construtora S/A e, no mérito, negar-lhe provimento. Processo: Ag-AIRR-996-19.2015.5.02.0025 da 2a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA PRODUÇÃO, TRANSPORTE, INSTALAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO GÁS CANALIZADO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Advogado: Robson da Cunha Martins, Agravado(s): COMPANHIA DE GÁS DE SÃO PAULO - COMGÁS, Advogado: Estêvão Mallet, Decisão: por unanimidade, não conhecer do agravo. Processo: Ag-AIRR-1026-32.2014.5.20.0011 da 20a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): MOSAIC FERTILIZANTES P&K LTDA., Advogado: Nilton da Silva Correia, Advogada: Lilian Jordeline Ferreira de Melo, Agravado(s): JORGE DOS SANTOS E OUTROS, Advogado: Carlos Eduardo Reis Cleto, Decisão: por unanimidade: I) dar provimento ao agravo para examinar o agravo de instrumento em recurso de revista; II) dar provimento ao Agravo de Instrumento para, convertendo-o em Recurso de Revista, determinar a reautuação do processo e a publicação da certidão de julgamento para ciência e intimação das partes e dos interessados de que o julgamento do Recurso de Revista se dará na primeira sessão ordinária subsequente à data da referida publicação, nos termos dos artigos 256 e 257 do Regimento Interno desta Corte. Obs.: presente à Sessão a Dra. Bianca Martins Carneiro, patrona do Agravante. Processo: ED-Ag-AIRR-1081-64.2013.5.15.0008 da 15a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Embargante: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA., Advogada: Ana Cristina Grau Gameleira Werneck, Embargado(a): SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE SÃO CARLOS E IBATÉ, Advogado: Carlos Roberto de Freitas, Decisão: por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração. Obs.1: presente à Sessão a Dra. Joana Neves Amaral de Souza, patrona do Embargante. Obs.2: presente à Sessão o Dr. Carlos Roberto La Serra de Freitas, patrono do Embargado. Processo: ED-Ag-AIRR-1098-56.2014.5.09.0130 da 9a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Embargante: GERSON HONORATO DE PAULA, Advogado: Otávio Ernesto Marchesini, Embargado(a): UNILEVER BRASIL LTDA., Advogado: Paulo Henrique Campos, Embargado(a): TRANSPORTADORA PROTEGIDA LTDA. - ME, Embargado(a): TRANSPHORTE BRASIL LTDA. - ME, Decisão: por unanimidade, acolher os embargos de declaração para sanar o erro material apontado sem, contudo, imprimir efeito modificativo ao julgado. Processo: ARR-1101-41.2011.5.01.0032 da 1a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s) e Recorrente(s): ROSARY LIDIZIA SOARES, Advogado: Gilberto Rodrigues de Freitas, Agravado(s) e Recorrido(s): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, Advogado: Marcelo Pupo Ribeiro, Agravado(s) e Recorrido(s): FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF, Advogado: Eduardo Torres Costa Vinagre,

Decisão: por unanimidade, conhecer do recurso de revista quanto ao tema "intervalo do art. 384 da CLT", por violação do art. 384 da CLT e, no mérito, dar-lhe provimento para determinar o pagamento de 15 minutos como horas extras referentes ao intervalo previsto no art. 384 da CLT nos dias em que houve trabalho extraordinário. Processo: ED-Ag-AIRR-1114-41.2016.5.07.0018 da 7a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Embargante: ANTÔNIO CARLOS DE JESUS, Advogado: Carlos Eden Melo Mourão, Embargado(a): JOTUJÉ DISTRIBUIDORA LTDA., Advogado: Augusto César Pereira da Silva, Decisão: por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração. Processo: Ag-AIRR-1147-52.2012.5.20.0004 da 20a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): LUCIA CRISTINA ALMEIDA BOMFIM, Advogado: Celso Ferrareze, Agravado(s): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, Advogado: Jorge Souza Alves Filho, Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento. Processo: Ag-ARR-1209-02.2016.5.06.0341 da 6a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): INSTITUTO NORDESTE CIDADANIA - INEC, Advogado: Daniel Carlos Mariz Santos, Advogado: João Marcelo Pereira Cavalcanti Neves, Advogado: Fabiana Marques de Mesquita, Agravado(s): CRISVONIS SILVA FRANÇA, Advogado: Gilberto Rodrigues de Freitas, Advogada: Adriana França da Silva, Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento, e, considerando a improcedência do recurso, aplicar à parte agravante a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC, no importe de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais), equivalente a 5% do valor da causa (R\$ 36.000,00 - trinta e seis mil reais), em favor da parte reclamante. Processo: Ag-AIRR-1259-38.2013.5.02.0052 da 2a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., Advogado: Jorge Donizeti Sanchez, Advogado: Mozart Victor Russomano Neto, Agravado(s): TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A., Advogada: Carla Elisângela Ferreira Alves Teixeira, Agravado(s): JANETE PEREIRA VIANA, Advogada: Marina Paradizo Benedetti, Decisão: por unanimidade: I) dar provimento ao agravo para examinar o agravo de instrumento em recurso de revista; II) dar provimento ao Agravo de Instrumento para, convertendo-o em Recurso de Revista, determinar a reautuação do processo e a publicação da certidão de julgamento para ciência e intimação das partes e dos interessados de que o julgamento do Recurso de Revista se dará na primeira sessão ordinária subsequente à data da referida publicação, nos termos dos artigos 256 e 257 do Regimento Interno desta Corte. Processo: ED-RR-1279-62.2016.5.12.0014 da 12a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Embargante: SANDRO MARCELO XAVIER, Advogado: Ricardo Santana, Embargado(a): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, Advogado: Felipe Costa Silveira, Embargado(a): FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF, Advogado: Dino Araújo de Andrade, Decisão: por unanimidade, acolher os embargos de declaração para esclarecer que, por obstáculo estritamente processual (ausência de prequestionamento - Súmula n.º 297), deve ser mantida a decisão que reconheceu a incompetência material da Justiça do Trabalho para processar e julgar a presente lide, sem, portanto, efeito modificativo. Processo: Ag-RR-1342-89.2013.5.24.0004 da 24a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): JEFFERSON CHAVES BENITES, Advogada: Marimea de

Souza Pacher Bello, Agravado(s): TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A., Advogado: Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa, Advogado: José Alberto Couto Maciel, Agravado(s): OI S.A., Advogado: Sérgio Carneiro Rosi, Advogado: José Alberto Couto Maciel, Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento, e, considerando a improcedência do recurso, aplicar à parte agravante a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC, no importe de R\$ 300,00 (trezentos reais), equivalente a 1% do valor da causa (R\$ 30.000,00 - trinta mil reais), em favor das reclamadas. Processo: Ag-AIRR-1367-30.2014.5.06.0017 da 6a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): WALQUIRIA CÂNDIDA DA SILVA AMORIM, Advogado: João Fernando Carneiro Leão de Amorim, Agravado(s): ITAÚ UNIBANCO S.A., Advogado: Victor Russomano Júnior, Advogado: Antônio Braz da Silva, Agravado(s): PROVIDER SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA., Advogado: Frederico da Costa Pinto Correa, Advogado: Rodrigo Maranhão Montenegro, Advogado: Maria Eduarda Montenegro Gonçalves de Alencar, Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento, e, considerando a improcedência do recurso, aplicar à parte agravante a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC, no importe de R\$ 500,00 - quinhentos reais, equivalente a 1% do valor da causa (R\$ 50.000,00), em favor das partes agravadas. Processo: Ag-AIRR-1612-66.2013.5.02.0444 da 2a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): EDINÉIA PRADO DIMAS RAMOS, Advogado: Wilson de Oliveira, Agravado(s): MERCOSUL LINE NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA., Advogado: Roberto Trigueiro Fontes, Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento. Processo: Ag-RR-1656-66.2014.5.05.0121 da 5a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): FRANCISCO PEREIRA DO NASCIMENTO, Advogada: Fernanda Reis Pereira e Silva, Agravado(s): EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A. - EMBASA, Advogado: Victor Russomano Júnior, Advogada: Carla Pitangueira Bonfim, Advogado: Pedro Marcos Cardoso Ferreira, Advogado: Cassius Eduardo Santos Baqueiro, Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento, e, considerando a improcedência do recurso, aplica-se à parte agravante a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC, no importe de R\$ 400,00 - quatrocentos reais, equivalente a 1% do valor da causa (R\$ 40.000,00), em favor da parte contrária. Processo: ED-Ag-AIRR-1717-25.2014.5.10.0011 da 10a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Embargante: CLARO S.A., Advogado: José Alberto Couto Maciel, Advogada: Amanda Lyrio Assreuy, Embargado(a): ELIZEU OLIVEIRA DE SOUZA, Advogada: Aristella Inglezdolfe de Mello Castro, Decisão: por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração. Processo: ED-AgR-AIRR-1833-62.2012.5.05.0133 da 5a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Embargante: VANÚBIA ALVES BARROS, Advogada: Elba Cerqueira Lima Muritiba, Embargado(a): CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA. E OUTRAS, Advogado: Valton Dória Pessoa, Decisão: por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração. Processo: Ag-AIRR-1919-46.2015.5.02.0057 da 2a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): CHURRASCARIA NELORE LTDA., Advogado: Ério Umberto Sainai Filho, Agravado(s): SINDICATO DOS TRABALHADORES EM HOTÉIS, APART

HOTÉIS, MOTÉIS, FLATS, PENSÕES, HOSPEDARIAS, Pousadas, RESTAURANTES, CHURRASCARIAS, CANTINAS, PIZZARIAS, BARES, LANCHONETES, SORVETERIAS, CONFEITARIAS, DOCERIAS, BUFFETS, FAST-FOODS E ASSEMBLADOS DE SÃO PAULO E REGIÃO - SINTHORESP, Advogada: Cristiane de Oliveira, Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento. Processo: Ag-AIRR-1955-34.2015.5.02.0075 da 2a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): VALTER DE PAULA NASCIMENTO, Advogado: Hilário Bocchi Júnior, Agravado(s): FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDAÇÃO CASA/SP, Procurador: Nazário Cleodon de Medeiros, Decisão: por unanimidade: I) dar provimento ao agravo para examinar o agravo de instrumento em recurso de revista; II) dar provimento ao Agravo de Instrumento para, convertendo-o em Recurso de Revista, determinar a reautuação do processo e a publicação da certidão de julgamento para ciência e intimação das partes e dos interessados de que o julgamento do Recurso de Revista se dará na primeira sessão ordinária subsequente à data da referida publicação, nos termos dos artigos 256 e 257 do Regimento Interno desta Corte. Processo: Ag-RR-1975-12.2016.5.08.0208 da 8a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): DOUGLAS DA LUZ SANTOS MOREIRA, Advogado: Michelle Souza Furtado, Advogado: Sávio dos Santos de Almeida, Agravado(s): COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ - CEA, Advogada: Maria Luzileide Santos de Moraes, Advogado: Darlan Correia Farias, Agravado(s): SERVIC LTDA., Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento, e, considerando a improcedência do recurso, aplicar à parte agravante a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC, no importe de R\$ 402,08 (quatrocentos e dois reais e oito centavos), equivalente a 1% do valor da causa (R\$ 40.208,50), em favor da parte agravada. Processo: Ag-AIRR-2032-19.2015.5.06.0144 da 6a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): GPS PREDIAL SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA., Advogada: Carla Elisângela Ferreira Alves Teixeira, Agravado(s): SALMOM PEDRO DA SILVA, Advogado: Nilton Correia, Agravado(s): COMPANHIA PETROQUÍMICA DE PERNAMBUCO - PETROQUÍMICA SUAPE, Advogada: Kelma Carvalho de Faria Collier, Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento. Processo: Ag-AIRR-2184-09.2014.5.03.0137 da 3a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s) e Agravado(s): ATENTO BRASIL S.A., Advogado: Daniel Battipaglia Sgai, Agravante(s) e Agravado(s): BANCO BMG S.A., Advogado: Victor Russomano Júnior, Advogado: Matheus Amorim de Castro Calazans, Agravado(s): MICHELLE CARMO MARTINS, Advogado: Adriano Mariano Alves da Costa, Decisão: por unanimidade: I) não conhecer do agravo da Primeira Reclamada - Atento Brasil S.A.; II) dar provimento ao agravo da Segunda Reclamada - Banco BMG S.A. para examinar o agravo de instrumento em recurso de revista; III) dar provimento ao Agravo de Instrumento Segunda Reclamada - Banco BMG S.A. para, convertendo-o em Recurso de Revista, determinar a reautuação do processo e a publicação da certidão de julgamento para ciência e intimação das partes e dos interessados de que o julgamento do Recurso de Revista se dará na primeira sessão ordinária subsequente à data da referida publicação,

nos termos dos artigos 256 e 257 do Regimento Interno desta Corte. Processo: RR-2378-64.2013.5.02.0042 da 2a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Recorrente(s): SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE SÃO PAULO, Advogado: Ericson Crivelli, Recorrido(s): BANCO DO BRASIL S.A., Advogada: Karine Loureiro, Decisão: por unanimidade, conhecer do recurso de revista quanto ao tema "SINDICATO. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. LEGITIMIDADE ATIVA" por ofensa ao art. 8º, III, da CLT, e, no mérito, dar-lhe provimento para reconhecer a regular substituição processual pelo sindicato recorrente (Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo), determinando o retorno dos autos à Vara de origem, a fim de que prossiga no exame do feito, como entender de direito. Processo: Ag-AIRR-2503-02.2013.5.03.0140 da 3a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s) e Agravado(s): ATENTO BRASIL S.A., Advogado: Daniel Battipaglia Sgai, Agravante(s) e Agravado(s): BANCO BMG S.A., Advogada: Elen Cristina Gomes e Gomes, Advogado: Victor Russomano Júnior, Advogado: Marciano Guimarães, Agravado(s): LUCAS FABIANO SALES MAGALHÃES, Advogado: Juliano Pereira Nepomuceno, Decisão: por unanimidade: I) negar provimento ao agravo da Reclamada Atento Brasil S.A.; II) dar provimento ao agravo do Reclamado Banco BMG S.A. para examinar o agravo de instrumento em recurso de revista; III) dar provimento ao Agravo de Instrumento do Reclamado Banco BMG S.A. para, convertendo-o em Recurso de Revista, determinar a reautuação do processo e a publicação da certidão de julgamento para ciência e intimação das partes e dos interessados de que o julgamento do Recurso de Revista se dará na primeira sessão ordinária subsequente à data da referida publicação, nos termos dos artigos 256 e 257 do Regimento Interno desta Corte.; Processo: Ag-ED-AIRR - 2557-58.2013.5.15.0002 da 15a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): SINDICATO DOS EMPREGADOS E TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO, LIMPEZA URBANA, LIMPEZA AMBIENTAL E ÁREAS VERDES DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ E REGIÃO, Advogada: Karla Leandra Foffa Resende, Advogada: Fabíola Eliana Ferrari, Agravado(s): MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, Procurador: Aparício Querino Salomão, Agravado(s): SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SEAC, Advogada: Andréa Gaspar de Lima, Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento, e, Considerando a improcedência do recurso, aplica-se à parte agravante a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC, no importe de (5.000,00 R\$ - cinco mil reais), equivalente a 5% do valor da causa (R\$ 100.000,00), em favor da parte reclamante. Processo: Ag-AIRR-3426-46.2013.5.02.0046 da 2a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): ICOMON TECNOLOGIA LTDA., Advogado: Flávio Maschietto, Advogado: Heraldo Jubilut Júnior, Agravado(s): ADRIANO JUNIOR GIMENEZ DE OLIVEIRA, Advogado: Selma de Toledo Lotti, Agravado(s): TELEFÔNICA BRASIL S.A., Advogado: José Alberto Couto Maciel, Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues, Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento. Processo: Ag-AIRR-10110-21.2017.5.03.0142 da 3a.

Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): FCA - FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA., Advogado: José Eduardo Duarte Saad, Agravado(s): WARLEI AGNALDO COSTA, Advogado: Cristiano Couto Machado, Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento. Processo: Ag-AIRR-10188-04.2016.5.03.0060 da 3a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): VALE S.A., Advogado: Michel Pires Pimenta Coutinho, Advogado: Nilton da Silva Correia, Advogado: Jullyanna Rodrigues de Matos, Advogada: Joana Angélica Mendes Rodrigues, Agravado(s): GERCINO DUARTE DA SILVA JUNIOR, Advogado: Welson Costa Duarte, Advogada: Gildete do Carmo Ferreira, Advogado: Philipe Mateus Santos, Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento. Processo: Ag-AIRR-10218-89.2015.5.05.0651 da 5a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): KARINA DE OLIVEIRA SILVA ROSA E OUTRA, Advogado: Bruno Loeser Prado de Oliveira, Advogado: Bruno Novaes Rosa, Agravado(s): MARIVALDO PEREIRA DE OLIVEIRA, Advogado: Edvaldo Ramos de Araújo, Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento. Processo: Ag-RR-10250-25.2014.5.01.0010 da 1a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): SERGIO RICARDO RODRIGUES SOARES, Advogado: Mauricio de Figueiredo Correa da Veiga, Advogado: Felipe Pires Queiroz, Agravado(s): IRB - BRASIL RESSEGUROS S.A., Advogado: Gustavo Wermelinger Pimenta, Advogado: Mozart Victor Russomano Neto, Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento, e, considerando a improcedência do recurso, aplicar à parte agravante a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC, no importe de R\$ 300,00 - trezentos reais, equivalente a 1% do valor da causa (R\$ 30.000,00), em favor da parte reclamada.; Processo: Ag-AIRR - 10258-89.2016.5.03.0005 da 3a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): EUGÊNIO KLEIN DUTRA, Advogado: Paulo Dimas de Araújo, Agravado(s): RONALDO PATRILLO DE SOUZA, Advogada: Eliane Helena Gonçalves Silva, Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento.; Processo: Ag-RR - 10422-55.2015.5.03.0113 da 3a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s) e Agravado(s): BARBARA STEFANIE FORTUNATO MARTINS, Advogado: Helder Rodrigues de Sousa, Agravante(s) e Agravado(s): PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA., Advogada: Alessandra Vieira de Almeida, Agravado(s): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, Advogado: Osival Dantas Barreto, Advogada: Waldênia Marília Silveira Santana, Decisão: por unanimidade: a) não conhecer do agravo da Reclamada PLANSUL por falta de interesse recursal e, aplicar à parte agravante a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC, no importe de R\$ 1.537,60 - mil e quinhentos e trinta e sete reais e sessenta centavos, equivalente a 5% do valor da causa (R\$ 30.752,03), em favor da parte reclamante; b) conhecer do agravo da Reclamante e, no mérito, negar-lhe provimento, e, considerando a improcedência do recurso, aplicar à parte agravante a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC, no importe de R\$ 307,52 - trezentos e sete reais e cinquenta e dois reais, equivalente a 1% do valor da causa (R\$ 30.752,03), em favor da parte reclamada. Processo: Ag-AIRR - 10448-18.2015.5.03.0157 da 3a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): CONSÓRCIO ETEC - PAVOTEC - VILASA, Advogada:

Juliana de Carvalho Pimentel, Advogado: Edson Luiz Pimenta, Agravado(s): ANTÔNIO DA SILVA, Advogado: Geraldo Takeo Ozaki, Decisão: por unanimidade: I) dar provimento ao agravo para examinar o agravo de instrumento em recurso de revista; II) dar provimento ao Agravo de Instrumento para, convertendo-o em Recurso de Revista, determinar a reatuação do processo e a publicação da certidão de julgamento para ciência e intimação das partes e dos interessados de que o julgamento do Recurso de Revista se dará na primeira sessão ordinária subsequente à data da referida publicação, nos termos dos artigos 256 e 257 do Regimento Interno desta Corte.; Processo: ED-RR-10455-95.2015.5.03.0064 da 3a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Embargante(s) e Embargado(s): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, Advogado: Osival Dantas Barreto, Advogada: Waldênia Marília Silveira Santana, Embargante(s) e Embargado(s): RAIMUNDO MARTINS FILHO, Advogado: Geraldo Marcos Leite de Almeida, Advogada: Giovana Camargos Meireles, Decisão: por unanimidade: a) acolher os embargos de declaração opostos pela CEF para impor a compensação com as diferenças apuradas entre o valor da gratificação a que teria direito pelo exercício da função com jornada de seis horas e o efetivamente auferido em razão da sujeição à jornada de oito horas; b) acolher os embargos de declaração opostos pelo reclamante para esclarecer que esta Turma deu provimento ao recurso de revista do reclamante para condenar a reclamada ao pagamento da sétima e oitava horas trabalhadas como extras, "com adicional de 50%, e reflexos em repousos semanais remunerados e, com estes, em gratificações natalinas, férias acrescidas do terço constitucional, abono pecuniário de férias, e FGTS", impondo-se, contudo, a compensação dessa condenação com as diferenças apuradas entre o valor da gratificação a que teria direito pelo exercício da função com jornada de seis horas e o efetivamente auferido em razão da sujeição à jornada de oito horas. Processo: Ag-AIRR-10464-08.2014.5.01.0045 da 1a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): GMX ESTACIONAMENTOS LTDA. - ME, Advogado: Ricardo Alves da Cruz, Advogado: Bruno de Medeiros Tocantins, Agravado(s): FERNANDO MOREIRA DE SOUZA, Advogado: José Henrique de Lemos Portella, Agravado(s): HOSPITAIS INTEGRADOS DA GÁVEA S.A., Advogado: Francisco Eduardo Gomes Teixeira, Decisão: por unanimidade: I) negar provimento ao agravo quanto ao tema HORAS EXTRAS; II) dar provimento ao agravo quanto ao tema INTERVALO INTRAJORNADA para examinar o agravo de instrumento em recurso de revista; III) dar provimento ao Agravo de Instrumento quanto ao tema INTERVALO INTRAJORNADA para, convertendo-o em Recurso de Revista, determinar a reatuação do processo e a publicação da certidão de julgamento para ciência e intimação das partes e dos interessados de que o julgamento do Recurso de Revista se dará na primeira sessão ordinária subsequente à data da referida publicação, nos termos dos artigos 256 e 257 do Regimento Interno desta Corte. Processo: Ag-AIRR-10501-66.2016.5.15.0080 da 15a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT, Advogado: Márcio Salgado de Lima, Advogada: Agda da Silva Dias, Agravado(s): JOAQUIM PEREIRA DA SILVA, Advogado: Rogério Oliveira Anderson, Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento. Processo: RR-

10681-16.2017.5.15.0123 da 15a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Recorrente(s): RHUCAR COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA. - EPP E OUTRO, Advogada: Taísa Pedrosa Laiter, Recorrido(s): JEFFERSON CRISTIANO SANTOS DE QUEIROZ, Advogado: Bruno José Ribeiro de Proença, Decisão: por unanimidade, conhecer do recurso de revista, por ofensa ao art. 5º, LIV, da Constituição Federal, e, no mérito, dar-lhe provimento para, anulando-se os atos decisórios, determinar o retorno dos autos à Vara de origem para reabertura da instrução processual, para a oitiva da testemunha apresentada pelos embargantes, ora recorrentes, e, posteriormente, prosseguir no regular julgamento do feito, como de direito. Processo: Ag-AIRR-10701-73.2015.5.15.0059 da 15a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): JOSÉ CARLOS DA CRUZ, Advogado: Alison Montoani Fonseca, Agravado(s): GERDAU S.A., Advogado: João Carlos de Lima Junior, Advogada: Karina Roberta Colin Sampaio Gonzaga, Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento. Processo: RR-10779-07.2015.5.01.0205 da 1a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Recorrente(s): PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A., Advogado: José Scalfone Neto, Recorrido(s): CDGN LOGÍSTICA S.A, Advogado: Gustavo Granadeiro Guimarães, Recorrido(s): MAURICIO DE OLIVEIRA MARINS, Advogado: Alexandre Pereira Ricardo, Decisão: por unanimidade, conhecer do recurso de revista, por violação do artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, e, no mérito, dar-lhe provimento para excluir a responsabilidade subsidiária atribuída à parte recorrente.; Processo: Ag-AIRR - 10837-04.2016.5.03.0016 da 3a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): AÇÃO CONTACT CENTER LTDA., Advogado: Joaquim Martins Pinheiro Filho, Agravado(s): CÍNTIA RODRIGUES CUSTÓDIO, Advogado: James Anderson Narciso Filho, Agravado(s): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, Advogada: Waldênia Marília Silveira Santana, Decisão: por unanimidade, não conhecer do agravo e aplicar à parte agravante a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC, no importe de R\$ 1.462,84 - mil quatrocentos e sessenta e dois reais e oitenta e quatro centavos, equivalente a 5% do valor da causa (R\$ 29.256,96), em favor da parte reclamante, e determinar a baixa imediata dos autos à origem. Processo: Ag-AIRR-10931-39.2016.5.03.0181 da 3a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): AÇÃO CONTACT CENTER LTDA., Advogado: Joaquim Martins Pinheiro Filho, Agravado(s): EVIENE DOS SANTOS MENEZES, Advogado: Adriano Mariano Alves da Costa, Agravado(s): HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO, Advogado: Luiz Flávio Valle Bastos, Decisão: por unanimidade: I) dar provimento ao agravo para examinar o agravo de instrumento em recurso de revista; II) dar provimento ao Agravo de Instrumento para, convertendo-o em Recurso de Revista, determinar a reautuação do processo e a publicação da certidão de julgamento para ciência e intimação das partes e dos interessados de que o julgamento do Recurso de Revista se dará na primeira sessão ordinária subsequente à data da referida publicação, nos termos dos artigos 256 e 257 do Regimento Interno desta Corte. Processo: Ag-AIRR-10957-51.2015.5.15.0112 da 15a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): JUCARA MOLITERNE COELHO, Advogado: Ivan Barbin, Advogado: Caio Henrique Vernaschi, Agravado(s): MUNICÍPIO DE CAJURU, Advogado: Luís Evâneo Guerzoni, Decisão: por unanimidade: I) dar provimento ao agravo para

examinar o agravo de instrumento em recurso de revista; II) dar provimento ao Agravo de Instrumento para, convertendo-o em Recurso de Revista, determinar a reautuação do processo e a publicação da certidão de julgamento para ciência e intimação das partes e dos interessados de que o julgamento do Recurso de Revista se dará na primeira sessão ordinária subsequente à data da referida publicação, nos termos dos artigos 256 e 257 do Regimento Interno desta Corte. Processo: RR-10977-86.2015.5.03.0173 da 3a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Recorrente(s): BANCO BRADESCO S.A., Advogada: Veruska Aparecida Custódio, Advogada: Vanessa Dias Lemos, Advogado: Mozart Victor Russomano Neto, Recorrido(s): NILZA PERES RAMOS, Advogado: Leonardo Santos Ferreira, Recorrido(s): ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S.A., Advogada: Melyssandra Martins Costa, Advogada: Gisele de Almeida, Advogada: Patrícia Correa de Lima, Decisão: por unanimidade, conhecer do recurso de revista, por má aplicação da Súmula nº 331, III, do TST, e, no mérito, dar-lhe provimento para julgar improcedentes os pedidos formulados na inicial com espeque na declaração de ilicitude da terceirização, remanescendo a responsabilidade subsidiária da tomadora quanto às demais parcelas reconhecidas no presente feito. Processo: Ag-AIRR-11041-03.2015.5.01.0028 da 1a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): UNIÃO (PGU), Procurador: Alexandre Araújo de Matos, Procurador: André Cavas Otero, Agravado(s): WALTER ROCHA, Advogado: Rafael Daum Stabile de Sousa, Advogado: Janaina Jardim de Araujo Albagli, Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento. Processo: Ag-AIRR-11053-66.2015.5.03.0026 da 3a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA., Advogado: José Eduardo Duarte Saad, Agravado(s): IVAIR BATISTA DE AGUIAR, Advogado: Cristiano Couto Machado, Decisão: por unanimidade, não conhecer do agravo e, considerando a improcedência do recurso, aplicar à parte agravante a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC, no importe de R\$ 3.000,00 (três mil reais), equivalente a 5% do valor da causa (R\$ 60.000,00), em favor da parte reclamante. Processo: Ag-AIRR-11069-30.2015.5.01.0461 da 1a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): PORTO SUDESTE DO BRASIL SA, Advogado: Thiago Luiz Pimenta de Souza, Agravado(s): JOSE RABELO DE MORAIS JUNIOR, Advogada: Aída Tavares Camara, Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento. Processo: Ag-AIRR-11213-05.2015.5.03.0087 da 3a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA., Advogado: José Eduardo Duarte Saad, Agravado(s): ANTÔNIO MARCOS RIBEIRO, Advogado: Pablo Belmon de Carvalho, Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento. Processo: RR-11289-92.2013.5.01.0042 da 1a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Recorrente e Recorrido: ANDRÉ HENRIQUE BUCHHEIM, Advogado: Nilton da Silva Correia, Advogado: Nilton Correia, Advogado: Nilton da Silva Correia, Advogado: Nilton da Silva Correia, Recorrente e Recorrido: BANCO BTG PACTUAL S.A., Advogada: Mila Maria de Lima Gomes e Umbelino Lobo, Advogado: Oswaldo Sant'Anna, Advogada: Mila Umbelino Lôbo, Advogada: Mila Umbelino Lôbo, Decisão: por unanimidade: a) conhecer do recurso de revista do

reclamado por violação do art. 62, II, da CLT e, no mérito, dar-lhe provimento para excluir da condenação o pagamento horas extras; b) conhecer do recurso de revista do reclamante por violação do art. 114, §§ 1.º e 2.º, da Constituição Federal e, no mérito, dar-lhe provimento para, afastando a incompetência da Justiça do Trabalho para apreciar a questão relativa ao "acordo de não competição - cláusula de não concorrência" antes de submetida ao Juízo arbitral, determinar o retorno dos autos ao Tribunal Regional para exame e julgamento, como entender de direito, dos tópicos "da cláusula de não concorrência" (recurso do reclamado) e "da perda da chance e do seu caráter subjetivo" (recurso do reclamante). Obs.1: ressaltou entendimento o Exmo. Ministro Douglas Alencar Rodrigues. Obs.2: falou pelo Recorrente/Reclamante o Dr. Nilton da Silva Correia. Obs.3: falou pelo Recorrente/Reclamada a Dra. Mila Umbelino Lôbo. Processo: Ag-RR-11379-29.2015.5.03.0025 da 3a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): ALEXANDRE CÉSAR SANTOS CARVALHO, Advogado: Fabrício José Monteiro de Souza Costa, Advogado: Fernando Antônio Monteiro de Souza Costa, Agravado(s): PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI, Advogada: Alessandra Vieira de Almeida, Agravado(s): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, Advogado: Osival Dantas Barreto, Advogado: Aurélio Caciquinho Ferreira Neto, Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento, e, considerando a improcedência do recurso, aplica-se à parte agravante a multa prevista no artigo 1.021, § 4º, do CPC, no importe de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), equivalente a 1% do valor da causa (R\$ 35.000,00), em favor das reclamadas. Processo: Ag-AIRR-11403-69.2016.5.15.0031 da 15a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): FUNDACAO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE - FUNDACAO CASA - SP, Advogada: Telma Elita da Costa, Agravado(s): GRASIELA PIVA RUIZ DIAS, Advogado: Giuliano Marcelo de Castro Vieira, Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento. Processo: Ag-AIRR-11432-30.2013.5.01.0059 da 1a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): FOR SECURITY VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, Advogado: Ricardo Monteiro de Franca Miranda, Agravado(s): FLAVIO RIBEIRO PEREIRA, Advogado: Bruno Aurélio Lisboa da Silva, Advogado: Jorge Aurélio Pinho da Silva, Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento. Processo: Ag-AIRR - 11513-46.2015.5.01.0014 da 1a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): WILSON COSTA CARVALHO, Advogado: Murillo dos Santos Nucci, Agravado(s): COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU, Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues, Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento, e, considerando a improcedência do recurso, aplicar à parte agravante a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC, no importe de R\$ 1.000,00 (mil reais), equivalente a 1% do valor da causa (R\$ 100.000,00), em favor da parte reclamada.; Processo: Ag-AIRR - 11555-72.2015.5.03.0036 da 3a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): MRS LOGÍSTICA S.A., Advogado: Flávio Bellini de Oliveira Salles, Agravado(s): LUIS CÉSAR DA ROCHA, Advogado: Wemerson Batista Pereira, Advogado: Evandro Luiz Marques Pedrosa, Advogado: Giovani Marques Kaheler, Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito,

negar-lhe provimento. Processo: ARR-11565-69.2014.5.01.0081 da 1a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s) e Recorrente(s): TERRAS DE AVENTURA INDÚSTRIA DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA., Advogado: Ronaldo Fialho de Andrade, Agravado(s) e Recorrido(s): ALEXANDRE BASÍLIO INAJOZA DA SILVA, Advogado: Cyro Franklin de Azevedo Júnior, Advogado: Leonardo Corrêa da Silva, Decisão: por unanimidade: a) conhecer do agravo de instrumento e, no mérito, negar-lhe provimento; b) não conhecer do recurso de revista.; Processo: Ag-AIRR - 11627-79.2015.5.15.0083 da 15a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA, Advogada: Tatiane de Cicco Nascimbem, Advogada: Ana Paula Fernandes Lopes, Agravado(s): JOSE FRANCISCO DE OLIVEIRA LEITE, Advogado: Eduardo Moreira, Advogado: Rosângela dos Santos Vasconcellos, Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento. Processo: Ag-RR-11696-42.2016.5.03.0138 da 3a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): ELAYNE CRISTINA HONÓRIO MONTEIRO, Advogado: Fernando Antônio Monteiro de Souza Costa, Advogado: Fabrício José Monteiro de Souza Costa, Agravado(s): AÇÃO CONTACT CENTER LTDA., Advogado: Joaquim Martins Pinheiro Filho, Agravado(s): PAG. S.A. MEIOS DE PAGAMENTO, Advogada: Maria Cristina da Costa Fonseca, Advogado: José Hildo Sarcinelli Garcia, Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento, e, considerando a improcedência do recurso, aplicar à parte agravante a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC, no importe de R\$ 116,83 (cento e dezesseis reais e oitenta e três centavos), equivalente a 1% do valor da causa (R\$ 11.683,45), em favor da parte reclamada. Processo: Ag-AIRR-11811-73.2014.5.03.0028 da 3a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): IVAN BARBOSA DE JESUS, Advogado: Fábio Fazani, Agravado(s): PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, Advogado: Dirceu Marcelo Hoffmann, Agravado(s): PRODUMAN ENGENHARIA S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL), Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento. Processo: ED-Ag-AIRR-11891-55.2015.5.03.0043 da 3a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Embargante: ANDRÉ LUIZ CANTARINO JÚNIOR, Advogado: Diego Maciel Britto Aragão, Embargado(a): BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., Advogado: Victor Russomano Júnior, Advogado: Gabriela Carr, Embargado(a): CALLINK SERVIÇOS DE CALL CENTER LTDA., Advogado: Vinícius Costas Dias, Decisão: por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração. Processo: ED-ARR-20023-29.2015.5.04.0252 da 4a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Embargante: CENTRO CLÍNICO GAÚCHO LTDA., Advogada: Fernanda Martins da Cunha, Embargado(a): ANELISE BORGES, Advogado: Raquel Olinski, Advogado: Everton Luis Nunes Rolim, Decisão: por unanimidade, acolher os embargos de declaração apenas para prestar esclarecimentos adicionais, sem efeito modificativo do julgado. Processo: Ag-AIRR-20060-48.2016.5.04.0017 da 4a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): VANDERLEI DIAS FURTADO, Advogado: Daniel Alberto Lemmertz, Advogado: Filipe Merker Britto, Agravado(s): EMPRESA DE TRENDS URBANOS DE PORTO ALEGRE S.A. - TRENSURB, Advogada: Patrícia Fernandez Selistre, Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe

provimento. Processo: ARR-20455-52.2016.5.04.0401 da 4a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s) e Recorrente(s): IRMÃOS ANDREAZZA LTDA., Advogado: Débora Cristina De Boni, Advogada: Josiane Zardo, Agravado(s) e Recorrido(s): EMERSON DIOGO PRATES, Advogado: Robspierre Azzolin Pereira, Decisão: por unanimidade: a) conhecer do agravo de instrumento e, no mérito, negar-lhe provimento; b) conhecer do recurso de revista quanto ao tema "honorários advocatícios", por contrariedade ao item I da Súmula nº 219 desta Corte e, no mérito, dar-lhe provimento para indeferir o pagamento dos honorários advocatícios.; Processo: RR-24097-10.2015.5.24.0046 da 24a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Recorrente(s): LUIZ CARLOS JUVÊNCIO, Advogado: Emanuelle Rossi Martimiano, Recorrido(s): SONORA ESTÂNCIA S.A, Advogado: Ruy Ottoni Rondon Junior, Decisão: por unanimidade, conhecer do recurso de revista, por má aplicação do art. 487, II, do CPC e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a prescrição declarada de ofício pelo TRT e determinar o retorno dos autos ao TRT para que analise a pretensão do reclamante em relação aos pedidos formulados na pretensão, como entender de direito.; Processo: Ag-AIRR - 36700-54.2008.5.04.0261 da 4a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): EUCLIDES SCHEID, Advogado: José Eymard Loguércio, Agravado(s): BANCO DO BRASIL S.A., Advogado: Rodrigo Fernandes de Martino, Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento. Processo: ARR-45000-56.2013.5.21.0002 da 21a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s) e Recorrente(s): BOMPREGO SUPERMERCADOS DO NORDESTE LTDA., Advogado: André Luís Torres Pessoa, Advogado: Geraldo Campelo da Fonseca Filho, Advogado: Marcello de Carvalho Burle Lôbo Santos, Advogado: Igor Teixeira Santos, Advogado: Renato Almeida Melquiades de Araújo, Advogado: Camila Moura da Fonseca Neves, Agravado(s) e Recorrido(s): SUELY GOMES DA SILVA, Advogado: José Estrela Martins, Decisão: por unanimidade: a) conhecer do agravo de instrumento e, no mérito, negar-lhe provimento; b) conhecer do recurso de revista quanto ao tema "CUMPRIMENTO DA SENTENÇA. DISPENSA DE CITAÇÃO DA EXECUTADA. MULTA. AFRONTA AO ARTIGO 880 DA CLT", por violação do art. 880 da CLT e, no mérito, dar-lhe provimento para excluir da condenação o pagamento da multa do art. 475-J do CPC/73, limitando a execução aos termos do artigo 880 da CLT. Custas inalteradas. Processo: ARR-71800-49.2003.5.01.0481 da 1a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s) e Recorrido(s): PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, Advogado: Tales David Macedo, Advogada: Máira Cirineu Araújo, Advogado: Nilton Antônio de Almeida Maia, Agravado(s) e Recorrente(s): SINDICATO DOS PETROLEIROS DO NORTE FLUMINENSE, Advogada: Roberta Dumani Pessanha, Advogada: Eryka Farias de Negri, Advogado: Alexandre Simões Lindoso, Advogada: Solange Sampaio Clemente França, Decisão: por unanimidade: I) negar provimento ao Agravo de Instrumento da Petrobras; II) não conhecer do recurso de revista. Obs.1: falou pelo Agravado e Recorrente a Dra. Solange Sampaio Clemente França. Obs.2: falou pelo Agravante e Recorrido a Dra. Máira Cirineu Araújo. Processo: Ag-AIRR-81500-35.2011.5.21.0021 da 21a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, Advogado: Dirceu Marcelo

Hoffmann, Agravado(s): EDEILSON CAVALCANTE, Advogado: José Severino de Moura, Agravado(s): RIO PROERG CONSTRUÇÃO E MONTAGEM LTDA., Advogado: Nelito Lima Ferreira Neto, Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento, e, considerando a improcedência do recurso, aplicar à parte agravante a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC, no importe de dois mil reais, equivalente a 5% do valor da causa (R\$ 40.000,00), em favor da parte reclamante. Processo: Ag-AIRR-130754-70.2014.5.13.0028 da 13a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): COMPANHIA SISAL DO BRASIL - COSIBRA, Advogado: Barbara Campos Porto, Agravado(s): GENILDA PEREIRA DE MEDEIROS, Advogado: Marcos Antônio Inácio da Silva, Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento. Processo: RR-258400-22.2008.5.02.0047 da 2a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Recorrente(s): GE CELMA LTDA., Advogada: Letícia Ribeiro Crissiuma de Figueiredo, Recorrido(s): PATRÍCIA GUBERT DA SILVA, Advogado: Márcio Roberto Tavares, Recorrido(s): MASSA FALIDA de S.A. VIAÇÃO AÉREA RIO-GRANDENSE, Decisão: por unanimidade, conhecer do recurso de revista por ofensa ao art. 5º, II, da Constituição Federal e, no mérito, dar-lhe provimento para afastar a responsabilidade da recorrente e determinar sua exclusão do polo passivo da execução. Processo: RR-282400-46.2009.5.02.0049 da 2a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Recorrente(s): BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., Advogado: Paulo Augusto Greco, Advogado: Mozart Victor Russomano Neto, Recorrido(s): MARIA LAURA LACERDA ROZELLI GOULART DA ROCHA, Advogado: André Luiz Plácido Ferrari, Decisão: por unanimidade, conhecer do recurso de revista quanto ao tema "DIVISOR. SALÁRIO-HORA. BANCÁRIO", em estrita observância à tese jurídica firmada no incidente de recurso de revista repetitivo (TST-IRR-849-83.2013.5.03.0138), e, no mérito, dar-lhe provimento para determinar que seja aplicado o divisor 180 na obtenção do salário-hora, para fins de apuração de horas extras. Processo: ED-ED-RR-570900-43.2004.5.12.0036 da 12a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Embargante: ESTEVAO DE SOUSA CLIMACO, Advogada: Eryka Farias de Negri, Advogado: Fábio Ricardo Ferrari, Embargado(a): BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. - BESC, Advogado: Auderi Luiz de Marco, Decisão: por unanimidade, acolher os embargos de declaração para esclarecer que deve ser mantida a decisão esta dt. Turma que, antes do juízo de retratação, afastou a litigância de má-fé, sem, contudo, efeito modificativo. Processo: Ag-AIRR-1000491-83.2016.5.02.0701 da 2a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): JOÃO CARLOS RUIZ DA SILVA, Advogado: Bruno de Araújo Leite, Agravado(s): ISBAN BRASIL S.A., Advogado: Sérgio Shiroma Lancarotte, Advogado: Cláudia Pereira Dias, Advogado: Victor Russomano Júnior, Decisão: por unanimidade: I) dar provimento ao agravo para examinar o agravo de instrumento em recurso de revista; II) dar provimento ao Agravo de Instrumento para, convertendo-o em Recurso de Revista, determinar a reatuação do processo e a publicação da certidão de julgamento para ciência e intimação das partes e dos interessados de que o julgamento do Recurso de Revista se dará na primeira sessão ordinária subsequente à data da referida publicação, nos termos dos artigos 256 e 257 do Regimento Interno desta Corte. Processo: Ag-AIRR-1000571-52.2016.5.02.0473 da 2a.

Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): IVAN MANOEL DE OLIVEIRA, Advogado: Agamenon Martins de Oliveira, Advogado: Douglas Santana Vidigal Alves, Agravado(s): ITAÚ SEGUROS S.A., Advogado: Victor Russomano Júnior, Advogado: Eduardo Chalfin, Agravado(s): GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA., Advogado: Alexandre Lauria Dutra, Decisão: por unanimidade: I) dar provimento ao agravo para examinar o agravo de instrumento em recurso de revista; II) dar provimento ao Agravo de Instrumento para, convertendo-o em Recurso de Revista, determinar a reautuação do processo e a publicação da certidão de julgamento para ciência e intimação das partes e dos interessados de que o julgamento do Recurso de Revista se dará na primeira sessão ordinária subsequente à data da referida publicação, nos termos dos artigos 256 e 257 do Regimento Interno desta Corte. Processo: Ag-AIRR-1000598-39.2016.5.02.0601 da 2a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): JOSÉ PAULO DE OLIVEIRA, Advogado: Miguel Ricardo Gatti Calmon Nogueira da Gama, Agravado(s): COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO, Advogado: Marcelo Franco Leite, Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento. Processo: Ag-AIRR-1000738-78.2015.5.02.0255 da 2a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): ARMANDO AFONSO SANTEJO FILHO, Advogado: José Henrique Coelho, Agravado(s): PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, Advogada: Maíra Cirineu Araújo, Advogado: Fernando Vigneron Villaça, Advogada: Vera Lúcia Silveira Peixoto, Advogada: Ronisa Filomena Pappalardo, Decisão: por unanimidade: I) dar provimento ao agravo para examinar o agravo de instrumento em recurso de revista; II) dar provimento ao Agravo de Instrumento para, convertendo-o em Recurso de Revista, determinar a reautuação do processo e a publicação da certidão de julgamento para ciência e intimação das partes e dos interessados de que o julgamento do Recurso de Revista se dará na primeira sessão ordinária subsequente à data da referida publicação, nos termos dos artigos 256 e 257 do Regimento Interno desta Corte. Processo: Ag-AIRR-1000895-17.2015.5.02.0331 da 2a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): GREICE MARA GOMES DE SOUZA, Advogado: Ênio Rodrigues de Lima, Agravado(s): AUTARQUIA MUNICIPAL - SAÚDE - IS, Procurador: José Cirilo Cordeiro Silva, Agravado(s): ITAPECERICA DA SERRA PREFEITURA, Advogada: Juliana Moraes de Sousa, Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento. Processo: Ag-AIRR-1001509-57.2014.5.02.0363 da 2a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): MAGNETI MARELLI COFAP - COMPANHIA FABRICADORA DE PEÇAS, Advogado: Guilherme Neuenschwander Figueiredo, Agravado(s): RENATO DOS SANTOS RIBEIRO, Advogado: Clovis Marcio de Azevedo Silva, Advogado: Victor Mendes de Azevedo Silva, Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento. Processo: Ag-AIRR-1001776-81.2016.5.02.0614 da 2a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): LAURO NUNES LOURO, Advogado: Márcio Alves de Matos, Agravado(s): COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM, Advogada: Maria Eduarda Ferreira Ribeiro do Valle Garcia, Advogado: Eduardo Carvalho Serra, Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento. Processo: Ag-RR-1002078-69.2016.5.02.0078 da 2a. Região, Relator:

Ministro Breno Medeiros, Agravante(s): COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP, Advogado: Osmar Mendes Paixão Côrtes, Advogada: Mariane Vendl Craveiro, Agravado(s): MARIA SÍLVIA TAVARES DE CARDOSO, Advogado: Leonardo José Carvalho Pereira, Decisão: por unanimidade, conhecer do agravo e, no mérito, negar-lhe provimento, e, considerando a improcedência do recurso, aplicar à parte agravante a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC, no importe de R\$ 1.800,00 - mil e oitocentos reais, equivalente a 5% do valor da causa (R\$ 36.000,00), em favor da parte reclamante. Processo: RR-1309-85.2013.5.06.0009 da 6a. Região, Relator: Ministro Breno Medeiros, Recorrente(s): LIQ CORP S.A., Advogada: Carla Elisângela Ferreira Alves Teixeira, Advogado: José Alberto Couto Maciel, Recorrido(s): ANNY KALINE QUEIROZ DE ALCÂNTARA, Advogado: Erwin Herbert Friedheim Neto, Recorrido(s): ITAÚ UNIBANCO S.A., Advogado: Antônio Braz da Silva, Advogado: Mozart Victor Russomano Neto, Decisão: por unanimidade, conhecer do recurso de revista, por contrariedade à Súmula n.º 331, I, do TST, e, no mérito, dar-lhe provimento para julgar totalmente improcedentes os pedidos formulados na inicial, uma vez que calcados exclusivamente na declaração de ilicitude da terceirização. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a Sessão às onze horas e oito minutos. E, para constar, lavro a presente ata, que vai assinada pelo Excelentíssimo Ministro Emmanoel Pereira e por mim subscrita. Brasília-DF, aos seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove.

MINISTRO EMMANOEL PEREIRA
Presidente da Quinta Turma

ALEX DA SILVA NASCIMENTO
Secretário da Quinta Turma